



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**NA HISTÓRIA NEM HERÓIS NEM VILÕES:  
ANALISANDO UMA ESCRITA MANIQUEÍSTA NA HISTORIOGRAFIA  
PARAIBANA SOBRE JOÃO PESSOA E JOSÉ PEREIRA**

**GUILHERME ALVES CAVALCANTE**

**CAJAZEIRAS – PB  
2018**

**GUILHERME ALVES CAVALCANTE**

**NA HISTÓRIA NEM HERÓIS NEM VILÕES:  
ANALISANDO UMA ESCRITA MANIQUEÍSTA NA HISTORIOGRAFIA  
PARAIBANA SOBRE JOÃO PESSOA E JOSÉ PEREIRA**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Vieira de Sousa

**CAJAZEIRAS – PB  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

C376n Cavalcante, Guilherme Alves.  
Na história nem heróis nem vilões: analisando uma escrita maniqueísta na historiografia paraibana sobre João Pessoa e José Pereira / Guilherme Alves Cavalcante. - Cajazeiras, 2018.  
105f. : il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Historiografia Paraibana- 1928-1930. 2. República dos Coronéis-Paraíba. 3. João Pessoa- Discursos. 4. José Pereira- Discursos. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 930(813.3)

**GUILHERME ALVES CAVALCANTE**

**NA HISTÓRIA, NEM HERÓIS NEM VILÕES:  
ANALISANDO UMA ESCRITA MANIQUEÍSTA NA HISTORIOGRAFIA  
PARAIBANA SOBRE JOÃO PESSOA E JOSÉ PEREIRA**

Aprovada em 31/12/2018

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Silvana Vieira de Sousa (Orientadora)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa (Examinador)  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG



Prof. Ms. Leonardo Bruno Farias (Titular)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Ms. Francinaldo de Souza Bandeira (Suplente)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**CAJAZEIRAS - PB**

**2018**

Dedico este trabalho a Severina Cavalcante de Sousa, Vó  
Dorinha, foi por tu, tudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a força maior que nos rege no universo, esta que cada religião invoca sob uma forma diferente, Deus, Jesus, a Virgem Maria, Tupã, Buda e tantos outros nomes, que alinhou meus caminhos até a chegada desse momento.

Àqueles que amo, Minha Mãe Francisca Rosália apelidada de Socorro, foi uma guerreira a vida toda, me deu tudo, minha avó, maior incentivadora de meus estudos, amorosa e exemplo de virtudes, minha Irmã pessoa paciente e amiga, que me ajudou em minha vida, meu pai que sempre acreditou que eu poderia e de quem herdei a teimosia, enfim toda minha família sanguínea pelo suporte oferecido, a meu sobrinho Eric amo muito e pôr fim a meu filho Gustavo tudo no fim é por você que aliás é meu único legado real para a história, eu e você somos amor.

A você Gabriela Lontras, por motivos que dariam outro TCC, entre eles pelo amor e companheirismo que deu paz de espírito para sentar e escrever, força para continuar quando queria desistir, por ser uma luz quando precisei, enfim pelo amor que me ensina.

Aos professores dessa instituição que pacientemente buscaram me ensinar valiosas lições de vida indo além dos conteúdos em especial esta banca analisadora Israel Leão, Leonardo Bruno e Francinaldo Bandeira que agora me deixa honrado de colocar seus nomes neste meu trabalho, minha orientadora Silvana Vieira que foi uma amiga acima de tudo e me tirou dos espinhos.

Aos meus colegas de turma que fizeram-se amigos, dando os maiores suportes, gente que vou levar pra vida toda, estas amizades foram com certeza o segundo maior prêmio que a graduação me deu, o primeiro claro foi Gabriela (risos e suspiros), Maria Hilda que tive as melhores conversas toda sua família da qual sou agregado pelo amor que tenho a todos, Andressa Martins que sempre me aconselhou com paciência quando discutíamos sobre este trabalho tomando café, Fernanda Suyane, Valente e verdadeira foram muitas coisas boas vividas com você, amo demais seu povo, Leonardo pelas risadas, Renilda ativa, Poliana a inteligente, José Roberto amigão, Jairo, Edilania, Domingos, Tiago e Tadeu, todos aqueles da confraria, e todas as pessoas da sala cujo nome não citei. Uma especial homenagem ao amigo que jaz MARCELO HENRIQUE, estará sempre na memória daqueles que tiveram o privilégio de viver momentos com você, descansa em Deus, aquele que em vida tu espalhou a palavra, conosco e com cada um que conclui esta graduação é como se tu também o fizesse.

Agradeço ao Presidente Lula e a todos que me ajudaram até aqui, obrigado.

## RESUMO

A pesquisa que aqui se apresenta é um estudo do conjunto de publicações históricas dos acontecimentos políticos que marcaram o período final da República dos Coronéis na Paraíba com o governo de João Pessoa (1928 – 1930), isto é, os conflitos intra oligárquicos que culminaram com um confronto armado entre as forças policiais do estado paraibano, comandadas por João Pessoa e os sediciosos defensores de Princesa, cidade do mesmo estado, tendo à frente o Deputado Estadual coronel José Pereira, focamos nossa abordagem no intento de mostrar a formação de uma escrita de interessados como observamos com a construção de imagens distintas para os personagens deste episódio. Empreendemos esse estudo de caráter historiográfico buscando as leituras mais consolidadas na bibliografia sobre o tema, desvendando nestes a construção das imagens de João Pessoa e José Pereira em discursos que formaram uma escrita maniqueísta e dúbia sobre as personagens alternando-se entre escritos que implementam uma imagem de bem ou mal para cada um, nossa análise centraliza-se no estudo de como a historiografia existente sobre o tema em grande medida está presa neste campo que colocou em lados distintos as condutas e fazeres políticos daqueles que inicialmente foram aliados e partidários da oligarquia epítacista e assim da mesma estrutura de poder chamando atenção para o fato de que cada escritor implementa para si versões distintas do mesmo acontecimento na busca de impetrar as imagens que desejam construir para um daqueles que ganha o papel principal dos acontecimentos em suas narrativas.

**Palavras-Chave:** João Pessoa, José Pereira, Política, Conflito, Princesa, Paraíba, Discurso, Maniqueísmo e Disputa de Poder.

## ABSTRACT

This research is an analysis about the group of historical publications that relate the political events occurred in the end of the period of the Colonels' Republic in Paraíba during the João Pessoa' Government (1928-1930). i. e., the intra-oligarchic that culminated in a armed conflict between the police forces from the Paraíba state commanded by João Pessoa and the seditious defenders of from Princesa, city in the same state, and they had as leader the colonel José Pereira, a state representative. The focus is to expose the production of writing by the parties as we observe through the construction of distinct representations for the involved characters this fact. The study was developed with a historiographical aspect searching the most proven readings in the bibliography about the theme, besides to discover on them the productions of pictures about João Pessoa and José Pereira in discourses that shape a manacheistic and dubious writing about the characters, alternating between the notes that implement a representation of the good or the harm for each one. Then, the study centers in the research in relation to as largely the existing historiography about the theme is concise in that field, which put on the political conducts and actions from those who initially were allied and party of "epitacista" oligarchy in different places and so from the same power structure, referencing to the fact that the each writer implements for himself distinct perspectives about the same event with the aim to prosecute the figures which desire to develop for each one those who obtain the main function about the facts in theirs narratives.

**Keywords:** João Pessoa, José Pereira, Police, Conflict, Princesa, Paraíba, Discourse, Manichaeism, Power Struggle.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 (AIRES, 2013, p.66) imagem de quadro retirado do livro A.....	84
Figura 2 (AIRES, 2013, p.66) imagem de quadro retirado do livro A.....	85
Figura 3 Produções Literárias sobre trinta na Paraíba.....	86
Figura 4 (INOJOSA, 1980, p. 156) Foto retirada do livro República de Princesa (José Pereira x João Pessoa - 1930) .....	98

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I .....	18
A Paraíba do Fim dos Anos 1920: E a Natureza dos Conflitos Intra Oligárquicos .....	18
<b>1.2 A Trajetória de João Pessoa como Homem Político na Paraíba Articulação Oligarca. ....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 A Trajetória de José Pereira Como Homem Político na Paraíba, Articulação Sertaneja..</b>	<b>37</b>
CAPÍTULO II .....	46
A Visita de Aliados e a Despedida de Inimigos: A Ida de João Pessoa a José Pereira em Princesa. ....	46
<b>2.1 O Moderno e o Arcaico, o “Herói e Anti-herói” encontram-se em Princesa – PB.....</b>	<b>47</b>
<b>2.2 A Revolta Do Mandonismo, a Chapa Apresentada e Rompimento em Princesa – Pb. ....</b>	<b>52</b>
<b>2.3 José Américo em Princesa - PB a Notícia da Chapa e uma Versão da Ruptura .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4 Joaquim Inojosa a Escrita Encomendada Pela Memória dos Vencidos, João Pessoa em Princesa – PB .....</b>	<b>63</b>
CAPITULO III .....	73
ESCRITA PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930 NA PARAÍBA UMA PRODUÇÃO DOS INTERESSADOS .....	73
<b>3. João Pessoa e a Construção de uma Memória Maniqueísta.....</b>	<b>73</b>
<b>3.1 José Pereira a Versão do Outro e as Permanências Maniqueístas .....</b>	<b>90</b>
<b>3.2 Continuidades Historiográficas da Escrita Divisora.....</b>	<b>98</b>
COSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
BIBLIOGRAFIA.....	108

## INTRODUÇÃO

O fim como arte, está para o artesão na estátua que talhou em madeira ou mármore, para o ceramista a ânfora a que deu forma, assim como para o historiador o seu escrito, todas estas criações falam a seu espaço, contando o que são, carregando consigo uma carga permeada de seu produtor e da sociedade que o produziu, a história tem em seu fazer um processo de produção que assim como qualquer outro é transmitido.

A construção da história paira sobre o homem e seus acontecimentos em sociedade, mas qual homem ou quais homens são ou tem sido alvo desta no decorrer dos séculos, desde seus primórdios com Heródoto quando escrevia este sobre acontecimentos importantes, os grandes feitos de reis em batalhas e conquistas, heróis. A história se configurou ao longo do tempo como ciência, construindo versões, atrelando certo e errado em momentos criando heróis e vilões, lados certos e errados.

Quando os escritos são retomados pelo profissional do passado, se é que podemos chamá-lo assim, são feitos por um indivíduo que, como qualquer outro, escreve a partir de interesses atrelados ao seu tempo e a sua sociedade são interesses particulares deste seu espaço. Trata-se do que Certeau 1982 chama, o “lugar social” do indivíduo. Construir uma história de algo real é muito mais complexo que uma anedota ou um romance. Não existem nas ficções perguntas múltiplas como em história, não existe outra versão que fale pelo ponto de vista do vilão o historiador jamais poderá abarcar o total, ele não constrói o universo de que fala, ele recorta do mundo real especificidades para construir, reiterando pautado em seu interesse, um passado, deixa de fora outras versões que não pode ter acesso, ou recuperar, mesmo ainda da qual não tem interesse, assim ao construir uma versão de fatos que imprimem a uma personagem a alcunha de bem feitor, herói ou mesmo simplesmente apresentando este como certo ou errado da questão pode desconsiderando outras versões construir uma verdade parcial que desagrade a quem entende de uma outra forma os fatos.

A história constrói para si espaços de releitura o tempo muda como as questões são colocadas, assim ressignificando o que é importante entender, as vezes o importante é o porquê de determinado episódio ainda ter importância assim o tema se torna recorrente e construções são tomadas como verdades outras como mentiras, um exemplo dessa questão pode ser as narrativas acerca do personagem Tiradentes na história de Minas Gerais e do Brasil.

Nestes discursos, verifica-se a utilização de adjetivos que enaltecem ou desprestigiam o herói: a primeira, por questões políticas, constrói uma imagem que desqualifica Tiradentes; a segunda, também por motivos políticos, o enaltece. Ou seja, os interesses pessoais interferiram na objetividade que deveria existir na construção do conhecimento sobre o passado. (BALLAROTTI, 2009, p.209)

Esses questionamentos e construções de verdade, na busca de versão “verdadeira” de quem foi e o que representou Tiradentes por vezes se torna central na historiografia e deixa o movimento chamado Inconfidência Mineira a segundo plano tornando-se a parte o condicionar a análise do todo, isso muitas vezes pode ser um elemento que funda uma dicotomia, analisar sob ótica de uma personagem pode por sob perceptiva deste, e portanto lateral, outras que não corroboram com a mesma opinião e ainda condicionar cada um a buscar versões que possam justificar a si mesmos ou seus interessados, na imagem que escolheram descrever, assim sendo se um constrói uma imagem de defensor de algo constrói também um agressor, em outra perspectiva, trocados os pontos de vista estes papéis podem ser reconfigurados.

Na Paraíba assim como em outros estados a história se pautou em uma criação iniciada com chegada do português, poucos estudos buscaram ancestralidades pertencentes a cultura nativa antes da colonização, mesmo a figura do indígena é estudada em grande medida pela história tradicional atrelada ao homem branco. O mito de origem sempre presente em narrativas que buscaram o atrelar a história ao heroísmo, desde a ocupação colonial de conquista da Paraíba até os dias republicanos.

Deposta a monarquia de D. Pedro II, a história tratou de construir seus nomes fundadores. Na disputa Quintino Bocaiuva, Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca sendo este último imortalizado como símbolo da república, militar de família rica, lutara na Guerra do Paraguai, justamente por este motivo um herói nacional. A prática governamental vigente nesse período político do nosso país ficou conhecido como República do Café com Leite uma aliança formada entre os dois maiores estados da nação, polos produtores São Paulo e Minas Gerais, um sistema eleitoral viciado garantia a manutenção dos poderes, o coronelismo era a forma de poderes locais que centrados nas mãos de mandantes regionais manipulavam os eleitores e seus votos para garantir as eleições a um nível que envolvia o local, o estadual e federal sob troca de favores que beneficiavam ambas as partes, por isso esse período também ficou conhecido como a República dos Coronéis.

Na Paraíba como no resto do país, os conchavos se somavam nas mãos da oligarquia, uma forma de poder que dominava todo o estado, centralizado nas mãos de um mandante que detinha para si o poder, desde que mantivesse a troca de prestígios entregando aos coronéis formas de poderes que podiam legitimá-los, podendo ser ocupando um cargo, ou vários

deliberando a este o poder de escolher em seu município o Prefeito, o Delegado, os Promotores, o Chefe de Mesa de Rendas, além de obras que implementavam mais poderes ao coronel, mantendo assim o ciclo.

Em fins da década de 1920 a oligarquia dominante na Paraíba era a Oligarquia Epitacista, tendo à frente Epitácio Pessoa, chegada as eleições de 1930 o pacto entre São Paulo e Minas se desfaz chegada a vez de Minas Gerais no revezamento o presidente paulista Washington Luiz indica Júlio Prestes e não um candidato mineiro, ao fazer isso insurgem-se Minas Gerais, com seu governador e aquele que devia ser indicado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada decide romper com o pacto e apoia o Rio Grande do Sul que aproveitando lança chapa Getúlio Vargas, a Paraíba esquecida na hora de reunir-se com os estados que apoiariam a chapa de Júlio Prestes, decide romper com este candidato do catete e lança João Pessoa para vice-presidente. Disputas de rupturas oligárquicas na Paraíba implementam um conflito local e armado pelo poder, a perseguição epitacista aos dissidentes e ao mesmo tempo o acirramento dessas forças na tentativa de tomada de poderes acabaram por marcar a história do nosso estado de forma contundente, em decorrência destes fatos a que buscaremos tratar mais adiante João Pessoa é morto, e fazendo uso propagandista desse acontecimento Getúlio Vargas implementa o golpe de estado que lhe faz ascender ao poder.

Na Paraíba a criação de uma mitificação, cuja imagem foi necessária a revolução de 1930, se consolida na nossa historiografia, em nossas ruas e escolas, no calendário em forma de feriados, acrescentando a imagem do governante, João Pessoa vira um mártir. Sua imagem passaria ao panteão daquele que como Tiradentes deram a vida por uma causa multiplicam-se os lugares de memória espalhados em símbolos diversos que construirão sua história de herói e de mártir.

A história local, da minha cidade e estado sempre chamaram minha atenção, histórias sobre lampião e maria bonita, suas proezas, sobre as secas que tão trágicas mataram nosso povo deixando contos tristonhos de fome e lamento, sempre ouvindo dos mais velhos suas histórias sua experiência, pra mim esta foi a primeira academia de história, meu avô meu melhor amigo, meu tio sempre com algo a lembrar, os dois memórias vivas do passado. Ainda distante da leitura acadêmica, mas fascinado por documentários de história, sempre vendo todos que podia acabei encontrado na TV Senado um documentário sobre a Paraíba intitulado “Princesa do Sertão” este contando a história de João Pessoa e José Pereira<sup>1</sup> e o conflito, desde então me

---

<sup>1</sup> Faremos uso do nome grafado José Pereira, mas grande parte de literatura escreve apenas Zé Pereira como popularmente era chamado.

apeguei a este episódio de nosso torrão, até que entrando na Universidade, tive a oportunidade de estudar sobre a temática que acabou sendo o elemento deste trabalho acadêmico, muitas leituras, me trouxeram até aqui, vários artigos e livros foram construindo um conhecimento sobre a “Revolta de Princesa” a academia me deu suporte para entender que os escritos historiográficos poderiam ser estudados, o discurso contido nestes as construções de imagens e as perpetuações de espaços a serem entendidos me trouxeram a este trabalho.

A historiografia tratou de construir o contexto de sua morte atrelado aos eventos da “Revolta de Princesa”. A história desse conflito armado, contando, pelo olhar de participantes, memorialistas, vítimas, familiares e historiadores, invocam os acontecidos como dois lados, postos separadamente. O coronel José Pereira deputado estadual sediado em princesa também é mostrado como desafeto de João Pessoa e como tal responsável por um conjunto outro de narrativas a seu favor.

As primeiras versões das contendas entre José Pereira e João Pessoa colocam este último como um governante progressista que buscava combater o coronelismo, o banditismo no estado da Paraíba. É apresentado com tendências mais cidadinas. João Pessoa teve um governo curto e cheio de medidas que lhe fizeram impopular entre os próprios aliados, mas foi posto pela escrita oficial como político de cunho renovador. Já José Pereira aparece como seu opositor, tradicional em manter seus compromissos de compadresco, um típico coronel, enquadrado nos fazeres como tal, tendo domínio dos cargos públicos e também do eleitorado de sua região, colocado como atrasado por não aceitar as medidas do presidente.

Outras versões invertendo este papel colocam José Pereira como um coronel popular, tido como bonachão, transformara a região de Princesa – PB em um polo desenvolvido de produção e escoamento de bens, colocado em estudos modernistas como um coronel moderno que implementava em sua cidade, obras e elementos de uma modernidade, fiel a retórica sertaneja de ajuda aos amigos, mas sem tolerância a traições e inimizades, cuja perseguição implementada por João Pessoa o obrigaram a pegar em armas na defesa de seus amigos, e com apoio destes. O presidente em contrapartida é posto como louco, suas contradições são ressaltadas episódios que lhes tira a face de progressista e põe como perseguidor, injusto como é utilizado a questão da chapa as eleições de 1930.

Assim, dividido em três capítulos este trabalho buscou como centralidade a análise dos escritos historiográficos paraibanos, sobre a Revolta de Princesa – PB em 1930 percebendo os

lugares de produção das versões e natureza das mesmas. Com uma perspectiva da construção de um maniqueísmo<sup>2</sup> histórico, entre as personagens João Pessoa e José Pereira.

No capítulo primeiro descrevemos os envolvidos e o cenário político paraibano buscamos no capítulo contar os fatos que levaram ao rompimento político e o desencadeamento do conflito armado que opôs João Pessoa e Eptácio Pessoa a José Pereira, iniciados quanto veta, Eptácio Pessoa, a chapa sucessória para a presidência do estado formulada por João Suassuna que concluía seu mandato aquele momento, esta chapa continha nomes de sua própria escolha, encabeçada apenas por sertanejos constituía um risco ao poder de Eptácio Pessoa frene a oligarquia paraibana que por este motivo indica o sobrinho João Pessoa e daí pra frente as providências que se constituirão no decorrer do da Presidência de João Pessoa no intuito de eliminar a influência destes que chamamos de questionadores do status da Oligarquia Eptacista, até o rompimento e o conflito armado aos arredores da cidade de Princesa – PB culminando com a morte de João Pessoa em 1930.

No segundo capítulo do trabalho buscamos discutir e analisar um episódio em especial, ou seja, o rompimento entre José Pereira e João Pessoa, como fato, constantemente elencado nas narrativas dos acontecimentos do conflito de 1930. Buscaremos através desse capítulo apresentar uma análise mostrando como cada autor de determinada versão, põe em sua escrita os fatos dessa visita que afinal podemos dizer foi fatídica para os rumos do eptacismo na Paraíba da Primeira República. Nossa análise nesse trecho inicia vendo como versões divergentes surgem sobre os entreamos desse acontecimento, claramente divididas entre a defesa de um lado ou outro, e continua por analisar a escrita historiográfica construída através de memorialistas e historiadores. Para além das divergências que marcam estes escritos, buscamos entender as escolhas de cada autor sobre os elementos de importância a serem postos quando descrevem esse momento, assim como perceber os elementos outros que decidiram esquecer, por deixar de fora. Analisamos ainda como um mesmo ato pode ser utilizado por autores diferentes como base a demonstrar verdades antônimas. Não nos interessou amiúde entender que autores tomam partido par uma personagem ou por outra, mas sim observar a formação de uma história heroicizante.

Nosso terceiro capítulo apresenta uma análise mais central dos elementos constituidores da historiografia dos acontecimentos de 1930 que opuseram João Pessoa e José Pereira a partir

---

<sup>2</sup> No decorrer do texto nos apropriamos desse termo empregando-o sempre para tratar de uma dualidade, de uma oposição contida na escrita histórica paraibana sobre as disputas de poderes na oligarquia eptacista (1915-1930) que constrói para opositores políticos imagens e discursos de bons e/ou maus, sempre inscrevendo os personagens em práticas distintas, em mundos opostos.

de uma perspectiva onde o antagonismo é a tônica. Assim, buscamos demonstrar através de nossa análise, um João Pessoa e um José Pereira como homens próprios de seu espaço e fazeres políticos, desvinculados das escritas direcionadas e intencionadas que acabavam, em grande medida, deslocando estes homens de seus ancoradouros sociais para imprimi-los o semblante de distintos dos demais políticos da República dos Coronéis. Ambas as personagens foram questionamos em nossa escrita a partir da ideia de entender estes homens próprios a seu tempo, em um espaço onde as disputas de poderes mostravam-lhe a verdade de seus fazeres, de ação e reação na tentativa de manutenção e ruptura da centralidade da oligarquia paraibana vigente. Buscamos entender e apontar através dos registros na própria historiografia um João Pessoa como filho de uma oligarquia centralizadora e José Pereira um Coronel que impunha sua influência. Evidenciamos as origens de um maniqueísmo nos escritos ora tendo a frente os “adeptos” de João Pessoa, ora os “adeptos” de José Pereira. Procuramos mostrar como cada lado eleva a importância dos feitos e acontecimentos na busca de legar a história a consolidação de uma versão, de uma imagem e de uma memória para o personagem que se eleva na centralidade.

Um lado produzido pelo poder institucional outro pelo poder privado os dois com intencionalidades de demarcar um espaço de legitimação de um certo tipo de memória, da construção e consolidação de uma imagem e um imaginário. Buscamos desenvolver nossas pesquisas pautados numa metodologia das teorias históricas que emanam dos estudos da formação do discurso, a criação da memória, das disputas de poderes estatais e particulares que instauram sobre si memórias.

[...] a memória coletiva foi sempre central para o poder público. Essa esfera busca codificar representações comuns do passado, suas condições de transmissão, seus processos de seleção; em geral, o poder público elege um grupo, uma elite para tanto, são os “notáveis da memória” que dimensionam políticas de memória, os quais produzem objetos do passado, arquivos, lugares, fatos, exigem mediações acadêmicas e visibilidade midiática. Porém, não é só a esfera pública a mediadora e/ou produtora disso. As igrejas, as famílias, os partidos, os sindicatos etc., também podem ser produtores de políticas de memória com os mesmos pressupostos da esfera pública, ou seja, deliberando realidades reguladoras e impositivas de lembrança comuns... (TEDESCO, 2011, 20)

Nos dão um norte teóricos autores como o citado João Carlos Tedesco, Paul Vayne “Guerra de Memórias”, José D’Assunção Barros que em artigo sobre memória com sua relação com a história, traçamos paralelo entre a construção destas, onde segundo este de um lado existe a “A Contaminação da Memória pela História” (BARROS, 2009, p.57) em outra medida a “a

contaminação da História pelas Memórias Coletivas” ( BARROS, apud LE GOFF, 2009, 57) corroboramos com este pensamento no decorrer de nossa pesquisa.

Analisando a escrita historiográfica é importante entender o espaço social que a produz, sob ótica de Michel Certeau e o lugar social do historiado, também do memorialista, já que vemos a produção de determinado discurso como uma correlação de poder entre interlocutores, este poder se legitima conforme é legítimo seu emissor como corrobora com este pensar “A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes ampos” [...] (BOURDIEU, 1989 p.134, 135)

Por fim, nos debruçamos sobre a literatura dos episódios de 1930 que envolveram os homens públicos da Paraíba, João Porteira e Pau Pereira, sabedores de que não se esgotou ainda os questionamentos sobre esta temática. Buscamos assim analisar os escritos que nos deram o conhecimento necessário para questionar a luz de diferentes metodologias uma nova interpretação para o que consideramos um ponto importante da construção narrativa dessa história que é o viés de dicotomia e Maniqueísmo das versões sobre a participação de José Pereira e João Pessoa nesses acontecimentos. Procuramos mostrar que os autores da temática, memorialistas e historiadores, dos acontecimentos de 1930 de Princesa – PB por escolha fizeram da análise desses episódios uma verdadeira coxa de retalhos onde cada retalho foi cuidadosamente escolhido para construir as imagens que seus autores defendiam.

## CAPÍTULO I

### **A Paraíba do Fim dos Anos 1920: E a Natureza dos Conflitos Intra Oligárquicos**

Campo de escrita da nova história política, as disputas de poderes e em especial as referentes às oligarquias na Paraíba da Primeira República, compõem hoje um campo historiográfico fruto de releituras ocorridas com as reflexões iniciadas com a Escola dos Annales, mais notadamente a história política retomada com a Terceira Geração sob as mãos de Le Goff, renovada, quando desloca-se da história centrada no estado e em acontecimentos políticos individuais, trazendo para a política a figura da análise feita por outros elementos além dos políticos e poderosos, ou seja, uma história da Cultura Política, dos discursos de poder e das construções de imagens são os elementos que impregnam a nova história política vinda a tona como novo campo, permitindo analisar fatos antes deixados a margem da historiografia.

[...] o movimento de renovação da história política promovido pelos historiadores dos Annales realizou-se no sentido de: superar a vinculação unilateral da política com o Estado, incorporar a teoria da história desenvolvida pelos Annales ao estudo do político, e incorporar um paradigma culturalista de explicação muito em voga no momento. (NÉSPOLI, 2015, p. 365)

O campo da Historiografia Política como bem sabemos é permeada pelas estruturas de poder. Buscamos aqui analisar as criações de discursos e imagens derivados de uma escritura e historiografia permeada pelos feitos e fatos, uma feitura que constrói as imagens de João Pessoa e José Pereira por meio de discursos sagrados e demonizantes. Direcionamos assim, nosso olhar para os interessados na construção desses discursos entendendo que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1996: 10). Com isso entendemos que a própria construção do discurso se estabelece por poderes múltiplos, aqui vemos como este discurso se apodera da escrita histórica sobretudo com um propósito de se apresentar como uma escrita de “verdades” que constroem imagens maniqueístas para as personagens principais

da contenda. A grande parte dessa escrita existente sobre o tema se enquadra em uma historiografia pouco analítica, factual, Rankeana, em parte ligada ao estado e fazendo uso de seus mecanismos de perpetuação de poderes, implementadora da figura de João Pessoa como “herói cívico” ou ainda em outra mão, atrelada a poderes não instituídos relacionando-se numa tentativa de desmistificar essa imagem elevando também José Pereira ao panteão. Trata-se, pois, de uma história que busca através de documentos demonstrar as verdades de ambas as partes, cabe ao historiador que pesquisa por vertentes políticas entender a formação dessas imagens e dos discursos a elas atrelados como uma trama de poderes.

Para além do Discurso, um outro campo que tem se afirmado como território aberto ao Historiador Político é o do Imaginário. As imagens – que de algum modo também constituem um discurso muito singular, seja na sua forma de imagens visuais, de imagens verbais, ou de imagens mentais – também se mostram ao historiador experimentado como arenas através das quais as mais diversas forças se colocam em confronto. Acompanhando as observações que até aqui haviam sido feitas para o discurso textual, as imagens podem ser empunhadas como instrumentos de poder ou então se mostrarem como aquilo mesmo pelo qual se luta. (BARROS, 2015? p. 22)

Tomando em consideração esta nova história política atrelada ao estudo dos discursos das imagens e dos poderes, retomando a escritos de nossa historiografia e aplicando-lhe uma crítica dos fatos que são contados a luz da formação de um discurso sobre os acontecimentos de 1930 e seus interessados, buscamos questionar esta escrita tentando entender os elementos de poderes e suas disputas atreladas aos seus espaços de construção, bem como, mostrar uma certa intencionalidade de ambas as escritas como de características formadoras das imagens direcionadas para os seus personagens.

Assim esse capítulo tem como intuito estabelecer uma apresentação do cenário político paraibano na segunda metade da década de 1920, a partir das leituras e análises advindas de uma pesquisa historiográfica iniciada com o interesse de falar de João Pessoa e José Pereira e dos conflitos que os envolveram em nível local e que se estenderam para o âmbito estadual, no fim do período conhecido na literatura histórica da Paraíba, como Oligarquia Epitacista. Buscaremos aqui fugir de uma história já cotidianamente contada e recontada das origens do epitacismo para focarmos na inserção dos elementos que formaram o “caldo” político do fim deste período, fazendo-se necessário, entretanto, contextualizar os personagens no cenário paraibano da chamada República dos Coronéis.

Assim trataremos do ambiente oligárquico em que se encontra a Paraíba neste momento contextualizando as figuras de João Pessoa e José Pereira aí inscritos, de modo que possamos olhar os personagens de forma analítica a este ambiente no qual estão inseridos, bem como as relações estabelecidas com os demais personagens que os circundam e que contribuíram diretamente na construção de um cenário que culminou com uma a luta armada nos arredores de Princesa cidade paraibana que fica a 420 quilômetros da capita e faz divisa com o Pernambuco, hoje seu nome é Princesa Isabel. A morte de João Pessoa e o controle do poder político na Paraíba por um grupo, cuja a chefia não é mais Eptácio Pessoa, mas daqueles nomes que articularam a “Revolução de Trinta” na Paraíba ganhando legitimidade com a morte do líder e conseqüentemente com a construção do mártir, sendo eles, José Américo e Antenor Navarro a frente da interventoria.

Os poderes estabelecidos na Paraíba assim como em todos os estados na chamada República dos Coronéis, funcionavam através de oligarquias que ascendiam ao poder através de uma teia de poderes que saiam do seio do coronelismo, estes poderes locais, legitimado pelo “prestígio” e trocas de recursos. Para o governo da oligarquia estes recursos vinham dos coronéis através da sua influência eleitoral, e voltava para estes mandatários em forma de obras e cargos políticos, isso ajudava a perpetuar os poderes envolvidos, estas influências que Inês Caminha Lopes Rodrigues denomina como “poderes instituídos” e “poderes privados” de um lado a máquina estatal de outro a força local inserida nos municípios e regiões centrado na figura do coronel que exerciam o poder através da força e do prestígio o “eu quero, eu posso, eu mando”.

Nesse contexto, Eptácio Pessoa, aposentado no STF (Supremo Tribunal Federal) no Rio de Janeiro, que entrara na Política local através de uma secretaria que exerce no governo de Venâncio Neiva, em seguida na Senatoria em 1912, onde, por fim, em 1915 assume a chefia da articulação política na Paraíba tendo exercido seu poder até 1930, de forma centralizadora. Eptácio Pessoa exerceu um poder que configurou-se pela distância do estado paraibano, ocupante de uma cadeira no Senado e de Gabinetes Ministeriais como o de Relações Exteriores, “Em dezembro de 1918, Eptácio foi convidado pelo então ministro das Relações Exteriores, Domício da Gama, para integrar a delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes, sob a chefia de Rui Barbosa” (Dias, ano?, p.8) este último contra quem concorreu para ocupar a vacância de Presidente da República com a morte de Rodrigues Alves e sucedeu Delfim Moreira, tendo ganhado governou o país de 1919-1922. Apesar de distante, Eptácio estava a

frente das decisões na Paraíba, este tipo atuação não o afastava do poder, segundo o historiador José Otacílio de Arruda Mello, 2002, o poder exercido junto ao poder central se configurava de maior importância que a própria presidência do estado. Apesar de que, com seu afastamento ficava livre para reconstruir as configurações de forças locais como se verá neste sentido a junção das forças sertanejas tendo à frente João Suassuna que estabelece as bases que ao fim de seu governo tenta impor no questionamento do status de poder paraibano em 1928.

Na configuração de comando da Primeira República, o exercício do poder estava fundado em arranjos que envolvia em sua esfera local a influência exercida pelos chefes municipais intitulados de coronéis, isso se traduzia no comando dos mesmos sobre as eleições no âmbito do seu município, lhes conferindo o direito de escolher os representantes de cargos públicos como o de Mesa de Rendas, Delegados, Oficiais de Justiça, Juizes, Prefeitos todos subordinados ao coronel. O federalismo era o suporte institucional dessa política de acordos entre o local e o nacional. Este processo legitimava o poder deste e ao mesmo tempo do governo estadual como suporte para eleger Deputados Estaduais, Governadores, Deputados Federais e Senadores, apoiando ainda o candidato presidencial da oligarquia. Presenciava-se assim a perpetuação de aliados no comando, responsáveis por deliberarem verbas e obras que prestigiam os poderes locais dos coronéis, essas obras gerando benefícios para seu município, através de rendas e empregos, controlados pelo braço do mandante municipal, de forma engenhosa por meio da troca de favores e benefícios as pequenas famílias que ficavam ligados por laços de gratidão dos favores do coronel. Eptácio Pessoa, não chegou a ser governador da Paraíba, ao contrário, exercendo seu comando da esfera superior, a importância de estar junto ao Governo Federal está no último ato de legitimação de poderes, lhe possibilitou a troca de favores e uso dos recursos federais, exemplo do grande volume de verbas destinadas a Paraíba primeiro sob influência de Eptácio Pessoa depois sob seu comando com a presidência nas construções que beneficiavam seus aliados, fortalecendo seu comando, em maior parte com obras contra as secas. Muitas dessas obras, além de serem exploradas por partidários, se quer eram terminadas:

Na Paraíba gastou-se na primeira metade dos anos vinte 22.418:736\$024 – colossal fortuna em valores da época! - para a construção do ancoradouro no lugar denominado Porto do Capim, na cidade baixa. O decantado porto da capital, do qual se beneficiaram políticos, comerciantes, técnicos e fornecedores, *nunca se concretizou*.(MELLO, 2002, p. 165)

As verbas vindas da união pelas mãos do oligarca chefe, chegavam ao estado e eram distribuídas entre os coronéis, de 1924 a 1928 sob o comando de João Suassuna, para os maiores beneficiados dessas verbas que serão notadamente os coronéis interioranos, da família Dantas, no município de Catolé do Rocha, reduto de Suassuna, assim como os municípios de Pombal e Princesa, este, sob chefia de José Pereira Lima, Deputado Estadual e chefe político do município desde a morte de seu pai, Marcolino Pereira.

Como esse mecanismo de troca de favores e poderes era possível? A oposição não tinha espaço era varrida para baixo do tapete, o que se tinha eram momentos em que os elementos internos de disputa de poderes fraturavam a oligarquia dominante dando origem a uma outra advinda, não dos opositores da oligarquia, mas do próprio seio desta, exemplo disso é o próprio Epitácio Pessoa, que rompe com monsenhor Valfredo Leal implantando a oligarquia epitacista que sucedeu a alvarista, os elementos de oposição a oligarquia alvarista os Lima Filho líder opositor não ofereceram perigo a tomada de poder.

Morto Álvaro Machado, o monsenhor Valfredo Leal assumiu o comando do alvarismo, tendo contra si a Epitácio Pessoa que, concluindo carreira no Supremo Tribunal Federal, desejava retornar a política, como chefe supremo da oligarquia paraibana. Ex-amigo pessoal de Deodoro da Fonseca, Epitácio dispunha de outro trunfo nas relações pessoais com o presidente da República, Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro. [...]

Com esse cacife, Pessoa não só bloqueou a candidatura governamental de Valfredo – substituído por Castro Pinto, na condição de candidato de conciliação, - como impôs o irmão Antônio Pessoa para a primeira vice-presidência do estado. Os valfredistas tiveram que contentar-se com a segunda vice-presidência. (MELLO, 2002, p. 151)

Vemos no trecho acima a importância da conexão com o poder central no exercício do poder local. Isso acontecia porque as eleições eram perpassadas de fraudes, sob o comando dos coronéis que conduziam o município e faziam de sua população extensão de suas posses, exercendo seu poder “influenciador” na hora do voto. A federação dispunha de três tipos de votações, configuradas segundo historiador Humberto Cavalcanti de Mello, o voto aberto o semi secreto e o secreto, o primeiro se votava no candidato e abaixo assinava o nome, para se saber quem votou, o segundo não assinava o nome mas a chapa do candidato era “escolhida”

frente a mesa da sessão entregue pelo presidente desta, o ultimo o secreto não era adotado por nenhum estado, nosso estado adotava o voto aberto, isso por si só dificultava dissidentes que por algum motivo desejasse votar em um outro candidato.

Outro elemento que caracterizava esse sistema de votação era o chamado voto a bico de pena, em que os votos eram contados depois da votação e as cédulas de votação eram muitas vezes queimadas e a ata que era transcrita com as quantidades de votos, validava muitas vezes uma “unanimidade” do candidato do coronel, seu opositor não tirava um voto se quer, devido as práticas eleitorais viciadas, exemplo desta feita, os candidatos do Catete “Júlio Prestes e Vital Soares, [...] apoiados pelo ‘coronel’ princesense, obtiveram na eleição de 1º de março de 1930 1.001 (mil e um) votos. Enquanto os opositoristas Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, obtiveram (pasmem) ZERO voto.” (MARIANO, 2015, p. 78) assim a oposição não tinha vez, em raros momentos quando recebia votos o governo do estado ou federal vetavam estes opositores, “Em 1908, Afonso Campos logrou fazer maioria no Conselho Municipal de Campina Grande, o que foi desfeito pela presidência de João Machado. Para anular os resultados, Machado alterou os limites geográficos do município. ” (MELLO, 2002, p. 146), assim perpetuando seus aliados e a si mesmo no poder e comando do estado. O momento eleitoral constituiu importante mecanismo de perpetuação de poderes na Primeira República:

Essencialmente, era a diminuição da imprevisibilidade dos escrutínios o que animava o apelo à manipulação eleitoral, a despeito de quaisquer outras razões secundárias. No caso específico da nossa primeira vivência republicana, o receio implícito à incerteza replicada nos pleitos realizados durante os dez anos iniciais do novo regime catalisaria a construção da “política dos estados”, mais tarde alçada ao posto de metonímia da ordem vigente no país entre 1890 e 1930. Isto porque a saída para a crise de governabilidade que abateu as primeiras gestões presidenciais da época triunfaria nas suas apostas táticas, em parte direcionadas ao condicionamento prévio dos resultados eleitorais – e por vias legais. (RICCI; ZULINI, 2012, p.5)

Assim os elementos de perpetuação de poderes estariam contidos na expressão política do coronelismo na qual o poder estatal e poder central ficariam a cargo ou na mão do chefe da oligarquia. Foi assim que João Suassuna chegou a presidência do estado paraibano em 1924 – 1928.

João Suassuna nasceu na cidade de Catolé do Rocha (PB) no dia 19 de janeiro de 1886. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, ingressou na política em 1921, quando foi eleito deputado federal pela Paraíba. Assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e ao final da legislatura, em 1923, foi reeleito. Iniciou novo mandato em maio de 1924, mas nesse mesmo ano candidatou-se a presidente da Paraíba, na sucessão de Sólton de Lucena (1920- 1924). (LOPES, s.d. p.1)

Exerceu um poder que prestigiou profundamente os coronéis sertanejos, sobretudo, dando-lhes extensa liberdade para suas ações, dando suporte com o aparelho estatal estes coronéis. O mais destacado deles estava na figura do coronel José Pereira, àquele tempo deputado estadual, em quem tinha seu principal aliado. Assim podemos ver a estruturação de poderes no município de Princesa exercida através de seu representante José Pereira, como um beneficiado pelo Presidente Suassuna, “Em 1925, João Suassuna, na qualidade de presidente do estado, construiu sete silos (reservatório de grãos) em três cidades. Princesa foi contemplada com um silo de concreto com capacidade de 600 sacas de milho” (MARIANO, 2015, p. 49) outros benefícios são destinados a Princesa beneficiando a cidade que com ajuda deste, tornou-se uma das cidades mais prósperas do sertão paraibano segundo Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, 1999, página 41, “Em 1928, gastou com obras públicas:” e destaca em tabela alguns dos gastos, enfatizamos: “Melhoria de calçadas e calçamento dos jardins públicos e praças – 1:000\$000”, “Conservação das estradas de rodagem carroçáveis e de trânsito público – 3:600\$000” bem como “Iluminação Pública 10:000\$000” entre outros gastos. Estes mecanismos de barganha política só aumentaram o poder e a influência do deputado José Pereira no cenário político nacional, regional e paraibano especialmente.

Na conjuntura anterior ao acirramento dos conflitos intra oligárquicos, havia uma questão que mobiliza a todos, esse universo de formatação do mundo do coronel estava perpassado pela relação de apoio ou negação do fenômeno do cangaceirismo, cujo Estado era vítima e ao mesmo tempo apoiador. Quando falamos isso nos referimos ao braço final do poder do Estado, ou seja, os coronéis atuantes na política estatal, mas muitas vezes articulados com o banditismo que por vezes teria a capacidade de tornar-lhe um braço de força na pressão de adversários e inimigos. Antecipando alguns elementos de dissidência entre os coronéis da Paraíba como explica o historiador da temática do cangaço, Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento, um dos elementos que afastaram João Suassuna do epitacismo, ou ao menos utilizado como desculpa para tanto, teria sido a alegação do seu envolvimento, ainda que indireto, com o banditismo. Segundo este, a família Pessoa no Rio de Janeiro utiliza-se de sua influência para

perpetrar um desprestígio da figura de João Suassuna sendo associado ao cangaço “Do Rio de Janeiro, os Pessoas usaram os jornais para criticar o governo se Suassuna, o principal foco era o suposto apoio que o presidente dava aos cangaceiros, sobretudo a Chico Pereira.” (SARMENTO, 2017, p. 60) divulgando em jornais creditando aos Pessoas em combate a Suassuna, transcreve o historiador:

COMO SE COMBATE O CANGACEIRISMO NA PARAYBA: CHICO PEREIRA “PERSONA GRATA” DOS PODEROSOS DO DIA... [...] o cangaceiro Chico Pereira, saqueador de Souza, deflorador de Cajazeiras, assassino de Nazareth, andou o ano passado, em companhia dos sobrinhos do presidente do Estado, passeiando em automóvel por esta villa do Catolé do Rocha, terra natal do presidente Suassuna [...] Chico Pereira dahi sahia em companhia de pessoas da família presidencial, para transitar pelas fazendas dos adversários políticos do presidente, com o fim de intimidar-os [...] (SARMENTO, 2017, p. 60 apud A MANHÃ, 02 de jun. 1926)

Este elemento de desprestígio nos diz algo a respeito do início da resposta da oligarquia epítacista frente a tentativa de João Suassuna a tomada de poderes dentro da oligarquia paraibana, este articulava-se para formar um poder próprio a frente do estado, tendo como apoiadores os coronéis mais tradicionais do sertão. O questionamento do status dominante do momento por parte de Suassuna fica claro mais à frente na tentativa de lançamento de uma chapa com nomes de seu inteiro juízo, composto por sertanejos, mandantes aliados no sertão, tendo como presidente Júlio Lira, a revelia de Epitácio, o trecho acima apontado por Sarmento com a campanha de desprestígio de Suassuna pode ser entendido como ato do próprio Epitácio Pessoa, já que este mantinha influencia dominante no partido que era permeado por sua parentela, a resposta final do chefe da oligarquia estadual foi a substituição dos nomes indicados por Suassuna pelo sobrinho João Pessoa e Álvaro de Carvalho restando ao candidato Júlio Lira a segunda vice-presidência.

Nesse período, favorecido pela lentidão da Presidência do Estado, o cangaço floresceu com ímpeto e as queixas começaram a chegar com mais frequência ate o Ministro do Supremo Tribunal Militar, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, no Rio de Janeiro; e ao chefe da oligarquia paraibana, Epitácio Pessoa. Contudo, Suassuna começou a articular a própria sucessão com a intenção de romper com o epítacismo e criar sua própria força política na Paraíba. [...]

Mesmo conseguindo vetar a chapa de João Suassuna, Eptácio Pessoa e João Pessoa não pararam de divulgar na imprensa textos que apontavam para o descaso e para a desmoralização do governo Suassuna. (SARMENTO, 2017, p. 60, 61)

Dadas as condições, as dissidências no seio do partido foram momentaneamente apaziguadas com fim da chapa de Suassuna e segunda Vice-Presidência para seu aliado, entretanto o clima estava tenso, a Paraíba e a oligarquia epítacista chegava a 1928 e com este a posse de João Pessoa na presidência do estado, um ato de resposta que fez frente a tentativa de João Suassuna de implantar um comando sertanejo no estado, o presidente a caminho vinha com apoio e carta branca do tio, para combater os dissidentes. Mas quem era João Pessoa?

## **1.2 A Trajetória de João Pessoa como Homem Político na Paraíba Articulação Oligarca.**

João Pessoa chega a Paraíba nos fins dos anos 1920 com um currículo interessante cujo título maior era o de Ministro do Superior Tribunal Militar e sobrinho de Eptácio Pessoa. Até 1928 João Pessoa, não tinha envolvimento direto com a política, ocupando cargos de legislatura quando foi escolhido pelo tio, que não tinha filhos homens como sucessores para ocupar a presidência do estado. Dentre os vários sobrinhos de que dispunha, entre eles membros dos Pessoa de Queiroz, um ocupante de cargo eletivo pelo Pernambuco, foi preterido Francisco Pessoa de Querioz, Deputado Federal, experiente político - “que o credenciavam, com bastante mais razão, ao exercício daquele cargo político” (INOJOSA, 1980, p. 27) do que o sobrinho Ministro que escolhera, que era “um desconhecido” no estado, em função talvez de fatores como a proximidade geográfica que mantinha João Pessoa e Eptácio Pessoa morando na Capital Federal ao tempo que o distanciava de Francisco Pessoa de Queiroz, este aliado e próximo do deputado estadual José Pereira Lima, sendo um padrinho da filha do outro, além das relações comerciais mantidas pelos mesmos através das fronteiras abertas que ligava Princesa – PB à cidade pernambucana do Recife. Na Paraíba era também, José Pereira forte aliado de João Suassuna, antecessor de João Pessoa no cargo, o próprio presidente Suassuna mantinha relações contratuais com estes, através do governo do estado que tinha contrato propagandista com o *Jornal do Comércio*, de propriedade dos Pessoa de Queiroz, que João Pessoa encerrou ao entrar no poder [...] “suspendido uma pequena *subvenção* – 1 conto de réis por mês – que o tesouro estadual pagava ao *Jornal do Comércio* a título de publicidade” (INOJOSA, 1980, p. 28), estes elementos de ligação com Suassuna que poderiam fazer do

desejo de Epitácio em retirar poderes do grupo sertanista uma tarefa menos eficaz, estas motivações podem ter pesado na escolha de João Pessoa para a presidência.

Nesse contexto o momento de chegada de João Pessoa a Paraíba foi marcado por um discurso de posse que foi seu cartão de visitas do que seria seu governo, sendo, segundo Mariano, 1999, “classificado por alguns autores como reformador” veio com carta branca do tio, mais para suplantar os seus dissidentes que para fazer nova política, a famosa expressão citada por Almeida, 2005, “vou dar uma vassourada” nos parece ser direcionada assim como seu discurso não a uma ala atrasada de coronéis, mas uma ala de dissidentes que desejavam uma reconfiguração de poderes no estado transfigurado no semblante de João Suassuna, as várias medidas tomadas como precursoras do que se veria no pós-revolução, com a retirada de poderes locais e centralização de poderes na mão do estado, adveio em grande medida pelo combate desse bloco sertanejo, aliados num suassunismo.

[...] “Não trago a convicção de extinguir o cangaceiro de nossos sertões; mas venho com o propósito de não lhe dar tréguas, esteja onde estiver e seja quem for seu protetor ou seu homisiador. Quem se sentir humilhado com a ação da polícia, que não acolha em suas casas e propriedades. O cangaceiro é o produto da falta de justiça e da nossa viciada educação política feita em gerações sucessivas.”[...] (Discurso de Posse de João Pessoa, FREIRE, 2000, p. 24)

João Pessoa foi transformado depois de morto em um estadista com novas ideias e fazeres, em vida podemos observar um lado deixado a sobra, entender este como um homem inserido no seu tempo e espaço e com interesses próprios que englobavam um grupo do qual fazia parte, é importante. Como lembra (MARIANO, 1999, p. 96) este era um “oligarca de base familiar” os métodos pelos quais ascende ao poder na Paraíba, está em consonância com este modelo do qual faz parte o coronelismo que tinha em outra ponta o tio Epitácio Pessoa. Quando se enquadra a política coronelística no “eu quero, eu posso, eu mando” como afirma (RODRIGUES, 1978) não fica difícil de ver as mesmas praticas advindas do lado de João Pessoa, as incoerências que permearam todo o seu tempo político na Paraíba deixam este com um pé dentro e outro fora de um “novo modelo” de fazer política que se estruturará após a tomada do poder por Getúlio Vargas e muitas vezes a João Pessoa atribuído como uma feitura comum a seu governo antes ainda da Revolução de 1930.

Entretanto os elementos que podem ser vistos nas práticas “reformistas” do presidente enquadra-se também numa perseguição de opositores, prática comum no coronelismo. Mesmo

tendo questionado o status dominante, João Suassuna, José Pereira, Júlio Lira com apoio de outros, ao tentar implantar chapa própria para a sucessão estadual, desmantelada por Epitácio Pessoa, tendo estes voltado atrás imediatamente, renunciando a candidatura a presidência do estado de Júlio Lira, chefe de polícia de Suassuna e mantendo-se no bloco de Epitácio Pessoa, viram-se perseguidos pelos Pessoa, que percebendo o poderio sertanejo impõe João Pessoa a Presidência do estado, manobra estratégica pois este não mantinha relações de qualquer tipo com as lideranças locais, devendo fidelidade apenas a oligarquia epitacista.

Não podemos, nem queremos contextualizar João Pessoa como simples perseguidor dos coronéis sertanejos, como o fazem seus opositores, este também manteve política própria, tendo trabalhado em medidas que em grande parte beneficiou a população ou uma parte dela, exemplo disso foi o fato de retirar das mãos do mandante local o poder de escolher o chefe de polícia, o juiz e promotores do município. Ao se colocar assim pretendia evitar tendencialismos que sempre beneficiavam os coronéis que detinham o poder local. Esse fato ajudou a fortalecer em parte a oposição que ganhou “espaço” quando comparado ao governo anterior:

[...] destituiu chefes locais, demitiu juízes e promotores, removeu delegados e chefe de Mesas de Rendas (coletorias estaduais).

Poucos municípios ficaram de fora do seu “pulso de aço”. Em Alagoa de Monteiro, v.g., destituiu o chefe político, o promotor, o delegado de polícia e os elementos da Força Pública; em São João do Cariri, o chefe político e o promotor.

No intuito de moralizar e reorganizar as administrações municipais, a maioria em estado caótico, empreendeu cuidadosa seleção para a nomeação dos novos prefeitos, fugindo a “velha praxe de compadresco” como noticiara um jornal carioca. [...]

Nas nomeações, deu preferência aos elementos que pretejeram-se em cargos públicos e não mantinham estreitos laços de amizade com o prefeito da gestão anterior, ficando mais livre para o desempenho das funções o dos “estreitos compromissos” políticos. (RODRIGUES, 1978, p. 29, 30, 31)

Como afirmamos estas medidas postas, como a retirada de poderes dos mandantes locais, se apresentam como de caráter reformista, não temos notícias de que tenha se realizado uma substituição dos chefes locais por adversários políticos, ou seja, a mudança de comando dos chefes locais acontece para os seus aliados. Evidentemente que numa via de mão dupla, enquanto retirava dissidentes do epitacismo diminuído os poderes locais o negócio público melhorava seu funcionamento com a arrecadação. Outra medida polêmica foi a campanha de desarmamento empreendida pelo governador.

Dirigiu circulares aos delegados de polícia ordenando busca em todas as fazendas para apreensão de armas, do “caboclo ao coronel”; proibiu a ostentação das mesmas nas feiras, estradas e fazendas. [...]

A campanha de desarmamento atenderia a duas proposições. Por um lado, atuaria no sentido de reestabelecer a ordem; por outro, minava um dos esteios do prestígio e da liderança do coronel: “impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos ou lograr que as restitua.” (RODRIGUES, 1978, P. 33, 34)

Estas medidas atingem em cheio uma ala do epitacismo, em grande medida os aliados a Suassuna, ou seja, aquela ala de coronéis sertanejos mais tradicionalistas, mas certamente uma medida que inflama a outra metade de sua família, os Pessoa de Queiroz, diz respeito a criação do Imposto de Barreira, visando atrair o comércio para a praça da capital do estado Parayba, já que até então a maioria dos bens advindos do interior saíam para outros estados, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte. Essa medida atinge em cheio os comerciantes, fazendeiros e coronéis do sertão, entre eles José Pereira cuja a produção algodoeira de Princesa a terceira maior, em área plantada do estado, segundo MARIANO, 2015, tinha um polo de beneficiamento de algodão em seu distrito de Patos de Irerê sendo toda produção escoada via Pernambuco, devido à proximidade e melhores preços pagos pelo estado. A J. Pessoa de Queiroz e Cia., pertencia ao compadre de José Pereira, estes familiares e desafetos do presidente da Paraíba. Esse beneficiamento comercial e burla fiscal motiva o início Da Guerra Tributaria travada através dos jornais *A União* periódico oficial da Paraíba e *Jornal do Comércio* de Pernambuco assim como dar alento ao acirramento das subseqüentes rachaduras de poder:

Pára combater a crise econômica foi promulgada a Lei tributaria 673 de 17 de novembro de 1928 regulando a exportação e importação de mercadorias, sendo criado por este dispositivo legal o Imposto de Incorporação (de “barreira”) que incidia sobre a segunda. [...]

visando fomentar o comércio na capital, foi estabelecida uma acentuada diferenciação nos impostos referentes a importação e exportação realizadas pela capital e pela fronteira [...]

Essa “muralla chinesa” objetivava, por um lado, desestimular – para não dizer “proibir” - o comércio do interior paraibano com outros estados; por outro, coagir as firmas das unidades vizinhas a abrirem filiais na capital paraibana. Em síntese, fomentar o desenvolvimento do comercial da capital e soerguer as fianças paraibanas. (RODRIGUES, 1978, p. 46 - 49)

Estas medidas causaram grande mal-estar com as praças comerciais de outros estados que impetraram processo judicial ganho em última instância, quando o imposto foi considerado inconstitucional. “o término da *guerra tributaria* veio com a publicação, no dia 8 de julho de 1929, de um mandato (solicitado por quarenta firmas de Pernambuco) contra o estado da Paraíba, alegando a inconstitucionalidade do referido imposto, o que não significou um ambiente tranquilo no estado” [...] (MARIANO, 1999, p. 90). De fato, como ressalta o autor, não houve apesar desse ganho jurídico um sossego no tocante a querela entre os primos que continuaram trocando animosidades pelos jornais dos quais dispunha, tendo o próprio Epiácio Pessoa chamado atenção destes.

João Pessoa é, pois, um homem de seu tempo, não um “deslocado” visionário, de que fez imagem a chamada Revolução de 1930, ele não cai de paraquedas numa oligarquia para se colocar na liderança da Paraíba. Sua vinda e suas atitudes estão neste ambiente típico e neste estado de coisas que era a oligarquia, como um eterno centro de disputa de poderes e discursos, que podemos acompanhar através das farpas que publicadas no jornal oficial, além de outras ações que mostram esse “oligarca de base familiar” que foi João Pessoa.

Se o Presidente da Paraíba de 1928 à 1930 teve como mentor intelectual e que o conduziu ao poder Epiácio Pessoa, tinha como braço direito, o sempre presente José Américo de Almeida, sobrinho de Valfredo Leal, era contrário à oligarquia epitacista, mas atraído por este acabou aceitando o convite de João Pessoa para a Secretaria-Geral do Estado e com a divisão desta secretaria em duas passou a ocupar a pasta da Secretaria do Interior a partir de onde exerceu forte influência no governo de João Pessoa. Após a morte de João Pessoa foi conduzido ao poder inaugurando o período de domínio chamado de *americismo* por alguns autores, iniciado em 1928, quando assume esta secretaria, conforme Bárbara Bezerra Siqueira Silva<sup>3</sup>. Um elemento interessante que podemos fazer nota é que toma a frente do mando no estado Epiácio Pessoa triunfando sua influência sobre o tio de José Américo o Monsenhor Valfredo Leal, que eram aliados na oligarquia alvarista, após a morte de João Pessoa e com as reconfigurações de poderes que acontecem após o golpe que faz ascende Getúlio Vargas ao poder assume a frente de comando na Paraíba José Américo, podemos ver nesse fato como as

---

<sup>3</sup> Mestra pela Universidade Federal da Paraíba, com trabalho intitulado: “O poder político de José Américo de Almeida: a construção do *americismo* (1928-1935)” 2015.

configurações de poderes mantinham-se em trocas internas a situação rachado o bloco uma parte tomava o poder e dava origem a outro.

A autora credita boa parte das ações do presidente João Pessoa as mãos do secretário, através de um traquejo político que o presidente não tinha.

Na posição de secretário do Interior e Justiça, era José Américo de Almeida que resolvia os problemas dos municípios e quem preparava a base de fortalecimento do governo, era o responsável por “fazer política”, dessa ideia corrobora também Assis (2005, p. 68), ao afirmar que Almeida era “aquele quem dirimia/negociava os conflitos políticos intermediando as dissensões entre o governo e as demais lideranças políticas, haja vista a conhecida assertiva de que João Pessoa não tinha habilidade para o trato com a política.”. (SILVA, 2015, p. 41)

Chegando mesmo a creditar as políticas de “combate ao coronelismo” ao escritor e secretário.

Assis também destacou que além de ter José Américo de Almeida como seu braço direito, João Pessoa deve ter se inspirado nos livros dele – *A Paraíba e seus problemas* (1923) e *A Bagaceira* (1928) –, uma vez que percebemos nas ações desenvolvidas pelo governo do Estado, “respostas a problemas identificados e formulados pelo pensamento americista. Em outras palavras, é em José Américo que vamos encontrar as bases das ações implementadas por João Pessoa no governo do estado”. (ASSIS, 2005, p. 81). (SILVA apud ASSIS, 2015, p. 41, 42)

Não chega a ser difícil pois, vemos a presença de José Américo em todo governo de João Pessoa, com uma atuação que foi além de sua secretaria, um dos articuladores da imagem após sua morte, ocupando lugar de destaque no governo. Outros secretários tomaram parte nessa articulação de poder, como Ademar Vidal, Antenor Navarro que assume a interventoria, mas na centralidade dos fatos está sempre José Américo.

A questão tributária como falamos gerou um desgaste enorme entre os coronéis sertanejos, cristalizados na figura de José Pereira, um dos principais prejudicados, bem como os Pessoa de Queiroz, entretanto o ponto da discórdia e acirramento das intrigas políticas se daria nesse campo das amarras que sustentavam essa forma de poder, ou seja, a estrutura que

liderada por Eptácio Pessoa optou pela exclusão de João Suassuna da chapa eleitoral para o exercício do mandato de Senador, passa a ser o elemento central.

De forma autoritária, João Pessoa, banca a manutenção na chapa para disputa eleitoral de um primo, poupando-o da renovação que falara desde seu discurso de posse. “No dia 17 de fevereiro de 1930, João Pessoa divulgou a chapa onde foram excluídos todos os candidatos à reeleição, exceto seu primo, Carlos Pessoa.” (MARIANO, 1999, p. 91). O que podemos ver são as incoerências contidas nos atos de João Pessoa, estereotipado pelo historiador José Octávio de Arruda Mello como “homem marginal, marginal, que estivera a margem da sociedade que o criou”, mas são atos condizentes com uma conduta credenciada de um típico oligarca, inserida assim como o coronelismo no “eu quero, eu posso eu mando” este assinou o manifesto com a chapa sozinho, tendo os membros da comissão Júlio Lira e Inácio Evaristo negando-se a assinar conforme relata RODRIGUES, 1978, p.83. Com a chapa no bolso partem para o interior, João Pessoa e José Américo de Almeida na busca de apoio e votos. Momento em que as oposições romperam com João Pessoa, representados pelo telegrama de José Pereira após a visita e apresentação da chapa como nos contam as versões desse fato divulgadas.

Essa viagem tinha o caráter eleitoreiro, uma vez que se buscava divulgar a proposta da Aliança Liberal e assim conseguir mais adeptos a causa. José Américo de Almeida não via com bons olhos a visita ao município de Princesa, dada as circunstâncias da relação entre o presidente do Estado e o chefe local. [...]

Quando a comitiva do presidente chegou em Princesa, foi recebida com festa pelos princesenses, toda a cidade estava vermelha – cor símbolo da Aliança Liberal. José Pereira hospedou João Pessoa e José Américo de Almeida em sua residência e ofereceu um banquete de boas-vindas à comitiva do presidente. A noite foi de festa, porém existia uma certa tensão no chefe local, Almeida relatou que José Pereira parecia não estar muito satisfeito com a presença deles em sua cidade, “estava constrangido”. José Américo de Almeida ficou responsável por informar a composição da chapa a José Pereira, que a princípio não se mostrou contrário. Como constatou Almeida (1978, p. 48), “Ainda ignorava ou fingia ignorar a preterição de João Suassuna, o político do Estado com quem era mais ligado. Ficou sério, com o rosto duro e os olhos acesos. Depois, para disfarçar, fez troça, à custa de alguns dos nomes escolhidos para a deputação”. Na cidade, o secretário foi informado de conspirações contra João Pessoa, vindas de Triunfo, em Pernambuco, como articulador que era tentou, sem êxito, conseguir o apoio do chefe princesense à causa liberalista. (SILVA, 2015, p. 49, 50)

Neste acontecimento podemos ver claros os interesses partidários e políticos de composição e manutenção do poder no estado. Não podendo admitir a exclusão dos chefes aliados a Suassuna, estes se rebelam contra a chapa situacionista autorizada por João Pessoa lançando sua própria “alternativa” com a candidatura de João Suassuna. Todavia, este ato não

significou um rompimento com os coronéis sertanejos, mas sim com as lideranças sertanejas que aliadas a Suassuna tentaram estabelecer uma chefia de sua própria vontade. Este rompimento representa o ato final de represália do epitacismo a tentativa de uma ascensão de poderes sertanejos de formar uma centralidade própria:

Os líderes sertanejos vieram a romper com o governo nas proximidades das eleições presidenciais, em que João Suassuna apresentou chapa eleitoral alternativa e José Pereira partiu para a sublevação do Estado. Ficando evidenciado que esta não foi uma ruptura abrupta, mas pensada e planejada cautelosamente. (SILVA, 2015, p. 51)

Nesse momento e em função desses episódios eclode o movimento armado de Princesa – PB, tendo apoio de João Suassuna, mas sobretudo dos Pessoa de Queiroz, dando suporte financeiro. Evocamos dois elementos para tentar entender porque pega em armas José Pereira para além do incentivo dos Pessoa de Queiroz. Um primeiro é o fato de que, sabendo João Pessoa do rompimento e da candidatura de Suassuna em chapa alternativa, manda tropas de soldados para o interior a título de garantir a segurança do pleito eleitoral, este movimento é feito tendo o tenente Ascendino Feitosa a frente das tropas, este que era inimigo pessoal dos Dantas, em Teixeira o que causou um confronto armado entre essa família e a polícia do estado. Trata-se de uma ação de João Pessoa, em conformidade com o poder oligárquico, de proteção dos seus interesses na votação, sabendo este como eram procedidas, pois os mandantes locais rompidos com seu governo votaria em Suassuna e contra ele na chapa com Getúlio Vargas a presidência da república. Assim age mandando forças policiais para “garantir” a normalidade das eleições. A chegada da polícia recebida com armas, significava impetrar o que o presidente temia, repele com luta a força policial José Pereira, em garantia as eleições a favor de Suassuna e contra João Pessoa.

O outro elemento importante neste contexto diz respeito ao enfraquecimento do poder de João Suassuna em seu reduto o que foi incentivo para garantir-se nas eleições direcionadas pela força persuasiva coronelística. Estava fresco na memória de Suassuna a ação de João Pessoa na eleição do Conselho Municipal em Catolé do Rocha, em 31 de dezembro de 1928, onde incrivelmente a oposição consegue vencer, mostrando assim a “existência” desta oposição, ainda que fraca, pela falta de espaço, mas ativa nos interiores, e que teria espaço caso o controle da polícia de João Pessoa nas eleições no interior caso não tivessem sido repelidos por homens de José Pereira, que não tinha interesse nesse momento que qualquer oposição

concedesse ajuda a João Pessoa, com a separação da bancada do PRP<sup>4</sup> na concorrência os votos seriam divididos entre os candidatos próximos ao poder da capital e os de Suassuna sertanejos, no Conselho Municipal de seu reduto residia oposição ascendida da política do presidente do Estado que poderia lhe tirar votos.

ALMEIDA, J.A. - op. cit., p. 31. O jornal oficial fez inúmeras transcrições de outros periódicos que elogiavam a lisura das eleições, como ilustram os exemplos abaixo: “eleições limpas, calmas, sem a menor intervenção da polícia. A prova está no resultado do pleito municipal. Em vários municípios a oposição triunfou e constituiu as comarcas. Basta dizer que o antecessor do sr. João Pessoa, o sr. João Suassuna, foi derrotado no seu município, três meses depois de haver deixado o poder.” *diario da noite* de São Paulo, transcrito na edição de 18 ago 1929, p. 1 (RODRIGUES, 1978, p. 36)

Não é difícil de imaginar que tenham pensado sob este ponto de vista, ou seja, o de que João Pessoa poderia pôr em prática o mesmo mecanismo utilizado nas eleições municipais, com intervenção da polícia o poderia dar espaço a oposição de votar livremente, o que significava prejudicar a candidatura alternativa de João Suassuna para o Senado, possivelmente antecipando-se a essa manobra já utilizada contra os coronéis prepararam-se José Pereira e João Suassuna, pois quando eclode as lutas o volume de homens armados em Princesa – PB é enorme, indo em relatos de mil a dois mil homens, enquanto que toda a força policial do estado não chegava a mil, este contingente levaria tempo para ser organizado. Luta armada entre coronéis e poderes instituídos não é um fenômeno tão raro na Primeira República, exemplo contemporâneo a revolta de Princesa – PB temos o movimento no Ceará a Sedição de Juazeiro que toma parte o Padre Cicero:

Ocorrida em 1914 quando, dentro do contexto da política das salvação desenvolvida por Hermes da Fonseca, vários sertanejos, apoiados pelo governo federal e pelas facções políticas ligadas à oligarquia Acioli, se levantaram contra Franco Rabelo, governador estadual nomeado em 1912 tendo como Vice o Padre Cicero, a Sedição de Juazeiro estoura de fato quando o governador passa a perseguir seu vice, o padre que era também prefeito de Juazeiro, destituindo-o do cargo. A partir de então, o influente médico e político da cidade, Floro Bartolomeu, juntamente com seu amigo pessoal Padre Cicero, organiza um batalhão que defende a cidade dos ataques dos soldados do Governo estadual e marcha rumo a Fortaleza onde Rabelo,

---

<sup>4</sup> Partido Republicano da Paraíba cujo líder era Epitácio Pessoa e que eram membros João Pessoa, João Suassuna e José Pereira.

acuado, entrega o cargo assumido interinamente por outro governador nomeado pelo governo federal, Fernando Setembrino e posteriormente por Liberato Barroso, em eleições que confirmaram o vice-governo de Padre Cicero. (MOREIRA, 2008, p. 16)

Assim o armamento de homens contra a força legal não se constitui uma anomalia no seio do regime oligárquico coronelístico da República Velha. Em Princesa – PB a revolta inicia-se em 28 de fevereiro de 1930 e vai até a morte de João Pessoa.

Não podemos deixar de notar que os elementos de mudança implantados na Paraíba, mesmo que fossem para impor derrotas ou desgastes a oposição, são também elementos com os quais se apoiaram os que escrevem sobre João Pessoa de forma a ser chamado de progressista. Em tempo algum foram permitidas que a oposição tivesse espaço, a não ser por alguma conveniente troca de comando em um município. As ações tiveram um lado positivo puderam através da arrecadação tributária melhorar a economia do estado, e com isso dar espaço para a atuação dos mesmos que conseguem de parte da população apoio na batalha com o coronel José Pereira assim, creditam aos fazeres de João Pessoa uma prática advinda de uma vivência urbana que entrava na era do modernismo “Vivia no Rio de Janeiro, cidade que tinha um modelo urbano-industrial muito mais desenvolvido que todo o Estado da Paraíba, e assim teve seus valores políticos pautados por esse ambiente, o que acabou gerando certa indisposição com o mandonismo local.” (SILVA, 2015, p. 39) enquanto na capital o grande centro urbano do estado, era saudado como reformista, no interior era tido como perseguidor, imagens que se mesclam a partir do seu fazer como político, se por um lado prestigia a liderança da oligarquia consultando o tio e líder Epitácio Pessoa, sua perseguição aos dissidentes dessa chefia se faz de maneira dura parcial.

Tendo atacado o reduto dos Dantas dos quais já vinham “desprestigiados” por ele João Pessoa, inimizaram-se de vez, tendo a frente destes, João Duarte Dantas, advogado na Capital Paraibana. Manda inimigos destes para hostilizá-los em seu território, mandando prender ali o seu irmão, segundo escritor Ariano Suassuna em entrevista feita para documentário da TV Senado, intitulado “Princesa do Sertão”, faz assim, João Pessoa, uso de violência, manobras e artifícios de poder para dificultar o quanto puderam a soltura do preso. Acrescenta-se a esses fatos o também violento ato de invasão a sua casa na capital, esse episódio protagonizou um dos elementos fundamentais dos rancores que levaram João Dantas a atirar em João Pessoa.

[...] La um dia seu apartamento com sinais que evidenciavam violação. E na polícia surge o Sr. Anquises Gomes, que comunicou o fato, solicitando uma providência, visto a Liga Desportiva Paraibana, de cuja diretoria era membro, ter sua sede no mesmo prédio em que residia o Sr. João Dantas. Então, então designei o Delegado Manoel Moraes, para verificar o que havia. Realmente, dera-se a visita de desconhecido ou desconhecidos ao lugar aludido, onde a polícia encontro rifles, munição e, espalhados documentos que demonstravam a ignóbil posição ocupada pelo rebento dos Dantas. Duas ou três cartas foram publicadas. E um caderninho, o qual jamais poderá ser revelado de publico por encerra tendências mais vis de um doente sexual. As suspeitas da polícia que se tratava de um audacioso espião, caçado com maior interesse, se positivaram plenamente, de resto, mesmo antes da documentação apreendida. (VIDAL, 1978, p. 248, 249)

Sobre esse fato fala também INOJOSA, 1980, p. 216. [...] “ao ler em *A União* suas cartas íntimas eram impublicáveis por imorais, mas quem as desejasse conhecer fosse lê-las na redação”, as referidas cartas tratam-se de correspondências trocadas com sua namorada a professora Anayde Beiriz, filha de um tipógrafo do jornal oficial da Paraíba, este episódio e a morte de João Dantas no presídio no Recife são creditados como motivadores do suicídio de Anayde,

Seu escritório/residência foi arrombado pela polícia da Paraíba, seus documentos e correspondência íntima tornados públicos, as cartas de sua noiva Anayde Beiriz expostas no quadro de avisos de *A União* e na Chefatura de Polícia, tais cartas circularam e causou grande incomodo aos padrões exigidos aquela sociedade, o que é um contrassenso, afinal os ares modernos se manifestavam em inúmeras esferas do social na província, mas o episódio da exposição das cartas denunciava, que as transformações não desestruturava os elos da dita moralidade, arquitetados sobre o patriarcalismo, o amor expresso em forma literária e poética foram determinantes para a construção de papeis; de devassa a professora e de imoral ao advogado. (SILVA, 2017, p. 32)

Apesar de ter, João Pessoa, em suas práticas elementos de um progressista, característica contida também no seu discurso, tem elementos arcaicos que o colocam na posição de um coronel urbano, afinal o que é um oligarca familiar da república dos coronéis. Elementos como a perseguição, a exposição e a propaganda negativa contra aqueles contrários a seu regime o incluem nesse espaço do coronelismo como fazer, ao perseguir João Dantas se posiciona, pois, nesta condição similar a um coronel de interior, nas práticas perseguidoras.

Com a invasão do apartamento e exposição das cartas, mais um cenário no qual a querela no interior do estado já se mantinha por meses, sem que conseguisse João Pessoa, através de

sua força policial chegar a Princesa. Como elemento novo, o governante na véspera de uma visita ao Recife manda publicar nota em *A União* informando de sua ida aquela cidade na manhã de 26 de julho de 1930, preocupados pelas ameaças que vinha sofrendo de João Dantas que neste momento estava refugiado na casa de seu cunhado Augusto Caldas, devido as perseguições da polícia na Paraíba, seus secretários prevenindo, inutilmente, que não fosse ao estado vizinho. Chegando ao Recife tendo indo visitar um amigo no hospital e a tarde em companhia de outros, foi até a “Confeiteira Glória”, casa de chá onde costumava ir, estava sentado quando fora surpreendido com a chegada de João Dantas que alvejando o presidente punha fim a vida do governante e iniciado os elementos que construíram para aquele momento a imagem de “mártir da Revolução”, pelas mãos dos seus herdeiros de poder fundaram esta imagem e produziram a escrita maniqueísta que nos trouxe a este trabalho.

Este ato final representa o conflito de forças no estado, coerentes com os fazeres da República dos Coronéis, aqui temos a disputa de poderes da oligarquia epítacista, levada ao nível máximo de uma disputa política expressa em luta com armas de fogo e de palavras e na morte o fim de uma disputa e início de outra.

Os elementos que escolhemos nessa escrita para apresentação de João Pessoa, são aqueles que entendemos como representativos para a configuração de um governante contido em seu ambiente, próprio de seu espaço, nem herói e nem vilão, mas interessado, como qualquer homem de seu ambiente, nos modos e feitura que lhe cercam. O presidente foi um elemento pertinente a sua sociedade, que entrava em declínio no ano de sua morte e reconfiguração de poderes era em parte o choque entre o patriarcalismo rural e o ascendente poder do capitalismo industrial da urbe um conflito que se estende ao país inteiro, um choque de modos de vida. Deste ambiente vem as ações de um discurso revestido de revolucionário, posto a cabo pelos nomes na Paraíba, de Ademar Vidal, Anthenor Navarro, José Américo mentores da construção de uma imagem de João Pessoa como mártir revolucionário da história da Paraíba, imagem esta, construída na comparação direta com o seu opositor José Pereira. Mas quem era José Pereira?

### **1.3 A Trajetória de José Pereira Como Homem Político na Paraíba, Articulação Sertaneja**

Estudante de direito na cidade do Recife, José Pereira Lima, abandona o curso, que iniciara em 1905, no segundo ano quando morre seu pai o coronel Marcolino Pereira, fato interessante é que Marcolino é natural da cidade de São João do Rio do Peixe, interior paraibano, mas vai exercer seu poder em Princesa – PB até sua morte, assume seu lugar José Pereira que apesar de não ser o filho mais velho, com certeza era o mais preparado para assumir o mando de poder deixado pelo pai. Esse poder e influência que exerceu no seu município, cresce com a legislatura de Deputado Estadual. “O ‘coronel’ José Pereira ganha projeção estadual a partir de 1915, quando se aliou ao político Eptácio Pessoa. Foi membro da Comissão Executiva do Partido Republicano (governista) e deputado estadual durante quatro legislaturas consecutivas no período de 1916 a 1930” (MARIANO, 2015, p. 62) foi um dos apoiadores na formação da oligarquia epitacista. Exerceu seu comando de forma mais branda sem as truculências típicas de muitos coronéis, em parte influência dos tempos de faculdade do Recife, tido como brincalhão e bonachão por quem o conheceu. Posto por uma parte da historiografia recente como um coronel modernista e ou progressista, mas como todo coronel inserido dentro de um código próprio de justiça permeado pela proteção dos amigos e combate aos adversários.

Em seu município exerceu um comando absoluto, contemplando muitas vezes os aliados políticos com a unanimidade de votos em Princesa – PB, tido por autores como os Mariano (pai e filha), Rodrigues, Inojosa como um “grande coronel” pois suas influências transpassariam os limites municipais de Princesa – PB. Sua projeção pode ser entendida em parte pelo cargo público de deputado estadual e em parte pelos empreendimentos que se consolidaram após 1915 quando torna-se Princesa forte polo econômico regional, centro de escoamento agroindustrial da forte produção de grãos e sobretudo algodão produzido no sertão da Paraíba.

Interessante que o Professor de história da Paraíba Humberto Cavalcanti de Mello, no Documentário “Princesa do Sertão” de 2010 descreve José Pereira como se não possuísse terras em Princesa, mas sim seus familiares, onde suas propriedades eram na maioria nas cidades do estado pernambucano que fazia divisa com aquela cidade. Nesse sentido exercia a função de travessia pois as vias de escoamento pernambucanas, as mais rápidas para chegar ao litoral passavam por Princesa, “em 1925 ela atinge o apogeu econômico-financeiro, como centro comercial que intermediava as trocas entre Pernambuco e as cidades paraibanas que lhe eram adjacentes”. (MARIANO apud GURJÃO, 2015, p. 50). Além do que, existia a compra para beneficiamento do algodão que passava por aquele município, agregando valor ao chamado

“ouro branco”, isso acontecia porque no distrito de Patos de Irerê – Princesa estava localizado um polo industrial de beneficiamento de algodão, grãos e produção de bebidas.

Proliferava em todo o município os engenhos de rapadura; na década de 20, oitenta engenhos foram registrados na Mesa de Rendas. [...]

Com a expansão algodoeira, o parque industrial de beneficiamento de algodão no município era composto por vinte e cinco locomotivas, até quando foi implantada a SAMBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), em 1937, que iniciou a compra da produção de algodão da região, a princípio com preços tentadores, tendo como consequência a monopolização do mercado. (MARIANO, 2015, p.50)

Neste período o nosso estado era o maior produtor de algodão do País, com a economia aquecida, vários municípios do interior do estado conheceram os benefícios da valorização algodoeira, entre eles Cajazeiras, Sousa, Pombal e o maior deles em área plantada o terceiro do estado Princesa, “Pela estatística do *Serviço de Defesa do Algodão*, em 1920, o município de Princesa ocupava o 3º lugar em toda a Paraíba, na área da cultura algodoeira, com 7.506, 23 hectares plantados.” (MARIANO, 2015, p. 52) com este movimento a cidade era próspera, e com a influência de José Pereira as obras estaduais eram sempre vindas ao município, construção de açudes, estradas e afins. Este quadro se amplia com a chegada no governo do aliado de Catolé do Rocha, João Suassuna, investindo pesado em obras contra as secas, melhorando estradas e açudes, a construção de um cilo de armazenamento de grãos em Princesa, foram anos-bons para a região no sentido de influência e troca de favores, crescendo a influencia o poder econômico e político daquela região, liderado por João Suassuna. Claro que os benefícios seriam fundamentalmente direcionados aos poderosos “as obras contra as secas trouxeram muitas distorções, como, por exemplo, a construção de açudes em propriedades particulares, reforçando o poder de mando dos ‘coronéis’. Por outro lado, proporcionou uma maior urbanização das cidades” (MARIANO, 1999, p. 41) assim, dois elementos se fundiam no espaço de Princesa sob liderança de José Pereira que em parte tinha os procedimentos de um mandão típico, em outra proporcionava desenvolvimento. Entender este desenvolvimento é uma tarefa possibilitada por meio de contextualizações assim como a vertente atrasada do coronel, dois polos que mantinham-se presos o seu tempo que foi um momento de ruptura das forças do campo que iniciavam um declínio, sobretudo no poder político, contra uma ascensão do centro urbano e suas forças sociais, vemos isso se consolidar de melhor maneira no pós

trinta, mas uma “modernidade” que percorre o mundo no início dos anos vinte, iniciava a chegada nos ambientes para além dos grandes centros, José Pereira está firmado com os pés neste ambiente, perpassado por interesses de poder, que neste instante buscava ascender a uma centralidade própria.

Podemos observar na cidade na segunda metade do século XX, um acúmulo crescente dos sintomas características do processo de transformação urbana: crescimento populacional, iluminação pública, construção de prédios públicos e privados, cinemas, colégios, fábricas, praças e muito mais, tráfego de veículos. São mundanas que denunciavam o desenvolvimento da uma *urbs* dita moderna, numa cidade do sertão paraibano, que competia, no mercado, com o algodão de outras cidades. Princesa, nesse momento perdeu um pouco de sua imagem provinciana para transformar-se numa cidade com o verniz moderno. (MARIANO, 1999, p. 41)

Estes anos de desenvolvimento sertanejo credenciaram, ou ao menos imaginavam isso os aliados de João Suassuna na região, a estabelecerem as regras de permanência no poder na Paraíba, comandados por este, o que concretizaria assim o poder sertanejo, vemos esse intuito na chamada chapa dos 3 jotas<sup>5</sup>, Júlio Lira, Chefe de Polícia do governo João Suassuna, José Queiroga de Pombal e José Pereira, respectivamente presidente, primeiro vice-presidente e segundo vice-presidente, chapa formada inteiramente dos desígnios de João Suassuna e aliados.

A este tempo já havia percebido a intenção de Suassuna no estado, Epitácio Pessoa, como podemos ver a ascensão sertaneja, advinda de um poderio conquistado por uma junção de poderes econômicos e políticos, estes poderes são vistos num tripé de poder governamental do estado àquela hora na mão de João Suassuna, poder local nas mãos influentes de José Pereira e poder econômico quando o sertão cria mecanismos de escoamentos produtivos por via de Princesa, evadindo pelo Pernambuco e tendo como destinatário principal a família Pessoa de Queiroz “que dominava como um polvo o comércio local” (INOJOSA, p. 1978) criando as bases econômicas para bancar uma empreitada política, este elemento econômico que a frente vai ser alvo de ações agressivas do governo João Pessoa por meio dos impostos que criou impedindo exportação pelas vias fronteiriças. Fazendo uso de sua influência junto ao poder central e conhecido pelo traquejo político, Epitácio Pessoa reconhecendo nesses elementos um

---

<sup>5</sup> A “Chapa dos 3 Jotas” foram aliados a João Suassuna, mandatários sertanejos escolhidos por este para concorrer à sucessão de Presidente do estado da Paraíba nas eleições de 1928, organizada à revelia de Epitácio Pessoa que bloqueia estes nomes substituindo por seu sobrinho João Pessoa.

risco a seu comando veta estes poderes, mais a frente escolhendo o sobrinho Ministro do Supremo Tribunal Militar e desmanchando a chapa dos 3 jotas. Atento a situação na Paraíba antes mesmo das articulações políticas que desmancharam a chapa dos três jotas, iniciou o combate aos suassunistas imprimindo-lhes uma imagem negativa.

Aproveitando-se de uma questão regional, o banditismo do cangaço, iniciaram campanha de desprestígio de João Suassuna, pelas suas ligações, ainda que indiretas com o cangaço, na busca de esvaziar suas intenções de poder veja o recado mandado a João Suassuna através das páginas de um jornal da época “Porque quiz dar por terra com o sr. Epitácio e porque foi protector de cangaceiros, vae ficar sem emprego, em pleno e duro ostracismo” [...] (SARMENTO, 2017, p.62).

José Pereira, assim como muitos coronéis daquela época, eram coniventes, no mínimo, com algum ou alguns dos vários grupos que existiam em atividade aquele tempo, tendo sido apoiador de Lampião, tem-se notícias que este quando baleado pela volante no pé, recuperou-se em uma das fazendas de José Pereira, como afirma em seu livro Paulo Mariano, página 51 “até o famoso cangaceiro Lampião, no dia 03 de abril de 1924, chega com toda a cabroeira no sítio Saco dos Caçulas (município de Princesa) com um ferimento à bala no pé esquerdo, para ser operado pelo médico Dr. Severino Diniz.”. Lampião era amigo particular de Marcolino Pereira primo de José Pereira, também estes elementos viriam a constituir motivo de discórdia entre ele e João Pessoa. Mesmo tendo rompido José Pereira as relações com Lampião, que não voltou a encontrar, e que segundo relato de seu filho Aloísio Pereira em documentário Princesa do Sertão chegou seu pai fazer perseguição ao bando, ainda com relação ao cangaço um outro motivo de intriga com presidente do estado teria sido o fato de ter chamado José Pereira de cangaceiro, no dia da posse a frente do estado.

Ocorre, pois, um rompimento das condições favoráveis que o coronelismo sertanejo teve com Suassuna, sobretudo José Pereira. As políticas de João Pessoa atingiram diretamente esse esquema com a troca de vários correligionários seus, da frente da chefia de cargos em Princesa, seu irmão retirado do cargo de chefe da Mesa de Rendas do município e transferido para outra cidade, mudados delegado e afins, apenas o prefeito foi poupado, a campanha de desarmamento atinge mais uma vez, e golpe mais forte, como já mencionado, foi a implementação do Imposto de Incorporação prejudicando seus negócios com seus compadres, os Pessoa de Queiroz no Recife. Nesse elemento entra em cena o que pode ter sido o motivo principal para o final da união que avançaria contra João Pessoa na busca de combatê-lo em suas medidas, que

consideravam arbitrárias. Na tentativa de um descredenciamento mútuo iniciam-se campanhas de troca de acusações pelos jornais de que dispunham, contra o imposto utilizam-se de sua influência para entrarem com uma ação que representava mais de 40 firmas pernambucanas, com notas de repúdio do Ceará e Rio Grande do Norte, estando ao seu lado o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, no tocante a não ajudar João Pessoa.

O malsinado tributo feria frontalmente o interesse dos Srs J. Pessoa de Queiroz e Cia. Procurou esta firma, então, a solidariedade de outros comerciantes da praça, arregimentando cerca de 40 para o ingresso em juízo, com o que conseguiu-se posteriormente demonstrar-lhe (Supremo Tribunal Federal) a inconstitucionalidade.

Deveria ter-se limitado a esta marcha única o episódio, se naquele entremes não houvesse chegado ao Recife o Diretor do *Jornal do Comércio*, Francisco Pessoa de Queiroz, ávido de um ajuste de contas com o primo desavindo, Presidente da Paraíba. Apressou-se em debater de público a questão [...]

Que dizia a crítica? Trazia desde logo o título de “A Guerra Tributária” e em subtítulo “A Paraíba hostiliza o comércio”, anunciado-se ao que vinha. (INOJOSA, 1980, p. 30)

Esse movimento agregado dos Pessoa de Queiroz, José Pereira e João Suassuna ganha as proporções monumentais com a “Guerra Tributária” que travou-se via a troca de acusações caluniosas entre os primos nas páginas dos jornais *A União* e *Jornal do comércio*.

O ano era de eleição e o modo de “renovação política” da Câmara Federal pregado por João Pessoa no seu discurso, com a troca dos deputados sem reeleição, para segundo ele “evitar a perpetuação” em cargos públicos, em parte já “impetrado” por este nas eleições dos Conselhos Municipais, se aproximavam e assim era necessário articularem-se os suassunistas, pois de modo diferente corriam o risco de verem o poder do grupo na Paraíba reduzido drasticamente. Concordam com essa linha de interpretação historiadores que como vimos em citação anterior, afirmam já estar em andamento os preparos para romper com João Pessoa quando este leva a chapa para Princesa. A chapa é usada como a gota d’água quando retira o nome de João Suassuna para a senatoria, disputar a eleição de senador ao fim do mandato de presidente do estado, era uma tradição que o epitacismo quebra, não como quer deixar pensar uma parte ou outra, por incoerência de João Pessoa ou por ideias renovatórias como pensam alguns, mas fica claro que a retirada de Suassuna faz parte das ações que tomou o bloco dominante contra as

forças insurgentes do sertão que estavam preparadas e responderam com uma candidatura alternativa de João Suassuna e com armamento civil contra o estado.

Em Pernambuco reuniram-se após a chapa para decidir definitivamente como proceder, “vim a saber depois que nessa mesma ocasião ia ter um encontro com um inimigo de João Pessoa que o esperava do lado de Pernambuco.” (ALMEIDA, 2005, p. 48). Como afirmamos, o volume de homens armados na campanha de Princesa entre o dia que rompem e o início das disputas, polícia versus milícia princesense é muito grande para articularem-se com a velocidade para a reunião do armamento e efetivo, dessa forma já tinham expectativa de um movimento combativo em resposta aos métodos que João Pessoa instalou nas eleições municipais e que levaria as eleições daquele ano na esfera estadual e federal.

Eclode então a revolta e com apoio dos Pessoa de Queiroz cujo plano era uma intervenção federal, iniciando com uma proclamação de um território livre do estado paraibano em Princesa. Telegramas e debates na Câmara Federal buscaram convencer Washington Luiz a intervir na Paraíba, “julgava-se que naquela altura, em face da incapacidade de o governo estadual dominar Princesa, seria a intervenção federal o caminho certo para resolver o caso” (INOJOSA, 1980, p.119) foram feitos apelos junto a presidência de Washington Luiz, que respondeu assim “João Pessoa era o governador constitucional do estado e se o depusessem, ele o reporia!” (ibidem). Não tendo dado certo iniciam uma tentativa com plano de sair em colunas angariando simpatizantes para ir sobre a capital, plano que foi frustrado. Articulava-se para tanto João Dantas que foi buscar apoio no estado do Rio Grande do Norte para vir com uma coluna tomar a capital Parayba, não deu certo. A intenção mais uma vez era provocar a intervenção, naquele momento a única forma de se sair vitorioso da contenda, um poder maior que viesse apaziguar a situação.

[...] Precisava invadir o estado, aqui, ali e acolá. Levando os seus homens até quase o litoral, ao cariri longincuo, fronteiras do Rio Grande do Norte, numa demonstração de que era o senhor absoluto da guerra, cinco meses depois de deflagrada.

Sobretudo atemorizar as autoridades estaduais e advertir o país da importância destas dominar a situação, e que era chegada a hora de o Governo Federal intervir. (INOJOSA, 1980, p.173)

Era tarde para tanto, pois alguns dias depois de iniciado o plano, que poderia culminar com a intervenção, João Dantas assassinaria João Pessoa, pondo fim a oportunidade de uma intervenção e a tomada de poder na Paraíba.

Foi a Perseguição da polícia da capital a João Dantas, que em decorrência desta e atos como a invasão de sua residência, exposição pessoal, prisão de parentes, que em 26 de julho de 1930 mata João Pessoa alegando questão de honra, nesse momento acaba a revolta de Princesa, sabendo do que viria José Pereira desarticula as forças e negocia com o exército o fim das hostilidades, este o aconselha a sair de Princesa, José Pereira Passa vários anos fugindo pelo nordeste disfarçado até poder volta para casa.

Fim trágico dos acontecimentos pode ser visto além da morte de João Pessoa no sangue derramado de João Suassuna, morto no Rio de Janeiro por pistoleiro contratado, João Dantas sangrado junto com seu cunhado Augusto Caldas na presença do inimigo dos Dantas o tenente Ascendino Feitosa na penitenciária do Recife, este encerra a disputa de poderes entre o grupo epitacista e os dissidentes suassunistas, que apesar de terem imediatamente voltado atrás com o fim da chapa dos 3 jotas se viram perseguidos por Eptácio e João Pessoa com intuito de reafirmar o status da oligarquia epitacista. A disputa de poderes teria um capítulo outro não fosse o fim trágico do presidente João Pessoa pelas mãos do advogado João Dantas, desmantelando finalmente toda a influência de José Pereira e João Suassuna. Estes também são os grandes perdedores, reconhecido na fala do próprio José Pereira ao expressar-se quando toma conhecimento do crime “Perdemos, perdi o gosto pela luta”. Ganham, no entanto, o papel de inimigos do mártir de trinta, tendo seus nomes postos pela historiografia oficial como vilões do movimento cria o maniqueísmo que pretendemos discutir nos próximos capítulos.

Buscamos lançar vistas sobre um momento de tensão e conflito cujas versões construídas a posteriori dos acontecimentos de 1930 dimensionam um maniqueísmo que se expressará na historiografia da Paraíba. É observando as disputas de poderes que marcaram esse momento de conflitos que nossa análise busca entender a construção dos elementos postados em nossa literatura histórica que conforme a escrita e o autor, determinados episódios e seus elementos estão passíveis de interesses de construção de versões “verdadeiras”. Dessa forma buscando enxergar uma escrita que constrói uma linha biparti-te de bem e mal laçaremos vistas, no segundo capítulo, no episódio que foi o ápice das tenções para analisarmos os elementos da escrita dos diferentes autores sob um mesmo episódio, para enxergarmos como a escrita se agrupa em torno dos mesmos elementos, e dos mesmos questionamentos que se

limitam em muitos casos a construir ou desconstruir versões. São escritas cujas narrativas são expostas como heranças que passam aos herdeiros como se os mesmos sentimentos transpusessem as gerações. Entendemos ainda essas falas como criação, feita pelos interessados, uma criação perpassada de uma contenda entre bem e mal, buscamos enfim ver esses episódios no limite externo, sem julgamento do certo ou do errado, buscando entender os moldes maniqueístas e as disputas de memórias que permanecem, em grande medida, até agora.

## CAPÍTULO II

### **A Visita de Aliados e a Despedida de Inimigos: A Ida de João Pessoa a José Pereira em Princesa.**

O presente capítulo problematiza na escrita historiográfica da Paraíba a história de disputa de poderes de fins dos anos 1920 que culmina em 1930 no episódio de rompimento das forças políticas hegemônicas até então, dando origem a uma escrita maniqueísta que hora estamos problematizando no estudo deste capítulo através de um episódio escolhido dentre outros que a historiografia apresenta como importantes nos acontecimentos de Princesa em 1930. Nosso foco será a visita que João Pessoa faz a José Pereira ocasião em que fora recebido com um jantar digno de notas, as mais diversas. Esse acontecido dá-se em 18 de fevereiro de 1930 com a ida em comitiva de João Pessoa ao sertão, buscando apoio político a chapa das eleições de 1º de maio daquele ano. A escrita histórica de nosso estado apresenta várias variações das versões deste fato, cada uma delas uma pertença “verdade” o que acaba por construir ledos, contendas e uma divisão dualista de alternâncias de bem e mal.

Segundo Inês Caminha (1978) Este episódio lança tenções entre os ainda aliados do Presidente João Pessoa, pois a chapa constituída em assembleia do PRP (Partido Republicano da Paraíba) propôs uma renovação da bancada paraibana, ou seja, a substituição dos nomes em vigência, negando-lhes a reeleição, sendo apresentados novos candidatos, todavia, em uma manobra política a renovação da bancada se deu com exceção de Carlos Pessoa, primo do presidente do estado, proposta esta que deixa de fora antigos aliados de Epitácio Pessoa e o principal deles João Suassuna, ex presidente da Paraíba, aliado e amigo de José Pereira, que se utilizam o episódio para justificar suas dissidências e rompimento.

A proposta foi aprovada sob os protestos de Júlio Lira e Inácio Evaristo, que foram os dois favoráveis a reeleição enquanto que Demócrito de Almeida e Álvaro de Carvalho pela substituição, nesses casos quando acontecia um empate competia ao Presidente o voto decisivo, João Pessoa decide por substituir a bancada paraibana mantendo apenas seu primo “Usando a prerrogativa do ‘voto de qualidade’, João pessoa decide pela substituição nas condições por ele

indicada” Rodrigues, 1978, p 83. A chapa que ficou constituída<sup>6</sup>, seria a última ação que fraturou o partido. A escrita paraibana faz uso largamente desse elemento, nas construções da imagem de uma personagem e outro, nessa perspectiva maniqueísta a construção da imagem de João Pessoa o interesse se dá em demonstrar uma aceitação da debatida chapa já que recebe com festa seu responsável, já aquela escrita posterior utiliza-se na tentativa de substituição a imagem do Presidente construindo outra imagem, a de contraditório e nepotista.

É neste contexto de versões que é narrada a partida da comitiva em busca de apoio no sertão, indo em direção a Princesa em busca de apoio de José Pereira Lima. Vemos aqui que a tentativa da manutenção dos pactos de poderes, entre o poder instituído e o poder privado se dar em busca de apoio entre os mandantes locais. Vejamos a partir da literatura como cada autor põe o desfecho dos acontecimentos desta visita a Princesa que culmina com o rompimento dos membros do PRP, os elementos historiográficos que selecionaram para a composição de uma imagem de antagonismos colocando um e outro como culpado ou inocente, bom ou mau.

Para efeito de entendimento e diálogo com a historiografia escolhemos aqui os autores Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, Inês Caminha Lopes Rodrigues, José Américo de Almeida e Joaquim Inojosa, autores que se relacionam com os acontecimentos na condição de historiadores e de memorialistas

## **2.1 O Moderno e o Arcaico, o “Herói e Anti-herói” encontram-se em Princesa – PB**

Em conhecida dissertação de mestrado em história “Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte” a pesquisadora princesense Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano cristaliza mais uma versão que separa em universos diferentes, ainda que paralelos, as personagens do conflito de poderes na Paraíba de 1930. Ao propor em sua dissertação a análise da problemática de um modernismo em Princesa da década de 1920, empreitada esta, que teve êxito nos dois capítulos iniciais, entretanto ao anunciar o abandono das análises tradicionais, aquelas que acompanham o mito de origem e seus fundadores, comum na historiografia das cidades sertanejas, esta cai no mesmo campo de armadilhas que impedem uma outra visão histórica sobre o tema e no fim acaba apresentando uma narrativa engendrada pela história das origens do município e recaindo sobre uma análise dos embates entre José

---

<sup>6</sup> A chapa assinada por João Pessoa em 17 de fevereiro de 1930 continha na sua formação, Manuel Tavares Cavalcante para o cargo de Senador e para os cargos de Deputados Carlos Pessoa, José Américo de Almeida, Antônio Galdino Guedes e Demócrito de Almeida.

Pereira Lima e João Pessoa, vejamos como cristaliza suas imagens a partir de sua produção e mais detalhadamente sobre o episódio de rompimento.

A própria autora aponta os caminhos que trilharam a historiografia das personagens construídos em perspectivas que justificam um e outro, Mariano (1999, p. 4) “aparecem autores que foram testemunhas oculares do movimento e se relacionaram pela defesa de uma ou de outra das partes envolvidas, tentando justificar seus atos” não apenas os que participaram ou testemunharam o acontecimento e deliberadamente escolheram justificar um e outro são formadores da imagem antagônica dos mesmos, não trata-se de escolher um lado, mesmo sob uma cortina de imparcialidade e profissionalismo, a imagem cristalizada de forma antagônica ainda esta contida na maioria dessa história, que aqui buscamos desvendar.

Em seu capítulo III intitulado “1930: O Ano em que a ‘Modernidade’ Acabou” Mariano (1999, p.85) narra a história da cidade de Princesa, suas origens, o conflito e na página 92 inicia seu relato sobre a visita de João Pessoa a cidade de Princesa e a partir daí o rompimento com José Pereira e os seus.

No dia 19 de fevereiro de 1930, João Pessoa e José Américo de Almeida, então Secretário do Interior e Justiça, viajaram para princesa para pedir apoio ao coronel José Pereira à chapa da eleição federal. O foguetão anunciou a chegada do governador à cidade, o que foi motivo de festa, mesmo com clima tenso entre os dois. Os princesenses o receberam com muito vermelho: as roupas das mulheres, as árvores ornadas com fitas, enfim, “tudo rubro, berrante”, comentou José Américo de Almeida. O povo vinha das redondezas (transportado em dezesseis automóveis) para a grande festa; afinal, não era todos os dias que uma cidade tão longe da capital recebia a visita de um governador.

José Pereira hospedou-o em sua residência, onde a fina-flor da sociedade dava os últimos retoques no vestuário para receber o governador. Durante o jantar, o silêncio era reinante, tanto que só se ouvia o mastigar das pessoas. À noite, enquanto todos se divertiam no baile, ao som da *jazz-band*, José Pereira conversava numa pequena sala de reuniões com João Pessoa. Toda a elite princesense foi convidada para o evento, mas não era uma festa como tantas outras que havia presenciado. Homens cercavam a residência, em pontos estratégicos, sob o comando de Ronco Grosso (o cabra mais valente da guarda do coronel), o que causou um mal estar entre a comitiva do governador que interpretou o ato como uma ameaça.

A animosidade era evidente. Desde a posse do novo governador e das medidas tomadas até aquele momento, José Pereira não o via com bons olhos. O relacionamento dos dois sofrera um processo de desgaste e estremecimentos. O desprestígio político no sertão acarretara uma perda do controle econômico de José Pereira no município, com a remoção e demissão de pessoas de sua confiança, a tentativa de desarmamento e, por fim, a chapa elaborada sem consultá-lo. Essa última fora meramente a gota d’água para o recurso extremo à insurreição armada. MARIANO (1999, p. 92)

Neste ponto a autora interrompe a explanação e passa a relatar uma pequena “biografia” de José Pereira retomando com o desfecho apenas na página 97.

Mas nem tudo era festa, tendo em vista que o prestígio de José Pereira no estado ficara abalado na administração de João Pessoa. Sabendo da não inclusão do nome de João Suassuna na chapa federal, José Pereira enviou um telegrama de rompimento, dias depois da visita do governador a Princesa. MARIANO (1999, p. 97)

Para um historiador a escolha dos elementos de importância que merecem serem postos na escrita histórica lhe insere de certa forma no documento, e este por sua vez passa a ser a imagem do autor que o produziu por suas escolhas. Na formação da imagem dos personagens João Pessoa e José Pereira, pela autora, os elementos que podemos observar contidos nas escolhas de sua escrita estão melhor demonstrados no ato de interrupção do relato e no trecho que separa o início e o fim da história de rompimento político das personagens, está inserido aí os elementos selecionados e direcionados que causarão antagonismo entre estes, com informações que exaltam um em detrimento do outro, dando a cada um a imagem que tem se perpetuado em nossa historiografia.

A ruptura da linearidade do texto inicia com a fala e descrição a biografia, poderes e feitos de José Pereira, toma nesta feita mais de 3 páginas, fim da 92, a 93, 94 e 95 na 96 fala de João Pessoa, onde podemos perceber os elementos que criam oposição. Afirmando que não nos cabe aqui buscar entender se existe uma escolha de “lados” entre um e outro, mas apenas mostrar na sua composição os elementos de nossa interpretação, ou seja, a percepção de uma narrativa dual e maniqueísta.

Sobre José Pereira:

Participava ativamente da política estadual: em 1915, com o rompimento entre Eptácio e o monsenhor Walfredo Leal, José Pereira apoiara a candidatura de Eptácio para o senado, elegendo-o com maioria dos votos. Isto comprova o poder de José Pereira, transformando-o em um homem de grande prestígio dentro da oligarquia epitacista. MARIANO (1999, p.93)

Em outro trecho em sequência a autora acha importante acrescentar:

O prestígio político de José Pereira (deputado estadual por quatro mandatos, de 1916 a 1930) se estendia a esfera federal, e dentro da estrutura do coronelismo, é o que podemos chamar de grande coronel. Um exemplo de sua importância: em 1922, foi convidado para representar a Paraíba nas comemorações do centenário da independência, recepcionando o rei Alberto da Bélgica. José Pereira teve atuação destacada na articulação dos governos de Solon de Lucena (1920-1924) e João Suassuna (1924-1928).

Durante vinte e cinco anos, o controle político de Princesa ficou a cargo do coronel, considerado por uma parcela da historiografia paraibana como um dos que mais contribuíram para o embelezamento e melhoramento da cidade. (MARIANO, 1999, p.93)

Como podemos perceber esta sequência do texto de Mariano exalta a figura do coronel e o próprio texto aponta um antagonismo criado pela historiografia quando cita “considerado por uma parcela da historiografia” criando-se uma imagem de José Pereira, e mesmo apresentando-o como um coronel, em trecho diminuto, faz entre este e João Pessoa uma lacuna como se não fossem os dois filhos e crias da oligarquia vigente na política da época.

Em sua narração afirma: “a figura de José Pereira também se apresenta como típico coronel ‘atrasado’ da Primeira República, que negocia com troca de favores e prestígio, que tem seus cabras como guarda pessoal”.

Sobre João Pessoa traz o seguinte:

Em outra esfera, o presidente João Pessoa também articulava o velho e o novo. Não podemos esquecer que João Pessoa era um Oligarca de Base familiar, mas que por outro lado, introduziu mudanças no estado que deram uma nova retórica a política na Paraíba. As reformas tinham como meta principal acabar com os abusos do coronelismo; com o monopólio da violência; com a irresponsabilidade fiscal, entre outras. O alvo de João Pessoa era atingir a ala mais atrasada da oligarquia agrária [...] João Pessoa assumiu uma posição Protopopulista e teve o apoio nos centros urbanos da Paraíba (setores da classe média e da baixa classe média), que denunciavam as práticas coronelísticas, uma aliança contra a elite agrária que detinha o poder de mando. [...]

Lembrado na Paraíba como um reformador com objetivos progressistas, João Pessoa não tinha experiência política para realizar tamanho projeto. Mesmo sendo um bom orador não era um negociador (no seu posto de juiz no Rio de Janeiro tomava mais decisões do que negociava), sem contar que tinha a personalidade forte e extremamente impaciente, o que dificultou, e muito, sua relação com os mandatários locais. (MARIANO, 1999, p.)

Observamos no início do trecho acima que a autora apesar de apresentar João Pessoa como produtor do “velho e o novo” como “também” José Pereira, nas políticas daquela época, faz questão de dizer que João Pessoa é membro de uma “oligarquia de base familiar” esquecendo de que também o é José Pereira, os dois, homens interessados na conservação e ampliação de poderes e influências oligárquicas, dois “coronéis”, quando no tocante a fazer uso da força política que tem. Não existe nenhuma alusão às obras de João Pessoa como se suas políticas se resumissem a “combater” o coronelismo. Acrescentemos a esse respeito que não entendemos isso como um fato, como um consenso, nesse contexto e nessa conjuntura não havia combate contra os coronéis e as oligarquias, mas sim uma disputa entre forças oligárquicas, no desejo de tomar para si o poder e o controle no estado, o combate aos suassunistas dissidentes sob orientação e permissão de seu tio Epiácio Pessoa.

Observando-se atentamente os fatos fica claro que o antagonismo se instala após os desentendimentos, através da construção de uma imagem que se sobrepõe a uma outra, a imagem de inimigos se sobrepõe a de rompimento de interesses políticos entre membros do mesmo partido. Questão observável na escrita através falas de exaltação a José Pereira ao mesmo tempo em que cria uma imagem oposta para João Pessoa que era o “inexperiente” e “impaciente” contra o “prestigiado” e “grande coronel”, uma pequena biografia colocada no meio a escrita de um episódio crucial a história dos acontecimentos, que foi o rompimento político que foi utilizado para dar início a contenda.

Ao tratar dos dois políticos fala-se dos elementos opositores José Pereira apesar de moderno e benfeitor de Princesa é colocado como coronel que tem em suas práticas os fazeres de um verdadeiro coronel. Práticas estas que não são apresentadas em suas naturezas. João Pessoa apesar de ser o que ataca os coronéis também buscava com estes, meios para que pudesse criar alianças, entretanto longe de haver em alguma parte a exaltação do segundo como faz do primeiro, não há citações das origens de João Pessoa nem de suas benfeitorias no estado, de modo que fica claro ao leitor mais atento como se cristaliza no texto a imagem de um e outro. Reitero que não nos cabe aqui ver qual é posto como bem ou mal, apesar de apresentados como sendo articuladores de “moderno e arcaico” a impressão de uma imagem que separa os dois como antagonicos fica posta na escrita.

## 2.2 A Revolta Do Mandonismo, a Chapa Apresentada e Rompimento em Princesa – Pb.

Na trilha da escritura da história, um livro consagrado pela historiografia paraibana nos serve na busca da construção desse importante momento da história política do nosso estado, da autoria de Inês Caminha Lopes Rodrigues “A Revolta de Princesa Uma Contribuição ao Estudo do Mandonismo Local na Paraíba 1930” livro foi lançado durante as comemorações do centenário de João Pessoa pela Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, impresso “A União” Cia Editora, publicação derivada da Dissertação de Mestrado em história apresentada na Universidade de São Paulo pela autora. Buscaremos entender as possibilidades que se construíram neste trabalho, atentando ao tratamento oferecido ao episódio de rompimento político entre João Pessoa e José Pereira.

Iniciando o episódio na página 79 a autora assim reporta a viagem de João Pessoa ao interior do estado:

João Pessoa viu-se forçado e empreender peregrinação eleitoreira por vários municípios; na versão pouco convincente do governo, essa peregrinação se constituía uma visita de “cortesia” e de retribuição às homenagens prestadas ao presidente do estado pelos chefes políticos municipais, por ocasião de seu regresso do sul do País.

Até então o presidente do estado não se preocupava com estas amabilidades aos coronéis, tantas vezes hostilizados por ele. A estrutura política da época tornava, entretanto, imprescindível o apoio para a consecução de votos.

Na verdade, subjacente ao processo político prevalecia uma simbiose entre o poder privado, representado pelo “coronel”, e o poder instituído, representado, no caso, por João Pessôa, e cujas raízes já se encontravam nos primeiros momentos da formação política brasileira. (RODRIGUES, 1978, p. 79).

No trecho acima a autora escolhe demarcar que João Pessoa assume uma política de “hostilidade” aos coronéis, sendo este mesmo o adjetivo usado por ela, sabemos que em grande medida esta hostilidade foi direcionada as esferas familiares específicas, mais precisamente aquelas que fizeram sentir-se “ameaçado” em seu comando político Epitácio Pessoa. Ao colocar

que os coronéis são hostilizados por João Pessoa, acaba estabelecendo entre estes e o mesmo uma diferenciação, questionamo-nos como este espaço pode ser possível de se explicar quando tomamos em consideração a origem política do presidente do estado, e o modo como ascende ao poder pelas mãos dos coronéis, ao que nos parece mais coerente a existência de um combate a dissidentes, sendo estes os coronéis sertanejos que buscaram aproximação com a tentativa de João Suassuna em estabelecer um mando próprio. Dessa forma, entendemos que em grande medida o caráter atribuído a João Pessoa de combate ao coronelismo foi mais uma disputa por poderes e sua manutenção, a viagem com intuito de pedir votos mostrando estar em conformidade junto as políticas de articulação com os coronéis, elemento este que reafirma o que falamos quanto a postura de João Pessoa frente aos mandantes locais, ao buscar apoio não poderia ser colocado como aquele que combate o coronelismo, era pois um oligarca em consonância com seu espaço. Em outro momento Rodrigues, 1978, aponta os caminhos que unem as personagens relatando a rede que permeia os processos de poder na primeira república:

Essa acomodação de interesses beneficiava as duas partes. O político que recebia os votos; “coronel”, em troca, favores do poder público que lhe permitia efetivar certos empreendimentos no seu município, reforçando assim seu prestígio e ampliando sua influência na área.

O presidente do estado, a despeito do seu idealismo até certo ponto ingênuo, não podia desprezar essa instituição.

Dessa forma, uma comitiva [...] sob chefia do presidente paraibano, a 18 de fevereiro de 1930 rumo ao sertão tendo como objetivo principal o município de Princesa onde se entrevistaria com o Cel. José Pereira. (RODRIGUES 1978, p. 80).

No trecho acima o que nos chama atenção nesta historiografia é como ideias antagônicas aparecem juntas, quando expõe a autora a forma de fazer política da época com a troca de favores, como via de mão dupla, onde o poder é trocado por votos e devolvido em forma de “favores para a região”. Faz-nos acreditar que esta prática era caminho comum no proceder político, e de fato assim ascenderam os políticos a seus cargos na Paraíba e Brasil da Velha República como antes mencionado por nós, mas ao mesmo tempo põe João Pessoa como dono de um “idealismo ingênuo” construindo para este uma imagem, não enquadrada nessa esfera política. Não podemos deixar de atentar que os fatos contados requerem a análise do historiador, seria pouco analítico pensar em um político “ingênuo” ao seu contexto de forças e poderes,

João Pessoa não é diferente, sabia seu contexto, entendia muito bem o que fazer e como agir, sabendo que precisava de apoio político, vai atrás da contrapartida de votos que deve os aliados políticos e partidários de sua oligarquia.

Ainda no trecho anterior observemos que José Pereira que era Deputado Estadual é comumente descrito na bibliografia como coronel, título que me parece parte de uma escolha que intencional ou não o coloca em lado oposto ao de João Pessoa, um “presidente do estado” outro “coronel”, José Pereira também conhece as regras do jogo e não pode ser colocado de forma pouco problematizada, as tramas políticas que estavam por trás de tudo são matéria fértil para uma análise política, entretanto vemos que um contexto de disputas internas de poder intraoligarquico é incomum a maioria das análises que colocam um e outro como detentores da razão e assim justifica-se o embate, e mais ainda, antagônicos entre si, não de modo de uma disputa política mas de bem e mal.

A ideia da necessidade de João Pessoa de contatar os coronéis e de se ver “obrigado” a ir pedir votos no reduto dos mesmos, é colocada pela autora como parte de “idealismo ingênuo” e não como se tratando de uma ação comum às costuras políticas da época. Assim, coloca em lados diferentes uma mesma matéria, o oligarca João Pessoa e os coronéis. Veja que uma ação comum à oligarquia que João Pessoa fazia parte serve aqui para justificar sua ideologia, uma ideologia de governante apresentada como uma “outra forma de agir”. João Pessoa age como um oligarca que vai atrás de votos e apoio entre os comandantes locais, mas, mesmo assim, é apresentado como “diferente” daqueles que se tornarão seus opositores. Ao que parece incoerente as tramas políticas e de poderes naquele momento. Noutro trecho a mesma questão é reforçada:

Essa excursão [...] ironicamente iria concorrer para o rompimento do Cel. José Pereira com o presidente João Pessoa, incidente resultante de uma série de atos que culminou com a renovação da bancada paraibana às eleições de 1º de março daquele ano. Concomitantemente às eleições à presidência e vice-presidência da república haveria pleito à senatoria e a deputação federal. (RODRIGUES, 1978, p. 81).

A autora opta por descrever os acontecimentos da criação da chapa, acontecimentos estes anteriores a viagem, assim essa escolha da autora por inserir este trecho opera uma ruptura cronológica da escrita do episódio, ainda que não seja uma vacância que fuja do contexto, retoma acontecimentos anteriores a visita no momento em que escreve sobre a chegada de João Pessoa para falar de um ato deste na escolha da chapa, e assim impregna uma culpabilidade ao “oferecer” um motivo para a contenda:

Dar-se, pois, um empate quanto a escolha do critério que deveria prevalecer: Júlio Lira e Inácio Evaristo defendiam a reeleição; Demócrito de Almeida e Álvaro de Carvalho a substituição (o último, suplente de João Pessôa, nomeado por este para fazer parte da executiva com objetivo específico de votar na “indicação do seu primo Carlos Pessoa”)

Usando da prerrogativa do “voto de qualidade”, João Pessôa decide pela substituição nas condições por ele indicada, isto é, renovar toda a chapa, mantendo, entretanto, a candidatura do deputado Carlos Pessôa à reeleição. (RODRIGUES, 1978, p. 83).

Assim, a autora destaca a manutenção da candidatura do Carlos Pessoa por João Pessoa, para dar base as explicações do ato que é apresentado como estopim do rompimento. No trecho a frente podemos notar a formação de uma dicotomia de culpabilidade na narrativa quando coloca os dois políticos um na condição agressor e o outro de agredido: vejamos:

Dois dias após ter assinado sozinho e sem considerar a vontade em contrário dos já referidos líderes, chegava João Pessôa acompanhado de sua comitiva, em viagem de caráter eleitoreiro à cidade de Princesa, sede do “feudo” do Cel. José Pereira um dos atingidos no incidente da indicação da chapa.

O presidente e seus acompanhantes foram recebidos efusivamente. A cidade fora ornamentada e especialmente iluminada para a recepção. João Pessôa fora saudado pelo professor Severino Loureiro, diretor do grupo escolar Gama e Melo e pelo estudante João de Campos Góes, sobrinho do coronel e aluno do colégio militar.

Foi-lhe preparado um grande banquete e houve baile em diversas partes da cidade. As festividades se prolongaram pela madrugada. (RODRIGUES, 1978, p. 86).

Os acontecimentos desse dia na cidade de Princesa – PB foram tratados pela autora de forma sucinta. Sobre qualquer conversa entre as personagens no dia da recepção e jantar nada é relatado nem citado no trecho estudado, mesmo que por via de outros autores como faz com alguns fatos históricos, comum no transcorrer do livro quando escreve, “José Pereira não parecia ter queixas; hospedou João Pessoa em sua própria casa recebendo-o como o velho amigo da rua dos voluntários (Epitacio Pessôa)” Rodrigues (1978, p. 86). Afirma na sequência “Havia, entretanto, uma atmosfera sombria no recinto:” completando com uma transcrição do livro de José Américo de Almeida

“mais tarde teve lugar o banquete. A mesa enorme de uns 200 talheres, com a forma de F, estava silenciosa. Chegava-se a ouvir o mastigar (...)

Na hora da saída, ao despontar do dia, convidei-o para nos acompanhar te Piancó, onde tinha influencia. (O dr. Felizardo Leite, antigo deputado federal, era de sua amizade) Recusou-se. Não houve meio de atraí-lo.

Não recebera mal, mas a despedida era como se estivesse dando o fora.” (RODRIGUES, Apud ALMEIDA, 1978, p. 86, 87)

Finalizando a narrativa do momento da visita com a fala e a transcrição do telegrama de rompimento.

A viagem de “cortesia” terminou no dia 22 de fevereiro e no dia seguinte, o presidente do estado recebeu “com imemorável surpresa”, segundo suas palavras, um telegrama de rompimento do Cel José Pereira Lima:

“PRINCESA, 22 - Acabo de reunir amigos e correligionários a quem informei do lançamento da chapa federal. Todos acordaram mesmo que v. excia escolhendo candidatos à revelia Comissão Executiva caracteriza palpável desrespeito aos

respectivos membros. A indisciplina partidária que ressumbra do acto de v. exc. inspirado de desconfiança no seio do epitacismo ameaça o esquecimento dos mais relevantes serviços dos devotados à causa do partido. Semelhante conduta aberrante dos princípios do Partido cuja orientação muito diferia da actual, adotada singularmente por v. Exc. Esse divórcio afasta os compromissos velhos baluartes da vitória de 1915 para com os princípios deste partido que v. Exc. acaba de falsear. Por isso tudo delibero adotar a chapa nacional, concedendo liberdade dos meus amigos para usarem direito voto consoante lhes ditar opinião, COMPPROMMETENDO-ME AINDA DEFFENDEL-LOS SE QUALQUER ATO DE VIOLENCIA DO GOVERNO ATTENTAR CONTRA DIREITO ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO. Saudações. José Pereira”

O telegrama representa um ato de coerência com a estrutura política vigente; não era senão a ruptura do poder privado contra o poder instituído pelo não cumprimento por parte deste de compromissos tácitos assumidos com quem lhe emprestava apoio eleitoral. (RODRIGUES, 1978, p. 87, 88).

Na análise do rompimento por via de telegrama a autora interpreta o ocorrido como um ato de coerência com os novos rumos da política e não como uma ação comum dos coronéis e de troca de influência por favores para sua região. Assim, quando se desagrega do sistema coronelístico de permutas é que podemos ver a disputa política interna a oligarquia e não de forças coronelísticas que buscam a troca de votos por benefícios, mas a busca da manutenção de poderes políticos, ou seja, não havia a busca dos pactos coronelísticos de trocas de favores por votos, pois José Pereira se desagrega da Chapa do PRP ao ver retirado desta, João Suassuna para a senatoria, este ato implementado por João Pessoa demonstra a retirada de poderes do grupo Suassunista, para não se verem deixados no esquecimento político rompem com o Presidente lançando candidatura própria. Não aceita a alternativa da imposição de uma nova conformação de forças com a configuração da chapa com a bancada “renovada” para as eleições de deputado e senador daquele ano.

A escrita posta nesses moldes implantam um distanciamento de uma realidade comum aos personagens membros de um mesmo tronco político, que buscavam elevar a centralidade sua própria força, este é o elemento de disputa, João Pessoa pela manutenção da força epitacista buscando para isso esvaziar os poderes de João Suassuna e José Pereira, estes últimos na luta para manterem-se no cenário político, diferente do que se coloca na historiografia onde são

retratados como articuladores de políticas diferentes, quando na verdade buscavam espaço no mesmo fazer político que era a oligarquia, eram os lados opostos da mesma moeda.

### **2.3 José Américo em Princesa - PB a Notícia da Chapa e uma Versão da Ruptura**

Uma outra escritura do episódio diz respeito a narrativa do memorialista José Américo de Almeida, este conta conforme sua visão dos acontecimentos, não tira deles sua escolha, nem se apresenta com a obrigação de ser profissional como o historiador. Para além dos fatos e das fontes conta o que tem em seu sentimento, mas está comprometido em contar fatos, ainda que sejam “seus” fatos, entendemos como devem sempre ver os historiadores, não apenas como verdades ou inverdades, lados escolhidos ou ainda histórias frias do sal da imparcialidade, pretendida pelo acadêmico. No “O Ano do Nego” um dos livros mais citados nas produções historiográficas dos acontecimentos de 1930, Almeida fala dos acontecimentos da Revolta de Princesa, assim, buscamos ver também em seu trabalho como estão postas as figuras de João Pessoa e José Pereira em suas memórias.

É importante entender como toma parte nos acontecimentos o autor José Américo, já que este era Secretário de Interior e Justiça do governo João Pessoa e um dos candidatos da chapa que deixou de fora João Suassuna nas eleições de 1930, concorrendo a deputação federal, portanto um dos interessados nos movimentos políticos que se sucederam em trinta. Assim, temos então um depoimento de uma personagem participante dos acontecimentos, mesmo que tendenciando-se a escolha de um lado, o que buscamos aqui é perceber como para este é importante construir certos fatos, a escolha de integrar certos relatos e manter de fora outros, a intencionalidade de fazer uma imagem e se estas como as demais implementam um caráter antagônico maniqueísta como as que vimos até aqui. A importância de seu relato já foi demonstrada nos trabalhos de Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, E Inês Caminha Lopes Rodrigues com os quais estamos também trabalhando. Vejamos o relato de José Américo sobre a visita e o rompimento em Princesa:

A cidade parecia ir pelos ares, ao rimbombar das salvas festivas, como um tiroteio de artilheiros, repetindo-se pelas quebradas em ondas prolongadas. [...]

José Pereira não parecia ter queixas hospedou João Pessoa em sua própria casa, recebendo-o como o velho amigo da rua dos voluntários. [...]

Pus-me a estudá-lo, examinado-lhe a boca um tanto grossa, o bigode aparado, o semblante moreno e cheio. Faltava-lhe ar. E, junto a João Pessoa, mantinha a maior reserva. Não lhe pegava a aba do paletó nem lhe dava a mão ao ombro, como fazia com os outros. Guardava distância e tinha o sorriso frio. Notando-se bem, estava constrangido.

Que lhe havia atrás disso? Dizia-se meu camarada e eu me dava bom com ele. Conversaríamos à vontade; eu precisava sondá-lo. Chamei-o a parte e não ocultei o ponto melindroso, dano-lhe logo a notícia da organização da chapa pára as próximas eleições. Ainda ignorava ou fingia ignorar a preterição de João Suassuna, o político do estado com quem era mais ligado. Ficou sério, com o rosto e os olhos acesos. Depois, para disfarçar, fez troça, à custa de alguns nomes escolhidos a deputação. Tornou-se cáustico, com um riso despeitado entre os dentes miúdos.

Afinal, calou-se e enregelou-se, a beliscar o queixo. Parara com as pilherias que, às vezes, eram pesadas. Lembro-me de uma desse tipo. Na passagem de Washington Luiz pela Paraíba, já eleito presidente da república, formou-se no palácio do governo, em torno do homenzarrão barbado, todo cores e circunspeção uma roda respeitosa. Ia ele prosseguir na excursão e falou-se na visita que teria de fazer a Sergipe, partindo da Bahia.

- Como? - Perguntou José Pereira.

- Na Companhia de Navegação Baiana.

Eram uns vapores chinfrins que matavam de enjôo. Então, José Pereira, sem-cerimonioso, tomando liberdade, dirigiu-se ao figurão conhecido como um bom de garfo, cara a cara gracejando:

- Só assim Vossa Excelência lançara a carga ao mar, os banquetes que vem comendo por aí. (ALMEIDA, 2005, p. 45, 46)

Várias vezes reproduzidas em trabalhos acadêmicos podemos ver que as descrições no trecho acima dão conta dos acontecimentos quando da chegada do presidente do estado a Princesa – PB e como estava José Pereira que segundo o autor parecia já estar descontente apesar de preparar festa. Concentra-se o narrador em relatar como encontrava-se emocionalmente José Pereira, e como recebera a notícia da chapa que segundo ele mesmo já parecia saber. Interessante que decide O memorialista fazer uma imagem que apresenta José Pereira “moreno” com “lábios grossos” com uma fisionomia negra incomum a outras narrativas que lemos ainda que não estivesse errada a descrição, mas achou necessário introduzi-la, não lança mão a descrição das palavras que usou nem o momento exato em que supostamente conta a este a formação da chapa, assim como narrara Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, prefere também este, introduzir no meio da descrição do acontecimento uma descrição de José Pereira. Está sua descrição ao contrário da outra, mostra José Pereira como alguém sem traquejo político

que fala o que lhe vem a mente, que pouco parece ser de um político, com relatos de ordem pessoal de acontecimentos sem importância, citando mais de um exemplo. Assim, parece-nos que este tipo de escolha do autor direciona a formação de uma imagem, que ao longo do texto consolida-se como uma imagem negativa da personagem.

Mais tarde, teve início o banquete. A mesa enorme, de uns 200 talheres, com forma de F, estava silenciosa. Chegava-se a ouvir mastigar. A que vinha isso? Eu observava. Lá estavam vários dos futuros cabecilhas da mazorca. Havia confusão e reserva. [...]

- Está se falando aí numa revolução. Nada sei a respeito. Mas uma coisa espero de você: se chegarmos a este ponto, queremos contar com seu apoio. Esta fronteira é sua.

Teve um olhar misterioso e, esfregando, de novo o nariz, com o seu sestro, mordeu o lábio escuro. Não se conteve em si e fez pouco, a mostrar a fileira dos dentes curtos e unidos. [...]

Falou-se muito que José Pereira teria fechado o quarto de João Pessoa pelo lado de fora, guardando a chave. Houve quem atribuísse esse fato a uma ação criminosa. Tenho que foi, ao contrário, uma medida de prudência, com receio de um atentado. Nunca pude saber direito. O que posso asseverar, por ter ouvido de pessoas de dentro, é que amigos de José Pereira lhe pediram a prisão de seu hóspede ilustre, como início das hostilidades. Queriam pegá-lo de declarar a guerra.

Passei a noite em claro, olhando vultos que entravam e saíam e ouvindo música. Dançava-se no Conselho Municipal, na casa de Inocêncio Justino, cunhado de José Pereira, e em vários pontos da cidade. Um dos segredos da popularidade desse chefe era trazer seu povo em festa, em tocatas e danças. O dinheiro em que pegara era para as liberalidades e para sustentar a pândega.

Amanhecei ainda mais reconcentrado e reticente. À mesa, quando foi servido o café, tinha o rosto trigueiro contraído.

Na hora da saída ao despontar do dia, convidei-o para nos acompanhar até Piancó, onde tinha influência. (O Dr. Felizardo Leite, antigo deputado federal, era de sua amizade). Recusou-se não houve como atraí-lo.

Não recebera mal, mas na saída era como se estivesse dando o fora.

Depois vim saber na mesma ocasião ia ter um encontro com um inimigo de João Pessoa que esperava do lado de Pernambuco.

Abraçou-me demoradamente e senti qualquer coisa de estranho nessa efusão.

Parti com a mosca na orelha: temos coisa. Há aí muita maquinação. E, já em viagem, chamei a atenção de João Pessoa.

- Aquele está, mas é bichado. Qualquer dia se verá. (ALMEIDA, 2005, p. 47, 48)

Nos chama atenção no escritor do livro *A Bagaceira*, o fato de que sabia bem este, o efeito que queria produzir com as palavras como podemos ver no trecho que relata momentos do encontro final de João Pessoa e José Pereira. Lembremos que José Américo é um dos beneficiados dos espólios da revolução, quando nomeado assume a frente do estado após a morte de João Pessoa, após a “recusa” do vice em permanecer neste cargo. Em seguida é nomeado Ministro Federal. Assim, tece a trama de seu livro de modo a criar uma imagem que melhor retrata José Pereira como opositor e antagônico a João Pessoa, formando uma imagem maniqueísta instaurada na escrita histórica da Paraíba, questão que fica clara nos termos usados e na escolha do que relatar, “Lá estavam vários dos futuros cabecilhas da mazorca. Havia confusão e reserva” termos inferidos aos convidados do jantar do deputado José Pereira, cabecilhas da mazorca para os líderes que participaram da revolta apoiando o líder político de Princesa, a frente mais uma vez faz menção a cor do deputado colocando-o como “negro” que quando fala “mordeu o lábio escuro” esta imagem interessa ao autor, na formação de uma imagem particular do Deputado José Pereira.

Ao relatar o episódio do quarto em que João Pessoa dorme, apesar de apresentar sua impressão onde afirma acreditar que tenha trancado o quarto com intenção de evitar um atentado, acrescenta, sem citar fonte, que soube que havia o desejo de que fosse preso e usado para iniciar as hostilidades. Assim inferindo em escolhas pontuais de falas no relato, que tendenciam os escritos em uma direção maniqueísta. Relata ainda que tinha seu povo em festa, que gastava seu dinheiro em liberalidades usando o termo pândega que tanto significa festa como insensatez.

No trecho “Depois vim saber na mesma ocasião ia ter um encontro com um inimigo de João Pessoa que esperava do lado de Pernambuco. ” A construção de sentido, na escolha de termos quando podendo adequadamente escrever aliado de José Pereira que esperava do lado de Pernambuco ou mesmo adversário político de João Pessoa opta por demarcar um antagonismo explícito ao usar o termo “inimigo”. A criação de antagonismo entre João Pessoa e José Pereira se constrói dessa forma ao longo do livro, termos e escolhas que impregnam uma história maniqueísta, apresentando impressões e entendimentos próprios misturados a fatos, de modo que essa união transfigurem opinião pessoal em dados acontecidos, “*Abraçou-me demoradamente e senti qualquer coisa de estranho nessa efusão.*” como se não soubesse ou esperasse a não aceitação da formação da chapa, bem como a frente quando relata que “*não se tinha em si de surpresa*”, surpresa com que o presidente recebe a notícia do rompimento.

Devemos lembrar que o próprio autor relata que João Suassuna era grande aliado político de José Pereira, então não seria de se estranhar a insatisfação, tendo este sido retirado da chapa para disputa federal da senatoria do pleito daquele ano. Assim, o rompimento mesmo após a recepção não é estranho “Mal pôs os pés em casa, João Pessoa recebeu o telegrama que o fez cair das nuvens, era José Pereira rompendo, depois da recepção que lhe fizera.” (ALMEIDA 2005, p. 51).

Nesse sentido no transcorrer de *O Ano do Nego* assim como nos demais livros aqui citados desenrola-se uma argumentação que defende pontos de vista distintos de uma mesma história. É a construção deliberada e muitas das vezes imperceptível do antagonismo, vimos isso até nos termos, onde existem variações para tratar dos personagens de modo a impregnar neles uma imagem de moderno, de ruptura de estrutura, de bom ou mal, caudilho e coronel, negro, moreno, deputado entre vários outros, o mesmo para João Pessoa presidente, louco histórico, impaciente e ignorante, não ouvia ninguém, tudo isso para justificar imagens construídas dos personagens. Deste modo, é das escolhas para cada personagem que se constrói os elementos de aproximação ou distanciamento entre elas, colocar em dois polos distintos por meio de adjetivações, por meio da descrição dos personagens, construindo para aliados de outrora uma versão de dois mundos antônimos, a escrita deste autor desenvolve nos modos de construção da narrativa uma separação entre os personagens que poderia ser comum caso não se demarcassem através desta escrita uma conduta negativa a um e positiva a outro, quando ambos empregam o mesmo fazer, quando articulam fazeres oligárquicos coronelísticos.

Devemos lembrar que o lugar de construção da narrativa do memorialista é a própria memória e seletividade que apaga e reconstrói para melhor apresentar uma versão que convenha, não fala a partir ou fazendo referências as fontes documentais ou bibliográficas. A memória reconstrói os fatos da própria visão do interessado, trazendo a tona os elementos que julga ter mais importância, ainda mais quando esta história é a sua própria, assim acaba por exaltar entendimentos, por vezes esquecendo os fatos. Devemos lembrar que nesta história em específico, existia por parte dos escritores da época, o desejo de construir para João Pessoa a imagem de mártir da Revolução, dando aos personagens os papéis que justificavam e construía essa imagem de mártir, essa situação também aconteceu em segundo momento quando há a “correção” dos fatos produzidos na construção citada. Nestas escrituras as revisões em muitos casos fora apenas uma inversão dos papéis, muitas vezes usando o mesmo fato, contado de formas diferentes. Assim, a mística que marca os acontecimentos da Paraíba desta

época é de um duelo entre bem e mal, onde se revezam nos mesmos lados da moeda, José Pereira e João Pessoa, marcados sempre pelo antagonismo e maniqueísmo de vozes interessadas.

#### **2.4 Joaquim Inojosa a Escrita Encomendada Pela Memória dos Vencidos, João Pessoa em Princesa – PB.**

Joaquim Inojosa, escritor, advogado e jornalista, uma das testemunhas dos acontecimentos de 1930, escreve o livro intitulado República de Princesa (José Pereira X João Pessoa) – trazendo seu ponto de vista sobre os acontecimentos que marcaram a história da Paraíba. Tal qual um memorialista coleciona histórias, que ele ressignifica com o tempo, reconta cobrindo as lacunas, faz suas construções com os critérios que lhe são próprios, aferindo “verdade” aos fatos, ao mesmo tempo, escolhendo estes fatos, Joaquim Inojosa, era redator do *Jornal do Comércio* da cidade de Recife o mesmo veículo de comunicação que travou embate com o presidente João Pessoa, este por sua vez em resposta também usou o periódico oficial da Paraíba, *A União*, para responder com uma troca de insultos de lado a lado. Inojosa era casado com uma filha de um dono do jornal, da família Pessoa de Queiroz, primos e adversários de João Pessoa, estes que surgem como os financiadores de José Pereira durante a revolta armada. Assim envolvido nos acontecimentos apresenta sua visão que tendenciosa ou não nos pode apresentar um perfil da construção da imagem maniqueísta dos personagens, como o livro de José Américo, a “República de Princesa” é marco da escrita da revolta sediciosa do município.

Considera o autor, que a retirada do nome de João Suassuna da chapa para Deputado Federal, não foi o único motivo de rompimento, credita que os atos iniciais do governo de João Pessoa foi um ataque a José Pereira e as lideranças sertanejas. Apesar de relatar os eventos, o faz de forma sucinta preferindo fazer uma compilação de fatos em que José Pereira é tido como um devoto de Epitácio Pessoa, e coloca João Pessoa como abusivo e um governante inapto, instalando assim uma ideia de lados opostos e de conflitos, fazendo essa escrita por meio de citações que justificam a linha que traçou para um e para o outro, fazendo cortes em trechos deslocados do todo, com significados incompletos. Em passagem de seu livro Joaquim Inojosa faz uso da parte de um trecho do livro de José Américo para efeito de fonte, como prova de

culpabilidade de João Pessoa pelo rompimento, ao manter o primo Carlos Pessoa poupando-o da substituição da bancada, diferente dessa citação o escrito de José Américo afirma que esta foi a desculpa que utilizara os dissidentes para romper já desgostosos que estavam com o governo e pela retirada de Suassuna da chapa. Inojosa, (1980, p.88) “como um *golpe* (termo usado por José Américo de Almeida)” escreve Joaquim Inojosa ao afirmar que a assinatura do manifesto com as candidaturas foi assinado só por João Pessoa e continua citando O Ano do Nego “Foi convocada outra reunião para tomar as assinaturas do manifesto e João Pessoa deu o golpe, apresentando ele mesmo a lista completa, com os nomes de sua preferência” (INOJOSA, apud ALMEIDA, 1980, p. 88) mas José Américo de Almeida completa mais a frente “A ala desgostosa encontrava, por fim, um motivo que justificava sua atitude” (ALMEIDA, 2005, p. 40) trecho que escolhe deixar de fora.

Dessa maneira constrói uma narrativa de significado maniqueísta, na qual João Pessoa é o causador da discórdia, José Pereira apenas responde as ações deste como se fora sujeito passivo até o momento do rompimento. Não enxerga a ação como sendo interessada, ou mesmo como parte dos jogos de poderes que perpassavam a República dos Coronéis. Veremos no trecho a seguir as escolhas de construção de Inojosa.

Na verdade, significou este fato, no contexto geral da história, a simples e perigosa nota final do episódio. Erros e erros políticos praticava o governante paraibano, em poucos meses de governo, como que anunciando a marcha para o desastre. Transformara a Paraíba numa casa de louças, a se quebrarem a torto e a direito; resolvera desmontar de uma cajadada, as máquinas interioranas dos tradicionais chefes políticos do estado; invadira lares, à procura de armas proibidas, ocupando cidades inesperadamente; removera funcionários sem qualquer consulta aos seus protetores; criara impostos extorsivos incompatibilizando-se com estados vizinhos. Em carta ao tio Eptácio (26-8-29) confessa o desvario - “sinto, em varias passagens delicadas de suas cartas, o seu desprazer pelo conhecimento de atos do meu governo”, ao que o tio responde apreensivo (7-10-29), na antevisão da realidade próxima: - “Aludes ao meu desprazer *pelo conhecimento de atos do teu governo*. Desprazer propriamente não senti; mas receio de que certos atos teus pudessem trazer-te dificuldades futuras”[...] (INOJOSA, 1980, p. 63, 64)

Como afirmado antes, vemos que Inojosa coloca os fatos que julga importantes, como sendo os que contribuíram para o rompimento entre as partes. Apresenta-os através de um discurso que dá suporte a ideia e imagem que deseja traçar de João Pessoa, ou seja, construindo para este uma carga de negatividade no uso de sentenças como “admissão” e “desvarios” quando afirma o autor que em carta confessa a Eptácio Pessoa seus devaneios, mas o trecho não menciona qualquer escrita de João Pessoa que admita em seus atos erro ou desvario como

escreve o autor. A resposta que recebe de seu interlocutor não rebate os atos de João Pessoa, como quer fazer entender Inojosa. Demonstra, entretanto, entendimento dos atos que toma o sobrinho e do que isso pode representar, dificuldades em resposta por parte dos atingidos pelos atos, ou seja, constrói o autor toda uma intencionalidade e interpretação intrínseca para o trecho que utiliza como fonte em seu livro, fazendo nessa produção uma imagem que coloca João Pessoa no papel negativo.

O ato final de rompimento escolhido aqui por nós, da visita de João Pessoa a Princesa é um momento em que as tensões internas e as disputas de poderes na Paraíba pre Revolução de Trinta chegam ao ápice, culminando com o armamento de José Pereira e o enfrentamento da Polícia enviada pelo presidente paraibano. Vejamos na escritura de Inojosa mais especificamente no capítulo intitulado “A Visita”:

Diante do último encontro de João Pessoa com José Pereira, a quem chamara, grosseiramente, de cangaceiro, e das providências administrativas tomadas contra Princesa, como justificar uma visita a esta cidade, salvo se por um ato de contrição?

Desaconselhado, insistiu. Teria, ao aproximar-se, a surpresa: tudo preparado em festas para recebê-lo. Conforme depois informaria ao deputado Araujo Cunha, notara que a cidade estava engalanada de encarnado, símbolo da Aliança Liberal. Todavia, receando possível ato de hostilidade de algum injustiçado, teve José Pereira o cuidado de fechar a porta do quarto, à noite, episódio explorado por um escritor presente – Ademar Vidal – para concluir que se tratava de fazê-lo prisioneiro ou matá-lo; mas José Américo testemunha insuspeita, o repõe nos justos termos: - “tenho que foi, ao contrário, uma medida de prudência, com receio de um atentado” (op. cit.)

Não fez João Pessoa o que era elementar em seu ato de presença: comunicar a José Pereira o ocorrido sobre a indicação dos novos deputados. Cabeira isto a José Américo de Almeida... “dando-lhe notícia da organização da chapa para as próximas eleições. Ainda ignorava ou fingia ignorar a preterição de João Suassuna, o político de estado com quem era mais ligado. Tornou-se sério, com o rosto duro e os olhos acesos”.

A entrega da chapa, entretanto, conforme entrevista de José Pereira ao *Correio da Manhã* (RJ) de 16-4-1930, lhe teria sido feita por um ajudante-de-ordens do presidente, depois da partida deste[...]

Como explicar o silêncio de João Pessoa sobre o assunto? Possivelmente pelo receio de discussões explosivas, diante de um fato consumado. Fugia de apreciar o que fora uma declaração de guerra partidária. Da imprudência nascia guerra maior. Por que não se preocupara com o caudilho princesense, chefe político incontestado da maior parte do sertão, para entendimentos antecipados? Falta de tato; completo desconhecimento do caráter sertanejo; e a Paraíba, ontem como hoje, era e é o sertão.

Iria prová-lo em breves dias.

Esclareçamos os pormenores por documentos da época.

Através de um telegrama de junho de 1930 ao deputado gaúcho Araújo Cunha, assim descrevia João Pessoa o que fora a sua visita a Princesa: começava por se queixar do que o estivessem a chamar de sátrapa oriental, com a explicação semântica de que isso não passava de uma asneira, “porque sátrapa é o nome que se dava aos governantes das províncias entre os antigos persas. Por que pois, o acréscimo *oriental*?”: - “o juízo de mais um eunuco do Clube dos Duzentos não tem o poder de alterar os fatos”:

“Cheguei a Princesa a 19 de fevereiro, sendo recebido a 9 km da cidade por um grande cortejo de automóveis e nela com retumbantes festas. A cidade estava toda engalanada de encarnado. Senhoras e senhoritas vestiam de encarnado ou quando não, traziam como homens distintivos dessa cor” (...) “já nessa ocasião, convém acentuar, Zé Pereira conhecia a organização da chapa. Sobre a mesma se conversou vari vezes durante a noite”... [...]

Enveredara pela queixa de que enquanto o Presidente da República silenciava sobre telegramas enviados por importantes entidades do estado ... “se corresponde amistosamente com Zé Pereira, um retardado mental, chefe de cangaceiros recrutados nos piores antros do nordeste”.

Seria difícil entender como, de um momento para outro, o companheiro de Comissão Executiva do Partido Republicano da Paraíba, em cuja residência se hospedara, passasse a categoria de cangaceiro e retardado mental. José Américo de Almeida explicava depois a intenção da usança: sensibilizar a polícia, animando-a a luta:

“Tínhamos de chamar os revoltosos de cangaceiros para afeito psicológico. Só assim os soldados compreendiam a luta” (JAA – op. cit.). (INOJOSA, 1980, p. 85, 86)

Na descrição dos fatos relacionados ao rompimento sentimos que ficaram soltos e pouco claros os acontecimentos, ao contrário estão presentes a construção ou a tentativa de construir uma defesa de certa forma “partidária”, impetrando a um deles a “culpa” e a outro a “inocência”, isso se vê logo no início do texto e no questionamento do porquê se dera a visita de João Pessoa a Princesa depois dos atos, chamar José Pereira de “cangaceiro” e das “providências administrativas tomadas contra Princesa” escrevendo que só se justificaria por arrependimento destes atos “ato de contrição”<sup>7</sup>. No desenrolar deste capítulo o autor faz uso de autores e de telegramas da época onde se implementam os papéis maniqueístas entre João Pessoa, um personagem “agressor” e José Pereira “vitimizado” revida. Os telegramas que falam deste último, buscam essa construção para a mentalidade de João Pessoa que segundo eles falavam de José Pereira como um cangaceiro e apresenta vários trechos que defendem o mesmo da acusação entre eles do livro “A Heróica Resistência de Princesa” de José Gastão Cardoso

<sup>7</sup> con-tri-ção; sf; 1. Estado de contrito; 2. Arrependimento ou dor profunda por ter pecado e ofendido a Deus, com o firme propósito de não mais pecar. (Michaelis, disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>)

“Muitos dos ‘cangaceiros’ de Princesa, que acompanharam a luta nos seus episódios mais dramáticos. Entre, estão espalhados, hoje, pelos Estados da Federação, ocupando importantes posições sociais.”

Entre muitos outros estão: Dr. José Pereira Cardoso, que foi figura saliente do magistério Pernambucano [...] Dr. Aloísio Pereira Lima, médico na capital da República”[...] (INOJOSA, 1980, p. 87).

Apesar de observar um desejo do autor em revisar as histórias que colocavam João Pessoa como Mártir da Paraíba, houve antes a inversão dos papéis, construção esta que se estabelece no livro. Estes elementos, como o trecho agora citado, servem de legitimação desta versão quando apresenta uma lista de nomes e suas posições sociais, demarcando serem importantes nomes da sociedade, chega a utilizar até mesmo o nome de Aloísio Pereira Lima<sup>8</sup> que na época dos fatos era apenas um menino. Apesar dessa menção ser feita em meio a descrição dos fatos que culminaram com o rompimento na política paraibana de 1930, nesse espaço servem apenas como justificativa no contexto em que se vê as imagens de bem e mal para José Pereira e João Pessoa.

Assim construindo uma imagem dualista fazendo uso do memorialista, fala rapidamente da chegada de João Pessoa a Princesa, e passa a discutir versões de quem dá notícia da chapa do PRP, a José Pereira. Usando como fonte de quem entregou os nomes da chapa a José Pereira o próprio José Américo e depois a versão do outro, como contraponto a Almeida transcreve trecho de entrevista de José Pereira a jornal da época. Ocupa-se em maior parte a tratar fatos que imprimem nos personagens suas “condutas”, para justificar sua construção as citações, trechos e testemunhos são muitos, fazendo uso dos trechos que melhor constroem a imagem que queria descrever.

Assim percebemos essa escritura como também permeada por uma construção de sentido em cuja confluência de apresentações buscam legitimar um lado e deslegitimar outro. Nos fatos escolhidos há uma intenção de, atribuir uma culpa a João Pessoa e seus atos como germinadores dos conflitos de 1930, podemos observar essa construção no parágrafo 5 onde o Presidente paraibano é chamado de imprudente, por não ter discutido a chapa ou por ter

---

<sup>8</sup> Filho de José Pereira, formado em medicina, na época do conflito contava com menos de 10 anos de idade.

excluído João Suassuna, enquanto a imagem de José Pereira é ornada por “caudilho princesense”, assim, não existe uma análise sob a perspectiva de entendimento dos interesses políticos, nem o tratamento dos acontecimentos como um acontecimento político que demanda interesses de cada lado, parece algo mais relacionado a cada um. A impressão é que se trata de uma disputa pessoal, pouco ou sem nenhuma expressão dos interesses econômicos e de tentativas de afirmação de poder.

Em duas páginas Joaquim Inojosa “defende” José Pereira da acusação de cangaceiro sua escrita cheia de citações, Barbosa Lima, que “atesta que não era bandido José Pereira” (INOJOSA, 1980,p.86), “Defendendo José Pereira da pecha de cangaceiro o jornalista ‘Costa Rego’” (ibidem) outras citações “*Jornal do Comercio*”, (idem) não há dúvida que a função é contraprova de uma escrita oficial indo de encontro a ela, opositora, estes elementos baseado em testemunhos fazem erguer um tom de legitimação a versão de Joaquim Inojosa, essa é sua a função no texto e prepara um desfecho na página 88 em que diz “Voltemos as versões do ocorrido na cidade de Princesa: a oficial, do presidente João Pessoa, no telegrama ao deputado Araújo Cunha e a de testemunhas da época.” Este comparativo de versões de que faz uso o autor é uma forma clara de instalação da feitura maniqueísta que com que os fatos foram postos na historiografia da Paraíba sobre a revolta. O comparativo é usado com versões que buscam justificar através de entendimentos de testemunhas, cartas, telegramas, e outros memorialistas, quem está correto e quem está errado, quem é o culpado e que ações culminaram para os atos. No livro de Inojosa estas versões confluem para construção narrativa em que o presidente é tido como culpado em um, contexto de entreveros perpassados de antagonismos.

Não parece correta a referência do primeiro que, em face das divergências com Júlio Lira e Ignácio Evaristo, tenha ficado acertado com eles que ele, João Pessoa, como chefe do partido assinaria a chapa sozinho. Ocorreu isto de surpresa, como um *golpe* (termo usado por José Américo de Almeida): - “foi convocada outra reunião para tomar as assinaturas do manifesto e João Pessoa deu o golpe, apresentando ele mesmo a lista completa, com os nomes de sua preferência” (JAA, *op. cit.*). assinava sozinho a chapa, diante da negativa em acompanhá-lo de Júlio Lira e Ignácio Evaristo, para evitar que saísse a mesma com restrições. Está no telegrama de Eptácio a José Pereira: - “a chapa para a renovação da câmara foi firmada apenas pelo chefe do partido para evitar que a mesma viesse com restrições por alguns dos membros da comissão, o que seria de péssimo efeito”.

Perguntamos se o fato de querer ocultar do público a realidade do que se passava, não revela o sentimento de um pecado, medo das consequências, susto por um ato cometido!...

Afirma José Américo de Almeida que anunciou a José Pereira a versão da chapa organizada, o que fez este corar de raiva. Mesmo assim ainda no reconhecimento de seu erro, deixou de entregá-la pessoalmente João Pessoa.

Confiando a missão que seria toda pessoal, a um ajudante-de-ordens. (INOJOSA, 1980, p. 88).

Joaquim Inojosa escreve como jornalista, que de fato é, empregando vozes aos personagens, vemos isso no trecho acima em que imprime um “reconhecimento” de erro a João Pessoa. A versão da entrega da chapa, é permeada de lateralidades, reivindicações de “versão verdadeira”. Para nós, o que importa aqui é ver que este episódio é explorado para construir imagem e perceptivelmente ou imperceptivelmente um antagonismo maniqueísta na nossa história, esse olhar quando lançado sobre a escrita deste autor, demonstra-se diferente dos demais, um modelo que faz uso de uma construção que busca legitimar seu fazer através da historicização que busca fazer por meio de documentos, testemunhos, com intuito de refutar uma história oficial, construída ainda no calor dos acontecimentos e por interesses relacionados ao cenário daquele momento, desfazer injustiças, entretanto como afirmamos isso se dá pela construção de um outro tipo de fabricação, ao minimizar João Pessoa e elevar José Pereira. Os testemunhos se tornam legítimos para Inojosa, pautados não por evidências, mas pela importância de seu emissor, busca figuras que ocuparam cargos que julga importante.

Continua o autor fazendo mão de entrevista de José Pereira relatando a visita e a apresentação da chapa.

“Regressando a 20 para a capital sem se despedir de mim, o presidente, embora estivesse em minha casa, deixou o seu aludido ajudante-de-ordens encarregado de mostrar-me um papel no qual se liam os nomes dos candidatos do partido a bancada da câmara e ao terço do senado. Era a chapa.

*Estranhei... objetivei ao senhor sobreira...*” (correio da Manhã – Rio, 16-4-1930)

Desmentem, as duas versões, a terceira, de João Pessoa, de que na residência de José Pereira, durante a noite, por várias vezes se houvesse conversado sobre a chapa.

O erro afugenta o autor do erro.

Com o espírito envenenado por tudo quanto ocorrera, e já sob influência do amigo e compadre João Pessoa de Queiroz, que lhe garantia o apoio material, resolveu José Pereira Romper Definitivamente com João Pessoa. Teria João Suassuna tentado evitar o choque, mas chegara tarde: - “Corri para evitar o rompimento, mas não cheguei a tempo” (*in O Globo* – Rio, 15-04-1930). já o telegrama arrogante seguira o seu destino, com endereço do Palácio do Governo, data de 22, isto é, 48 horas após as

“festas encarnadas”, da que iria ser a indômita República de Princesa. (INOJOSA, 1980, p. 89).

A voz do autor aparece sempre depois das citações ao se deter na discussão de que uma versão é mentirosa e desmentida por outras. Segue assim uma linha que constrói partes, e aqui não queremos dizer que uma lateralidade não possa existir, entretanto essa lateralidade aqui constrói um cenário maniqueísta para a escrita. Nas construções memorialísticas, e nessas em específico que implementa um caráter biparti-te, ao escolher quais elementos são pertinentes a construção de sentido que forma a imagem desejada pelo autor, memórias esquecidas de uma construção historiográfica que inicialmente não se interessou em entender uma versão que incluísse os dois personagens, mas em formar para uma memória diferente da do outro, em Inojosa existe uma manutenção desta perspectiva que não pensa João Pessoa e José Pereira entendidos no mesmo nível de ideias.

Não podemos deixar de chamar a atenção sobre um ponto que é comum aos quatro autores, sendo este o uso em grande medida de citações de telegramas, testemunhas, recortes de jornais entre outros documentos históricos. Vemos que esta documentação tem valor relativo à trama histórica e assume muito o papel de defesa, de um lado ou outro, sempre pondo os envolvidos em antagonismo. É assim que vemos em dadas circunstâncias as mesmas citações em autores diferentes e com alternância de sentido, como visto na narrativa de o ano do nego a fabricação de José Américo por João Pessoa, e em República de Princesa de Joaquim Inojosa, cuja narrativa busca argumentar e justificar uma desconstrução da imagem de João Pessoa fabricada pela oficialidade. Assim não nos parece que as revisões e escritas do tema tenham nos apresentado uma releitura dos fatos, não no tocante a ver estes personagens como elementos de um mesmo conjunto, o que vemos é um movimento prendendo a historiografia em campos de armadilhas que perpetuam um tipo de história, a de raiva, que alimenta essa história maniqueísta.

Assim, em Serioja Cordeiro Mariano e Inês Caminha a escrita histórica ainda está de certa forma impregnada desse maniqueísmo, os memorialistas aqui analisados são utilizados na pesquisa e citados nos trabalhos historiográficos das autoras, trazendo assim como fonte as suas pesquisas essa memória particular dos que viveram 1930 em suas defesas de verdades que fizeram uma cisão difícil de escapar. Estes sujeitos sociais pertencentes ao seu tempo, estiveram inseridos em um tipo de sociedade, que lhes frutificou este condicionante de serem e se

colocarem como foram, questão que é geralmente deixada de lado quando a preocupação e apontá-los como modernos ou atrasados para seu tempo, Entendemos estes homens como interessados e engajados em uma sociedade oligarca patriarcal e coronelística mais iguais que diferentes, que a partir de um certo momento e em função de fatos concretos rompem os laços de unidade movidos por disputas de interesse próprios, afinal as disputas de poderes que eram próprias daquele contexto histórico e não por forças opostas ou por supostas ideologias bipolares.

Em outras palavras queremos dizer através desse episódio de que trata este capítulo, bem como da sua historiografia, que são versões fabricadas em torno de uma postura que enquadra os personagens em escritos dicotômicos, cada versão da história traz impregnada de elementos que visam demonstrar uma inocência ou uma culpabilidade, a análise deste episódio sob prisma destes autores nos revela o que parece ser lugar-comum a historiografia destes fatos, a busca da “recuperação” da verdade, ao trazer documentos para apontar quem cria a chapa, quem rompe, o porquê da contenda em fatos lidos separadamente implementa-se uma escrita que apenas faz legitimar um personagem ou outro, entendemos que os fatos quando sob perspectiva geral apontam para uma disputa interna a oligárquica, cujos atos individuais, contextualizados num local social com suas feitura próprias, podem ser entendidos como próprios ao seu espaço, diferente desse escrito, cujo os personagens são postos como modernos, como reformistas, em uma ruptura que os tira de seu espaço de construção. Aqui desejamos demonstrar ao analisar os escritos que estes personagens são antes uma construção historiográfica de interessados em implementar verdades ou mentiras desse episódio criando espaços de disputas de discursos, onde pautam-se por implementar uma ambivalência em seus escritos, assim vemos uma gama de falas distintas sobre o mesmo fato.

O que buscamos perceber para além da escrita analisada como cada versão do acontecimento de rompimento coloca como o que é estabelecido como digno de importância para cada autor, quais fatos postos são importantes de serem ditos, observando claro a recorrência desta dualidade bem e mal, mas como cada versão se importa por certos fatos, estabelecendo importâncias para sua construção, isso se vê ao tentar se estabelecer espaços onde para um é importante traçar os fazeres e o modo de cada personagem, já em outro momento, outro autor se põe como importante as “ações” concretas que levaram ao cume do rompimento e do conflito, há ainda por parte de determinados autores o estabelecimento de versões de

envolvidos com intuito de atestar verdades por meio de seus testemunhos, mas também intencionalidade para bem ou para mal dos personagens.

Nesse lugar de bipartição bem e mal, as origens estão pautadas em momentos específicos, no estudo de caso deste capítulo sob prisma destes quatro autores se fez bastante pertinente para entendermos a frente estas origens desse maniqueísmo e sua “perpetuação”, que veremos no próximo capítulo, nos espaços de escrita da contenda entre representantes de nosso estado, onde o mesmo fato tem suas versões, onde os interessados implementam uma direção que faz com que telegramas e cartas, depoimentos e papéis sejam a prova cabal de que um mesmo fato “é” e “não é” tendo apenas uma vertente universal a forquedura que ramifica em dois lados José Pereira e João Pessoa, quase que se esquecendo que são galhos da mesma árvore da política de trinta.

### CAPITULO III

## ESCRITA PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930 NA PARAÍBA UMA PRODUÇÃO DOS INTERESSADOS

### 3. João Pessoa e a Construção de uma Memória Maniqueísta

Quando observamos a historiografia sobre o conflito armado entre o Estado, mais precisamente as forças policiais vindas da capital Parayba e os sublevados do município de Princesa, somos levados a emprendermos uma revisão, do que aqui chamamos, de certos fatos “fabricados” que serviram para concretizar os interesses surgidos com a morte de João Pessoa, então presidente. São fatos construídos a partir de interesses “criacionistas” por um lado, e por outro, fatos “fabricados” para concretizar os interesses dos “revisionistas” iniciando-se a partir e com eles, respectivamente, uma escrita maniqueísta dessa história, pautada nas imagens de dois personagens chave, um herói e um anti-herói João Pessoa e/ou José Pereira.

Na história oficial brasileira do pós trinta e posta nos livros, surge um José Pereira como um bandoleiro “chefe de cangaceiros” combatido por João Pessoa figurando de vanguardista e reformista, o contra argumento posto a esta criação, alçado pelo desejo de poder e concretizado por instrumentos estatais as mãos dos herdeiros políticos da morte de João Pessoa, são escritos que surgem, majoritariamente posteriores a 1970 frutificados de um espaço de envolvidos que se viram descritos pela história oficial e por ela marginalizados, estes que propõem-se revisionistas, atribuem uma produção contrária aquela primeira coloca João Pessoa no papel de vilão aquele, que não cumpre com os pactos instaurados pela oligarquia de seu tio Epitácio Pessoa para com os coronéis, acusado de abuso e arrogâncias contra os mesmos, sobretudo a José Pereira. Mesmo aquelas produções historiográficas que apresentam os personagens buscando não escolher lados acabam por separar um e outro em mundos diferentes, ou seja, trata-se de uma produção marcada por um forte tom de maniqueísmo, neste capítulo optamos por apresentar cada escritura em particular a partir da observação deste aspecto maniqueísta para esta escrita dividida entre vilão e herói, mostrando sua origem elevada de interesses de poderes e que prenderam este recorte histórico em um espaço aparentemente inescapável de sagração e demonização. A pedra fundadora deste escrita são os interessados em apoderar-se

do poder político do estado fazendo uso da imagem do presidente assassinado “Se João Dantas não tem assassinado João Pessoa, nem eu, nem você e nem ninguém hoje saberia quem diabo foi ele.” (PRINCESA, do Sertão, 2010).

O momento inicial que se cria as tensões que até hoje mantêm-se vivas em alguns recantos da Paraíba deu-se após a morte de João Pessoa, na capital Parayba. A notícia da morte do presidente gerou uma onda de protestos que iniciaram por sua vez uma busca por um culpado, para além daquele que foi seu algoz, já preso na Cadeia do Recife. Desse modo todos os adversários políticos tornaram-se inimigos e culpabilizados, pelos elementos de exaltação a morte deste que foram utilizados na campanha que culminou com a chamada Revolução de 1930 ou mais precisamente com a tomada de poder por Getúlio Vargas.

José Américo de Almeida escreve “A notícia caíra como um raio no seio do povo que, correndo para a rua, se entregara ao desespero. E ouviu-se o grito de guerra que escapava de todas as bocas: Morte aos inimigos de João Pessoa!” (ALMEIDA, 2005, p.155) escreve ainda “Grupos enlouquecidos lançavam-se em busca dos adversários e punham fogo em suas casas.” (ibidem).

Os atos de “vingança” perpetrados pela população, com a “vista grossa” e apoio das autoridades, criaram um campo fértil para perpetração do antagonismo que a escrita acompanha, muitos foram prejudicados com a exaltação fomentada pela morte, muitos tiveram que sair do estado, alguns do país. Os vencidos buscaram mais tarde dizer que o presidente morto não era o mesmo da imagem construída que acabou por transformá-lo não no adversário político de José Pereira, mas deste em inimigo, em seu vilão. Do mesmo modo os que “criaram” João Pessoa mártir, puseram José Pereira de vilão, João Dantas de Pistoleiro ambos a serviço de Washington Luiz.

Conforme a “Revolução” e seus vencedores fizeram uso da morte de João Pessoa e legitimou seu símbolo de mártir, a historiografia da época acompanhou, elementos como a mudança da bandeira da Paraíba e do nome da capital são símbolo da criação dessa imagem de João Pessoa. Entendemos que o tiro que acertou João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Paraíba entre 1928-1930 colocou sua história em evidencia e também de todos os envolvidos que naquele ano fizeram parte do cenário político paraibano, aliados e opositores, que depois foram feitos de amigos ou inimigos deste. Esta evidencia veio também em forma de uma escrita construída do binômio herói e vilão, nascendo assim os

elementos maniqueístas que permearam a história destes fatos, de modo que anos depois a história ainda os tem em papéis que foram maiores que os que de fato tiveram em vida. A importância de João Pessoa para a Revolução foi proporcional ao Marketing que emprestou sua morte e que fomentou os acontecimentos, não indo além disso, mas a escrita sempre apoiada no interesse próprio do seu autor e do seu tempo, obedece a uma legitimidade própria a este ambiente, e tem o papel de alçar as verdades do vencedor.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. [Pg. 066] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU, ano?, p. 57)

O interesse na história de nosso estado em construir esta imagem de “herói” para João Pessoa se complementa na construção oposta para José Pereira e João Dantas na escrita após sua morte e triunfo da Revolução, está em um ato de legitimação dos espaços de poder, a afirmação da imagem de João Pessoa era a garantia que precisava seus descendentes de poder, assim a morte transfigura o político comum em sobrecomum, em um reformista maior que foi de fato. Vejamos como aparece João Pessoa demarcado por uma história ligada a política e que, portanto, acompanha os desenrolares da ‘cena revolucionária’ que usa como estopim sua morte, Ademar Vidal a seu respeito assim se expressa:

O nosso país teria de despertar da sonolência. E por mais que espíritos obtusos não vejam a mudança do tempo, foi a Paraíba, foi João Pessoa, foi o sacrifício deste homem imolado, foi ele quem impulsionou o desfecho da nova era rebelde a processos desumanos. A história aponta-o como a imagem de redenção cívica dessa nova era. (VIDAL, 1978, p. 371)

O autor coloca João Pessoa como aquele que se “sacrifica” como se o tivesse feito em nome de uma revolução, esta que João Pessoa chegou a recusar afirmando “-Prefiro mil vezes

Júlio Prestes a uma revolução” (ALMEIDA, 2005, p. 36), podemos notar, ainda, no trecho acima um demarcador que chama atenção ao elemento de nosso interesse nesta análise historiográfica, o maniqueísmo ao chamar de “espíritos obtusos que não vejam a mudança do tempo” impõe assim existência de um outro lado, e de uma exterioridade antagônica a do presidente morto. Abusando de um papel que não teve nessas proporções nos desenrolares de 1930.

Estes elementos de construção de imagem de João Pessoa, como vemos no trecho acima de Ademar Vidal, são apropriados de uma ocasionalidade, o assassinato, utilizado pelo movimento dos elementos que levam a cabo a revolução de 1930, que apropriado pela história da Paraíba constroem uma vertente historiográfica a “história oficial” impregnada do maniqueísmo transformando assim os fatos em um rio que dividiu José Pereira e João Pessoa em margens opostas e assim a própria história deste estado, existe ainda agora aqueles que entendem esse momento de modo binário, certo e o outro errado, longe de terem a confluência que tem personagens que em dado momento foram aliados políticos e membros do mesmo partido.

Nesse momento, aqueles que foram adversários são agora inimigos, lembrando que adversários políticos no coronelismo muitas vezes entravam em acordo após o pleito como afirma José Américo “A indicação dos nomes para os postos eletivos era o momento crítico dos partidos. Vinham à tona ambições insatisfeitas e explodiam crises latentes. Ocorria, muitas vezes, desagregação temporária; mas, encerrada a campanha, reestabelecia-se a unidade, com os infalíveis acordos.” (ALMEIDA, 2005, p. 39) todavia, mesmo este não sendo o caso, fomentado por vários fatores o rompimento resultou na revolta armada em Princesa – PB finda apenas com a morte de João Pessoa por João Dantas.

Os elementos criados de uma literatura construída para um fim legitimador de uma heroização do presidente que colocam o outro em posição repelente, transformando a história política paraibana em uma enraizada história maniqueísta vista em ambos os lados com uma criação que legitime cada lado. Nos legitimadores de João Pessoa mártir, o atirador recebe a

princípio o título de “pistoleiro”<sup>9</sup>, mais uma distorção feita para alicerçar a Campanha Liberal na tomada do poder. Ademar Vidal assim descreve João Dantas e o crime:

Não há consciência limpa que não condene o crime de uma pusilanimidade vergonhosa, pois nenhum autentico paraibano seria capaz de atirar em um homem sentado, desprevenido, desarmado e mais fazendo-o de surpresa. Porque, como é da ética regional, primeiro se manda que a vítima imediatamente se “levante para morrer” e, em casos especiais, o algoz pede a ela até que “se arme” para a defesa. Somente dentro da lealdade se verifica um encontro para decidir. A traição impõe tais “requisitos e detalhes de honradez”. O contrário disso é admitido entre criminosos profissionais, desclassificados, afeitos ao banditismo sórdido, aos ataques de emboscada e prévio pagamento: surpresa que faz parte de um código o qual se caracteriza pelas “encomendas para matar a troco de dinheiro”, ou outra qualquer vantagem como, por exemplo, assegurada a impunidade após o crime, fuga provisória e, se preso, conseguir juri a qualquer preço favorável. (VIDAL, 1978, p. 251)

Não queremos entrar no mérito de um ato que fundamentalmente é violento, mas buscamos ver como se constrói na escrita oficial uma imagem de “criminoso profissional” aquele que em outras leituras era advogado, um cidadão normal. Entendemos que a criação que gerou um herói e anti-herói feita a partir de fatos escritos de forma oficiosa fruto de um momento cuja ação e criação atendia a interesses de um grupo que buscou através da tomada armada ascender ao poder, neste momento se cria esta “escrita maniqueísta”. Toma corpo um movimento de tensões lançadas sobre famílias que viram a história ser escrita sem a voz do outro, sem seu contraponto ou segundas versões, uma história retirada do oficialismo de Processos e jornais oficiais que no momento dos atos, conta os fatos à sua maneira.

O prisma que devemos entender é este ato como contínuo ao ambiente do coronelismo, tomado por proporções maiores, mas que age em acordo com seu ambiente que existe para além da guerra que a escrita memorialista e estatal constrói e a historiografia perpétua, é uma disputa de poderes que toma uma via armada, sabidamente planejada com intuítos políticos, a consolidação de poderes é o intuito de João Pessoa, sua manutenção frente ao outro e não o combate do coronelismo nem a resposta de atingidos pelo novo fazer político, isso se cristaliza após a morte, e pode ser visto na mudança de mãos sobre o comando, o “fim do coronelismo”

---

<sup>9</sup> Aspas minhas, pistoleiro no contexto nordestino é aquele que mata por encomenda, assassino de aluguel.

não marca o início de um espaço diferenciado de poderes com outros fazeres, mas apenas a consolidação de uma força, outra além daquela que agenciou João Pessoa em seu comando.

E, no meio do tumulto, veio a notícia de que fora assassinado no Rio de Janeiro o deputado João Suassuna. Abatera-o, em plena rua, o operário paraibano, Miguel Alves de Sousa. Também chegou uma comunicação sobre a morte dos eliminadores de João Pessoa. A respeito, *A União* inseriu em uma de suas colunas esta nota: “Na Casa de Detenção de Recife, onde se achavam recolhidos, suicidaram-se, João Duarte Dantas e Augusto caldas, autores do nefando assassínio do Presidente João Pessoa. Fugindo à vida, os execráveis matadores do grande estadista sentiram que a maldição do povo brasileiro lhes caía por cima como um terrível anátema. Derrubada a tirania de Pernambuco, cuja situação os dois criminosos procuravam se abrigar, extinguiram-se de vez as esperanças de impunidade.

Há, porém, quem sustente que os assassinos não se suicidaram. Contestação feita pelos próprios autores da tragédia. Pois os que agem de surpresa (atiram e saem correndo, revelam covardia objetiva) querem continuar na vida, nela permanecem, - e com que apego! Entanto, suicídio significa deliberação corajosa de quem ainda que tomado do “mal sagrado”, tem sua lucidez momentânea e desesperada para continuar se voltando contra si mesmo. Mormente quando provocado está não dispor de arma para a utilização. Contestável o suicídio de ambos por motivos lógicos. Os matadores de João Pessoa foram massacrados pelo povo furioso ao invadir a penitenciária de Recife em que se achavam recolhidos. No auge das manifestações, em outubro, os funcionários do presídio aderiram à multidão enfurecida e abriram as portas do presídio, facilitando a punição por vontade do povo pernambucano. (VIDAL, 1978, p. 402, 403)

No trecho acima vemos como se dá início a construção da história que criou e cristalizou uma literatura de bem versus mal, permeada na historiografia pelos documentos históricos, a fonte vinda da oficialidade, que hora estava nas mãos dos interessados em construir uma escrita que fixaria uma imagem de João Pessoa vítima e ao mesmo tempo dos seus adversários como agressores, segregados a condição de assassino, todos inimigos. Ademar Vidal escreve sobre as mortes de João Suassuna, João Dantas e Augusto Caudas, mas no trecho acima sobressai um notório partidarismo, elemento comum a escrita que divide, a escolha estando em termos de lado A ou B, do lado “certo” e do lado “errado” o que imprime vicissitude. Neste momento inicial, são os vencedores da chamada Revolução na Paraíba que constroem essa escrita tomando o lado do, jaz, Presidente, assim o assassino de João Suassuna no Rio de Janeiro é o “operário”, existe aí uma suavização, na tentativa de criar uma imagem oposta à que coloca em seguida para João Dantas e Augusto Caldas, ao noticiar no mesmo paragrafo suas mortes “chegou uma comunicação sobre a morte dos eliminadores de João Pessoa”. A escrita e o poder de transformar em verdade ou mentira; bem ou mal; um operário, um outro eliminador, o

pistoleiro, o matador. O trecho inclui uma nota publicada no jornal oficial do estado “A União” em que se lê: “os execráveis matadores do grande estadista” anunciando a versão de que os presos cometeram suicídio.

O que queremos mostrar aqui são os elementos fundadores que criam as imagens que enchem a literatura histórica de maniqueísmo, este trecho é simbólico do que foi o procedimento, a criação do suicídio dos detentos, a culpabilização de Augusto Caldas que morre na prisão junto a seu cunhado. Ainda no trecho de “A União” há um questionamento se teria sido ou não suicídio o episódio violento da morte de João Dantas, credita ainda as mortes, caso não fossem mesmo atentados contra as próprias vidas, aos funcionários do presídio do Recife que por iniciativa de adesão a “Revolução” “vingara” o defunto. Esse discurso dentre outros feitos pelo “*A União*” serão amplamente utilizados para concretizar o edifício da narrativa fixada nos livros de vários autores que trouxeram João Pessoa como Herói. Ocorre o contrário, como veremos mais a frente, na reescrita dos fatos pelos “marginalizados” de trinta, em que a inversão se instaura, e os acontecimentos e personagens antes “maus”, José Pereira, João Suassuna a João Dantas ganham novos papéis de vítimas ao tempo em que João Pessoa e os seus defensores são postos em vilania.

Sabiam aqueles que intencionalmente expressaram-se de outra forma, que João Dantas e Augusto Caldas, foram mortos na Penitenciária do Recife que se tratou de um homicídio e não suicídio, versão esta amplamente aceita pela historiografia atual, Manoel Dantas Vilar Filho, no documentário da TV Senado “Princesa do Sertão” (2010) conta:

Antonio Silvino, o cangaceiro, Precursor de Lampião, tava preso na Penitenciária do Recife, numa cela próxima a de João Dantas, aí; um desses trabalhos acadêmicos foram entrevistar ele; aí perguntaram sobre isso, ele disse: coisa nenhuma, Aquele homem não se suicidava não. Foi um pau danado dentro dessa cela até domarem ele e sangrarem. Era a cela vizinha ou próxima. (PRINCESA, do Sertão, 2010)

Ainda sobre o trecho retirado de Vidal transcrito anteriormente, temos a implicação dos Pessoa de Queiroz, mais uma vez dividindo entre dois lados antoninos quando afirma “Derrubada a tirania de Pernambuco, cuja situação os dois criminosos procuravam se abrigar,

extingiram-se de vez as esperanças de impunidade”(VIDAL, 1978, p. 402). Aqui são “tiranos” todos os opositores de João Pessoa, faz alusão este trecho aos Pessoa de Queiroz, apoiadores e financiadores de José Pereira, atribuindo-lhes assim a salvaguarda de João Dantas, preso como preconizava a lei, mas ao usar dessa argumentação fica a impressão que a escrita de Ademar Vidal naturaliza o ato de violência contra o já encarcerado advogado de seu cunhado Augusto Caldas.

Vejamos ainda a versão de um outro interessado do momento, nessa construção discursiva, José Américo de Almeida:

João Duarte Dantas, assassino de João Pessoa, suicidou-se na Penitenciária do Recife, matando, na ocasião, de comum acordo, seu cunhado, engenheiro Augusto Moreira Caldas, preso com ele, como cúmplice do atentado.

Ainda se discute, apaixonadamente, se de fato, se matou ou foi morto, também tive minhas dúvidas, mas tanto investiguei que chaguei a uma conclusão: a morte foi voluntária. [...]

A cadeia estava cheia de presos, inclusive Antônio Silvino; ninguém ouviu qualquer rumor que demonstrasse haver luta. Nem ruídos, nem gritos, nada que denunciasses violência. João Dantas não se deixaria sangrar sem defesa, sem, ao menos uma voz de protesto.

No local, havia ausência de qualquer sinal de luta. O cadáver não apresentava contusões, nem equimoses, nem escoriações. E um homem do seu temperamento não se deixaria sacrificar sem resistir. (ALMEIDA, 2005, p. 218, 219)

No trecho que o ator credita a versão de suicídio para a morte de João Dantas e ainda de seu cunhado, afirma ter investigado e chegado a conclusão da veracidade das suas afirmativas. Como um memorialista, que era, não se preocupa em citar fontes ou demonstrar as origens dessa investigação, ficando evidente a legitimação da fala através do poder social que comuta o autor, como bem diz o estudioso: “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes”(BOURDIEU, 1989, p.11) Como afirma Bourdieu, a fala é legítima quanto é seu enunciador. Vemos essa questão no trecho em que José Américo, assim como em outros memorialistas e escritos que tomando seu lugar socialmente legitimado, faz uso deste para imprimir veracidade a fala, historicizar relatos, oficializar a escrita. Este elemento é recorrente na escrita historiográfica da Paraíba sobre os fatos, autores atores, historiadores que

ocupam um ambiente onde os interesses centralizam-se ao protagonismo dessa história, ou seja, fazer dessa história um episódio central para a historiografia paraibana, ou de uma cidade ou de uma família, que põe em evidência um protagonista que seu ambiente fez entender como tal, este ambiente de que é fruto o historiador e o memorialista tem o poder de “influenciar” na escolha da escrita forçada que defende ou condena sem olhar o todo.

Outro fundador da escrita de João Pessoa e José Pereira como personagens em confronto, João Lelis de Luna Freire escreve de forma a condensar na mentalidade paraibana uma imagem maniqueísta destes opositores políticos, apesar de tratar dos entremeses do conflito entre as tropas da polícia paraibana e o grupo armado sob comando de José Pereira, deixa transparecer um diferencial importante entre os outros escritores citados, pois aparece uma parte marginalizada da história ao falar na vida do soldado comum durante o conflito, nos momentos de luta, nos momentos de descanso, na descrição dos campos, no relato da fome que passaram os soldados em função dos precários mantimentos disponibilizados, “Pela manhã, um cosido de milho, alguns cuscús e café feito de milho torrado, no começo, e depois de guandú, adoçado nos primeiros dias de mistura com pedaços de rapadura.” (FREIRE, 1944, p. 197) todavia o autor perpetuava também uma visão maniqueísta para os personagens.

Á confirmação do rompimento político do chefe de Princesa, deputado José Pereira Lima, com o governo do presidente João Pessôa, em 23 de fevereiro de 1930, seguiu-se a eclosão do movimento armado naquela cidade, para onde correram, em pouco tempo, não só criminosos esparsos por outros municípios, como também muitos outros indivíduos que haviam emigrado para os estados vizinhos estados do sul e norte, impelidos pelas batidas das volantes que constantemente vassouravam os sertões e as caatingas da Paraíba.

Êsse ajuntamento de homens os mais diversos, pela procedência excusa e pela má conduta, a que não faltava a figura do autentico cangaceiro, armas na mão e pronto a execução de ordens mais temerárias [...] (FREIRE, 1944, p. 40)

O autor descreve Princesa como sendo centro de encontro de bandidos, perseguidos pelas volantes, atribuindo o título de cangaceiros aos mesmos. Título estendido a José Pereira como líder dos homens que combateram a polícia de João Pessoa. Construindo uma descrição para José Pereira ele escreve:

É bem verdade que as falanges do moreno caudilho não escasseavam capitães-do-mato à moda dêsse audacioso Luiz do Triangulo. Mas faltava-lhe a congênita predestinação do chefe guerreiro, condutor incontestado de batalhadores, manobrador de efetivos. O chefe de Princesa, José Pereira Lima, não possuía essa alma e nem se permitiu encontrá-la em outro corpo. Era civil por índole, por convivência e por atitudes. Um político – proselitista e regougante de vaidades, tecido dos defeitos e virtudes de sua gente, de sua época, do seu meio. Egoísta como quasi todo sertanêjo, centralizador e abafante, franco e desconfiado, impetuoso e diplomata... (FREIRE, 1944, p. 54)

Na escolha dos adjetivos, em muitas passagens da construção dessa história, está contido a diferenciação que faz com que imagens opostas sejam construídas, os títulos dados a José Pereira na escrita pós trinta é de “cangaceiro”, “egoísta”, como em Almeida o autor atribui a cor “morena” enegrecendo a figura do coronel e uma série de outros adjetivos que consolidaram para este uma imagem negativa frente a de João Pessoa, podemos ver estes elementos em sua escrita como o autor escreve sobre o discurso de posse proferido por João Pessoa deixa evidente as construções guardadas nas adjetivações dos personagens.

O éco daquelas palavras reboou como uma bomba nos ouvidos de tais esteios do conservadorismo, e por certo, na consciência dêles qualquer cousa mexau incomodamente.

A liberal-democracia estava ali representada, e por aqueles homens, requintados nos seus defeitos e seus males. Bem poucos compreenderam, no instante, que com o discurso do presidente, estava tendo começo a grande revolução brasileira, sobretudo seu período inicial de agitação e revolvimento, tão profunda a revolução e tão decidida que ainda hoje resvala por todos os quadrantes da nacionalidade, transformando costumes, concepções e ideais de convivência humana, gradativamente procurando cumprir o seu vastíssimo programa. (FREIRE, 1944, p. 29)

O que vemos aqui é senão há legitimação da figura de João Pessoa como o Mártir da revolução de 1930, uma construção dos interessados em legitimar esse processo acontecido na Paraíba por via da morte do presidente.

Toda esta importância que os escritores da revolução buscam imputar para João Pessoa só vem depois dele morto, só com a morte este ganha de fato a importância que buscaram lhe conceder, até certo ponto tinha autonomia para deliberar no comando do estado, entretanto sempre consultando o tio chefe da oligarquia, seus conselhos legitimavam esse seu comando, de outro lado também é atribuído a influência sobre os fazeres de João Pessoa a José Américo.

Relevante trabalho que discute a formação da imagem e a “Fabricação do Mito João Pessoa” é o do historiador José Luciano de Queiroz Aires que faz profunda análise historiográfica sobre esta formação. Trabalho em que nos espelhamos, pois, o momento de criação da figura do “mito”, do “mártir” também configura a origem do maniqueísmo na escrita, mas que perpassa todo este momento histórico. Mas buscamos demonstrar que o maniqueísmo está contido nas duas vertentes da escrita desse momento, a que constrói a história imediatamente depois, com a fabricação do mito pelos herdeiros de João Pessoa e a corrente que reconstrói, desfazendo a mística do mártir e sobrepondo a outra. Vejamos como redige o autor sobre João Pessoa e o maniqueísmo.

Podemos perceber, nitidamente, uma tentativa de associar o mártir cívico ao mártir religioso, remontando, de certo modo à cristalização da memória medieval do Ocidente. A ideia maniqueísta está bastante explícita nesse discurso, onde João Pessoa é associado a Jesus Cristo, o “bem”, o “salvador”, o que doou sua vida em prol da humanidade; e nesse caso o Judas seriam os “perrepistas”, os “traidores”, o “mal”, aqueles em quem se deveria jogar pedras, como reza a tradição. (AIRES, 2013, p.46)

A fórmula está acima posta, a necessidade inicial de um interesse dos que articulavam para fazer a revolução na Paraíba em fazer de João Pessoa seu símbolo, assim legitimar sua imagem e dela se fazer oriundo, como interessados nos espólios de poderes, fizeram para legitimar e garantir seus espaços. Aos “perdedores” da revolução sobrou a perseguição. Percebemos que as perseguições focadas em grupos ou individuais ganham ênfase após a morte do presidente, podemos ver assim o maniqueísmo que consolida os papéis de bem e mal como um fenômeno em maior parte posterior ao conflito e sendo assim, em grande medida, fabricado pela propaganda necessária a “Revolução” e que acompanha a historiografia que criou uma

certa impossibilidade de uma história contada de uma outra forma naquele momento como ressalta o autor:

A historiografia oficial, a reboque de Ademar Vidal, construiu a ideia de um complô organizado por João Dantas, Augusto Moreira Caldas, João Suassuna e outros, para assassinar o presidente da Paraíba. Este terá sido vítima dessa “traição”, tendo sido pegue de surpresa na Confeitaria Glória[...] (AIRES, 2013, p.48)

As escritas literárias que nos interessa mostrar, serviram de concreto para implementar a construção de uma memória maniqueísta, desvendando-se nos vários elementos fundadores da legitimação do herói João Pessoa. Entre estes a mudança da bandeira e do nome da capital:

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEMÓRIA DE JOÃO PESSOA  
PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA**

DATA	ORDEM DO DIA
07 de agosto de 1930	Um minuto de silêncio à memória de João Pessoa.
12 de agosto de 1930	Projeto que institui o feriado do 26 de julho.
14 de agosto de 1930	Projetos, um que autoriza o Estado a arcar com as despesas dos funerais de João Pessoa e outro, que manda construir monumento no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.
23 de agosto de 1930	Segunda discussão do projeto do monumento.
27 de agosto de 1930	Aprovado o projeto do monumento, entra em discussão o projeto do feriado.
28 de agosto de 1930	Deputado Severino Lucena requer que seja incluído, na ata, sermão do cônego João de Deus Mindello por ocasião das exéquias a João Pessoa.
29 de agosto de 1930	Projeto que institui pensão de 250 mil réis aos filhos de João Pessoa.
30 de agosto de 1930	Severino Lucena lê comunicado do cônego João de Deus Mindello agradecendo ter sido incluído nos anais da Assembléia.
01 de setembro de 1930	Projeto da mudança do nome da capital, de Parahyba para João Pessoa.
02 de setembro de 1930	Aprovado em segundo turno o projeto do feriado, aprovado em segunda discussão o projeto do nome da capital, entra em discussão o projeto da pensão.
03 de setembro de 1930	Aprovado em terceira discussão o projeto da mudança do nome da capital. Aprovado em terceira discussão o projeto do feriado do 26 de julho.

Figura 1 (AIRES, 2013, p.66) imagem de quadro retirado do livro *A Fabricação do Mito João Pessoa: Batalha de Memórias na Paraíba (1930 – 1945)*.

José Luciano de Queiroz Aires

04 de setembro de 1930	Suspensão da sessão para a participação em ato solene da sanção do projeto da mudança do nome da capital.
06 de setembro de 1930	Não houve quorum.
08 de setembro de 1930	Apresentado o projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
09 de setembro de 1930	Apresentado, na íntegra, projeto que cria a nova bandeira da Paraíba. Congratulações vindas de Pernambuco e do Conselho Municipal da capital parabenizando a Assembléia pelo projeto da mudança do nome da capital.
10 de setembro de 1930	Primeira discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
11 de setembro de 1930	Segunda discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
12 de setembro de 1930	Aprovado em segunda discussão o projeto que cria a nova bandeira da Paraíba. Emendas ao projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
13 de setembro de 1930	Terceira discussão do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
15 de setembro de 1930	Emenda ao projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
16 de setembro de 1930	Leitura da redação final do projeto que cria a nova bandeira da Paraíba.
17 de setembro de 1930	Projeto que cria um monumento na capital em homenagem ao presidente João Pessoa. Projeto que institui o hino oficial da Paraíba.
18 de setembro de 1930	Discussão do projeto do monumento.
19 de setembro de 1930	Discussão dos projetos do monumento e do Hino oficial.
20 de setembro de 1930	Votação dos projetos criando um monumento a João Pessoa e oficializando o Hino da Paraíba.

Fonte: Atas da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Quadro elaborado pelo autor.

Figura 2 (AIRES, 2013, p.66) imagem de quadro retirado do livro *A Fabricação do Mito João Pessoa: Batalha de Memórias na Paraíba (1930 – 1945)*.

Interessante observarmos, no quadro acima, a agilidade com que a Assembleia agia no sentido de construir a memória de João Pessoa. Como vemos, diariamente, no decorrer de dois meses, a pauta das sessões legislativas da Assembleia da Paraíba constava basicamente, de projetos de leis que instituíam *lugares de memória* ao ex presidente paraibano. (AIRES, 2013, p.66)

Os elementos que posicionaram nesse curto período de tempo, como aponta Aires, são vários e formadores dessa imagem, proporcionam nesse momento a legitimação para uma escrita heroizante iniciada pelos indivíduos e instituições que detinham os poderes de legitimá-la.

Outro espaço de solidificação desta imagem, seguindo a oficialidade dos acontecimentos foi o IHGP (Instituto Histórico Geográfico da Paraíba) que através de seu

espaço, reuniões e publicações perpetrou a imagem de João Pessoa consolidando uma História maniqueísta.

No nosso ponto de vista, parece tomar novo impulso das ligações do IHGP com o Estado e seu envolvimento nas questões políticas. Todo cerimonial, repleto de signos e símbolos, em alusão a memória de João Pessoa, vem tornar mais evidente, ainda, as vinculações daquela instituição cultural ao poder do Estado. Assim, discordamos da tese de isenção, nos assuntos políticos contemporâneos, por parte do instituto. Ele nasceu durante o regime republicano e a esse veio dar legitimidade. (AIRES, 2013, p. 129, 130)

A participação do IHGP incidiu sobre os modos de produzir a história, como um organismo legitimador, fonte de referência e pesquisa de estudiosos de todas as áreas, mantendo uma vinculação com os poderes instituídos, lugar-comum de afirmamento dos discursos, nesse primeiro momento a dispor de um grupo que desejava e obteve o poder na Paraíba e para tanto, fez uso da imagem do “estadista herói”, podemos ver isso na sua produção:

<b>ANO</b>	<b>OBRA</b>	<b>AUTOR</b>
1931	O Incrível João Pessoa	Ademar Vidal
	Nos Pródromos da Revolução	Octacílio de Albuquerque
1932	Nas Vésperas da Revolução – 70 dias na Presidência do Estado da Paraíba	Álvaro de Carvalho
1933	1930 – História de João Pessoa e da Revolução de 1930 na Paraíba	Ademar Vidal
	Antevendo a Revolução de 30 (Contra a Reforma da Constituição)	Octacílio de Albuquerque
1935	O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação	José Américo
1944	A Campanha de Princesa	João Lelis de Luna Freire

*Figura 3 Produções Literárias sobre trinta na Paraíba*

Fonte: AIRES, apud GUIMARÃES, Luíz Hugo. História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. João Pessoa, 1998. Quadro produzido a partir do original contido no livro de José Luciano de Queiroz Aires, 2013, p. 132.

Elaboramos o quadro anterior a partir do livro “A Fabricação do Mito João Pessoa: Batalhas de Memórias na Paraíba” retirando as obras que tratavam diretamente dos acontecimentos de 1930 na Paraíba, conflito na região de Princesa, morte de João Pessoa e Revolução.

José Luciano de Queiroz Aires, computa assim como nós, a diligência dos acontecimentos aos difusores do fomento revolucionário, como sendo aqueles interessados nos acontecimentos que frutificaram da formação da imagem maniqueísta, os que organizam a multidão a balburdia, aos protestos, a condução da massa ao palanque onde o discurso oculto da revolução usava o nome de João Pessoa.

É preciso buscar legitimidade para essa cena também trágica. É preciso criar uma imagem mítica com bastante demasio apego a emoção e fácil penetração no meio do grande público que nesse momento nem é mais público expectador nem protagonistas da praça. Esse público/ator é maioria, portanto, é ele que pode respaldar o texto escrito apoiando o direcionamento que vai tomando corpo nas práticas culturais dos autores/atores.

Quem escreve a peça também atua nela, na qualidade de ator. José Américo, Antenor Navarro, Odon Bezerra, Argemiro de Figueiredo, Generino Maciel, além de outras figuras de proa da Aliança Liberal, fazem parte do que estou afirmando. Comandam o palco principal. Mudam nomes de ruas. Mudam o nome da capital da Paraíba . Mudam a bandeira da Paraíba. Criam um hino para João Pessoa. Materializam, em livros, a versão oficial da história. Erguem monumentos para João

Pessoa. Inventam um feriado do 26 de julho para celebrar o herói. (AIRES, 2013, p. 124)

A fala desse autor aponta o resultado da formação do “mito João Pessoa” como sendo o produto final na escrita paraibana o que hora discutimos em nosso trabalho, se mitificado foi um, o outro, José Pereira, “refugiado” com o papel de vilão, bem como os demais envolvidos

tiveram seu nome posto na obscuridade maniqueísta dessa escrita e perseguidos no momento posterior a morte de João Pessoa.

Dentre os principais líderes perrepistas, João Dantas e seu cunhado Augusto Moreira Caldas estavam presos na Casa de Detenção do Recife, onde morreram (suicídio, conforme a visão oficial; “suicidados”, conforme suscitam muitas questões do episódio); José Pereira, após a intervenção federal em Princesa refugiou-se, escondendo-se no interior do Pernambuco; João Suassuna encontrava-se no Rio de Janeiro, onde ocupava mandato de deputado federal e também acabou assassinado; e João Pessoa de Queiroz exilou-se em Paris; José Gaudêncio e Heráclito Cavalcante, em Portugal e Acácio Figueiredo, na Bolívia. (SYLVESTRE, 1993, p. 137). Na capital e no interior, os destacados chefes perrepistas eram perseguidos, caçados com sede de vingança, enquanto estabelecimentos comerciais que os apoiavam, eram destruídos. (AIRES, 2013, p. 80)

Estas perseguições e as feitura de legitimação da imagem de mártir de João Pessoa provocaram uma escrita antagônica dos personagens, em nosso entendimento esse momento dá origem aos dois momentos de uma história dividida e espelhada, a história oficial e aquela que buscou revisar esta oficialidade, ambas construídas num espaço formado pelo espólio da morte do presidente que frutificou a oportunidade de ascender a revolução e também a busca de se legitimar como sendo aliado de João Pessoa e portanto herdeiro dos benefícios advindos com o momento revolucionário e tomada de poder por estes. Tem fim com isso a luta de poderes com eixo Epitácio Pessoa contra João Suassuna, pela manutenção do mandonismo na Paraíba, o questionador desse status e que buscava implementar seu próprio mando, com a morte do presidente a movimentação dos interessados provocou a ascensão de uma força tendo à frente nomes como José Américo de Almeida, Antenor Navarro dentre outros nomes, incluídos no rol dos “revolucionários”. Assim como afirmamos em vários pontos, buscaram legitimar esse poder fazendo uso aquele que a nível nacional teve a morte usada como estopim que reacendeu os intentos “revolucionários” da Aliança Liberal.

A morte de João Pessoa foi bem mais que isso para Paraíba, bem mais que um símbolo, fazendo-se uso da comoção inicial fruto do prestígio que detinha com as classes médias urbanas da capital Parayba, os líderes do movimento aqui no estado foram os beneficiados com a herança dos símbolos que os promoveram a tomada de poderes.

As marcas ocasionais deixadas por essa tomada, se viu na perseguição de qualquer elemento que não se enquadrasse a essa realidade, nesse movimento acompanha a literatura, usada também no mesmo propósito. O efeito colateral do herói foi o anti-herói, esse movimento estende-se para além daquele momento, os “perdedores” desse momento criaram seu rancor temperado com as transfigurações de João Pessoa em “símbolo cívico”, “grande estadista”, “mártir da revolução”, enquanto que seus adversários políticos ficaram marmorificados numa escrita negativa, no luto da família dos mortos como João Suassuna, Augusto Caldas, e na lembrança dos perseguidos, estes que depois foram os escritores de uma reescrita historicizante.

Para além da construção da imagem de João Pessoa como mártir, herói cívico comparado a Jesus como afirma Aires, percebe-se um maniqueísmo que também se alimentou de uma reconstrução das memórias dos vencidos, assim indo até bem posterior da construção da imagem que criou esta dicotomia maniqueísta, enraizou um discurso antagônico que frutificou no sentido descender a esse espaço de interesse post-mortem de construção da imagem “mártir” quando se percebe a mesma prática para além desta construção do presidente morto e de seus interessados, estando contida na escrita dos outros interessados que derrotados pela escrita oficial advinda da tomada de poder dos herdeiros de João Pessoa, fizeram na escolha de sua escrita de “correção” de versões oficiosas, como da morte de João Dantas, as memórias são escolhidas não para desfazer injustiças apenas, mas reconstruir a seu modo uma outra forma maniqueísta de contar o conflito, agora sob outra perspectiva.

Assim a escrita memorialista e em grande parte historiográfica, legítima lados, seja o do presidente ou do coronel, o maniqueísmo nasce não só de disputas de poder e mando no estado que levaram a guerra em Princesa, nem mesmo da morte de João Pessoa, mais que isso, nasce do desejo de construir um espaço de memória para si e ao mesmo tempo deslegitimar a do outro, muito em parte movido por rancores enraizados até hoje na genealogia de muitas famílias e lugares da Paraíba.

Desmistificar a imagem de João Pessoa e sua criação pelos grupos paraibanos que herdaram os espólios do conflito, não é suficiente para explicar a construção de uma história perpassada de maniqueísmo, esse elemento se centra no desejo de tomar a frente da manutenção de uma importância para esse evento, que se agiganta diante do seu valor real para a revolução de trinta, como falamos não vai além da propaganda emprestada pelo cadáver de João Pessoa para o movimento, essa construção que se mantém para os conflitos na Paraíba entre João Pessoa e José Pereira nos moldes de um conflito entre fazeres distintos e não entre aliados da

mesma origem política, até certa medida, implementa-se essa manutenção de importância ao episódio, assim desmistificar uma imagem não muda a configuração bipartite de bem/mal a qual a história é contada, nem mesmo desconstruir as imagens de ambos, seria necessário observar por uma óptica que incluíssem os dois em um mesmo campo de fazeres políticos, buscando perceber as disputas de manutenção de poderes no seio da oligarquia vigente.

### **3.1 José Pereira a Versão do Outro e as Permanências Maniqueístas**

A genealogia da história tradicional na Paraíba a muito presa no mito de origens e no panteão de heróis, criou um monstro, nascido da revolução de 1930, tendo a figura heroificada do presidente João Pessoa, criando espaços de negação do outro, se esta figura ou momento, escrito e construído a priori, a “verdade” reeditada foi aquela história que veio depois, que trouxe sua versão dos esquecidos, dos perdedores de trinta, esse monstro tem a aparência de uma dicotomia de bem e mal, uma identidade maniqueísta.

Entendemos que esse movimento de reescrita também se configura em um maniqueísmo, o que vemos discorrer a frente, agora apregoados sob ponto de vista dos que tiveram negados no primeiro momento sua escrita de “verdades” por aqueles que no primeiro momento construíram para as personagens uma história que Luciano Queiroz Aires chama de “fabricação do mito” e que para nós é o momento de nascimento da dicotomia que buscamos expor entendemos no entanto, que para este segundo momento de escrita, esta nova perspectiva parece não existir fundamentalmente uma desconstrução e uma rescrita que busque contar os fatos de uma forma problematizada, entendendo os papéis de cada ator em um ambiente de disputa de poderes na oligarquia vigente, isso poderia ter sido feito de uma forma que fugisse a heroicizações mais ainda as construções de outros vilões, o que aparenta nos principais escritos analisados é que foi mais uma “retaliação” a escrita da história oficial, a busca de uma desconstrução da imagem de João Pessoa. Estes trabalhos são também inicialmente obtidos de interessados dos acontecimentos de trinta, protagonistas prejudicados desse momento, tinham o desejo de contar suas versões, estas que são utilizadas como fonte para trabalhos atuais e caem no mesmo espaço, uma escrita divisora. Vejamos como se colocam as imagens dos nossos analisados, José Pereira e João Pessoa.

Os “silêncios” na história não necessariamente indica inexistência de voz, esta voz está guardada na memória dos esquecidos, que não são chamados a falar, nos oprimidos impedidos de se pronunciar, no ilegitimado que falou e não se fez ouvir. Após o acontecimento fatídico na “Confeitaria Glória” os interessados do momento, sob comando dos meios de legitimação da escrita soterraram e suprimiram qualquer produção que tentasse contar história diferente da oficial. Prova disso nesse primeiro momento, um irmão de Augusto Caldas escreve um livro em uma tiragem mínima intitulado, “Porque João Dantas Matou João Pessoa” Joaquim Moreira Caldas, simbólico na resposta contra historiografia oficial, mas não tem nenhum alcance no momento inicial, editado em 1934 não teve poder legitimador para cumprir o papel de esclarecer qualquer elemento frente a história oficial.

Decorreria anos até que a escrita feita pelos vencidos contasse sua versão, “as memórias subterrâneas do bloco derrotado, por muito tempo, mantiveram-se através da transmissão oral, batalhando para virem a cena, porém, dificultadas pela memória oficial.” (AIRES, 2013, p.172). Por este motivo se fez um marco na escrita sobre os embates de trinta, o livro “República de Princesa” era a versão esperada por aqueles negativados pela historiografia oficial.

O mais famoso dos livros voltados a contar outra “verdade” para os personagens de 1930 é do Jornalista e advogado, cunhado de João Pessoa de Queiroz<sup>10</sup>, Joaquim Inojosa, extensa obra intitulada “República de Princesa: (José Pereira X João Pessoa – 1930)” esta do ano de 1980, adquiriu uma importância que ancora a mesma à frente da historiografia que revisa a feitura de outros autores no debate dos acontecimentos de Princesa e José Pereira. Reiteradamente não nos cabe conhecer nessa pesquisa se estão certos ou não, mas ver as manifestações transpostas na literatura que talharam o maniqueísmo enraizado na genealogia histórica deste estado.

No relato dos fatos no livro de Inojosa toma um aspecto de recontagem, a busca de transfigurar a versão oficial em mentirosa, buscando credenciar-se por uma série de recortes documentais que buscam legitimar uma outra verdade, assim notadamente traz para o texto a

---

<sup>10</sup> Primo do presidente João Pessoa Cavalcante, empresário e deputado no Pernambuco, inimigo do presidente paraibano, dono do *Jornal do Comércio*, este foi financiador da Contenda armada nos arredores de Princesa.

escolha de construir, deliberadamente, uma história de engrandecimento dos personagens contrários de João Pessoa, transferindo assim as importâncias:

Qual a consequência mais importante da rebeldia de Princesa, para os destinos políticos de Brasil?

Segue-nos a imediata resposta: a Revolução de 1930.

Expressou-a, em 1963, no vol. II das suas memórias, João Neves da Fontoura, autorizado porta-voz dos acontecimentos, por haver deles participado diretamente. Apreciou por esta forma o que se passou, veemente depoimento:

“Tentando, neste segundo volume de memórias, fixar e discriminar as causas distantes e as diretas da Revolução de 1930, aponto como importância decisiva o drama paraibano, quer no setor político, quer quanto aos acontecimentos posteriores a farsa eleitoral de 1º de março, notadamente a insurreição de Princesa, capitaneada por José Pereira, de concerto com o Governo Federal (...) não só porque me encontrei intimamente ligado aos acontecimentos – era a mim que João Pessoa se dirigia pelo telégrafo e por intermédio de agentes confidenciais -, Como pela convicção de que neles se tem de procurar a causa imediata da explosão revolucionária de 3 de outubro de 1930.” [...]

Está bem claro, pelas confissões do memorialista, testemunha número um dos acontecimentos na área federal, expressas 33 anos depois, dentro da frieza de análise que o transcurso do tempo favorece, que a Revolução de 1930 foi mesmo a consequência maior da rebeldia princesense... quando “José Pereira atirou ainda mais longe a barra, proclamando que o território de seu município se separava da Paraíba, passando a constituir o *Estado Livre de Princesa*. Talvez isso hoje pareça inacreditável, mas foi exatamente assim que os fatos se desenrolaram” (sic) .

Assim, como o tiro de Saravejo surgira dos bastidores políticos da corte imperial, a da casa de chá do Recife nascera de medidas Inconsequentes contra os rebeldes de Princesa. (INOJOSA, 1980, p.20, 21)

O trecho acima onde abrimos nossa análise é esclarecedor da forma como foi constituída a história do lado segregado pela oficialidade, inicia-se com a edificação de um ponto central da Revolução de 1930 como sendo o conflito armado de Princesa, a substituição da morte de João Pessoa pelo ato de sublevação “capitaneado por José Pereira”. Nessa reconfiguração está contido a troca de símbolos, a construção da imagem de João Pessoa aureolou a Paraíba na revolução, não se podia perder o destaque desse momento, muda-se apenas o santo, mantêm-se o altar, trazendo a centralidade dos desencadeadores da Revolução de Trinta para Princesa, mantendo na Paraíba a parcela de contribuição desse momento, é clara a tentativa de substituição dos símbolos na história do estado no momento que deu fim a Primeira República.

Acreditamos que o papel tanto desse evento quanto a morte de João Pessoa vítima de João Dantas manteve influência mínima nas consequências para a Revolução, havia o descontentamento de camadas sociais com Washington Luiz, iniciava-se uma ruptura entre os poderes citadinos e interioranos em consequência da modernidade que iniciou-se em vinte, o momento era auspicioso e o quadro na Paraíba foi bem usado para insuflar a tomada do poder central, entendemos que mais importante para o movimento e a revolução foram aqueles que articularam este fim nos momentos após o 26 de julho, mas não foi além de fator coadjuvante, tanto a junção de elementos que levaram aos conflitos como a morte do presidente, a Revolução queria uma desculpa, usaram a morte de João Pessoa na Paraíba.

O espaço de reconfiguração das memórias e a escolha dos elementos a serem inseridos não nos parecem nada aleatórios, ou sem intencionalidade, havia um interesse de exaltar outros elementos, ainda que atrelado a tentativa de revisar as “verdades” impostas na literatura oficial, o desejo de exaltação expressa outras “verdades”, certas ou erradas não nos importa, entretanto essa exaltação chega para José Pereira e Princesa imprimindo um maniqueísmo quando estabelece uma heroificação para si e uma demonização ao outro, percebe-se o discurso de bem e mal igual, mudando apenas os personagens, deixando presa a escrita historiográfica no mesmo campo de armadilhas fruto do ódio de 1930.

No último parágrafo do trecho anterior percebemos essa divisão quando credita a João Pessoa a culpa pelos acontecimentos chamando-o de inconsequente, afirmando que seus atos teriam levado ao tiro na “casa de chá do Recife” uma visão simplista e pouco analítica dos desencadeamentos é justamente a culpabilização de um lado ou outro diretamente, a culpa direta está no ato de violência e do agressor que atirou no governante, mas os acontecimentos anteriores a isto são ação e reação de uma disputa de poderes complexa e não pode ser entendida na configuração final, cristalizado em um único ato, seja esse ato o de João Dantas ou os do Governo de João Pessoa como foi a criação da chapa do PRP as eleições daquele ano, dita por alguns, como causa da revolta de Princesa, estes devem ser pensados e analisados em um contexto maior a este momento, assim os elementos de ódio contidos na escrita, que ora analisamos, poderiam ser colocados a margem, em uma história problematizadora.

Os elementos fundantes da disputa e das hostilidades ocasionados pelos atos de cada lado, está na busca de manutenção e ou mutação de poderes, não necessariamente são elementos de criação de uma história maniqueísta, a escrita se apropria desses momentos para justificar-se na busca de legitimar uma ou outra personagem como herói de trinta ao mesmo tempo que

vilaniza o outro, é portanto o momento fundante de um maniqueísmo historiográfico que ocorre no surgimento da escrita, e na sua legitimação pelos grupos, pois como vimos com o irmão de Augusto Caldas que não teve legitimação no seu livro em 1931. Assim não teve contundência na produção escrita de sua versão. As verdades ou inverdades nesse ponto são secundárias, assim como uma análise dos fatos, na maioria das vezes inexistente. Portanto recorremos a alegorias, elementos na escrita para demonstrar neste capítulo um nascimento de um maniqueísmo nos transcurso da escrita e sobretudo a de um segundo momento que buscou escrever sobre a Paraíba e Princesa do ponto de vista dos excluídos da história oficial, o que vemos, como já afirmamos, é uma transfiguração espelhada, os elementos são agora utilizados para justificar a imagem de herói ao outro. Se João Pessoa feito mártir, feito pelas mãos de seus “herdeiros” e interessados teve hino, bandeira, nome de rua, de capital e muita escrita legitimadora, por outro lado teve o mesmo tratamento José Pereira em Princesa quando escrito sob a óptica das “verdades” dos interessados de seu lado:

b

No dia 10 de junho de 1930, enviava o deputado José Pereira Lima o seguinte telegrama s autoridades brasileiras:

“Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que acabamos de proclamar o seguinte:

*Decreto nº 1, de 0 de junho de 1930*

*Decreta e proclama provisoriamente a independência do município de Princesa, separado do Estado da Paraíba, e se estabelece a forma pela qual se rege.*

A Administração Provisória do Território de Princesa, instituído por acalmação popular, decreta e proclama a Resolução seguinte:

Art. ° 1.° – Fica decretada e proclamada provisoriamente a independência do município de Princesa, deixando o mesmo de fazer parte do Estado da Paraíba, do qual esta separado desde 28 de fevereiro do correte ano.

Art.° 2.° – Passa o município de princesa a constituir com seus limites atuais, um território livre que terá a denominação de Território de Princesa.

Art.° 3.° – O Território de Princesa assim constituído permanece subordinado politicamente ao pode público federal, conforme se acha estabelecido na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

Art.° 4.° – Enquanto pelos meios populares não se fizer a granização legal, será o Território regido pela administração provisória do mesmo território.

Cidade de Princesa, 9 de junho de 1930

José Pereira Lima

José Frazão Medeiros Lima

Manoel Rodrigues Sinhô. (INOJOSA, 1980, p.109, 110)

Transcrito no livro “A Campanha de Princesa” o episódio, desconsiderado pela Historiografia dos vencedores de 1930, busca enaltecer a importância dos acontecimentos, tratando com importância os atos em uma história dos feitos de Princesa, a busca por criar um lugar de importância, fica claro na escolha de escrita dos elementos. Optando o autor por destinar um capítulo inteiro ao fato, semelhante dos atos de legitimação de João Pessoa, Princesa ganha um hino cantando a sua história de luta e um jornal oficial. “Ora, o Território Livre de Princesa, com uma população de 33.000 habitantes, surgia quando a luta já se processava há três meses, era preciso estruturá-lo quanto antes: um hino e um jornal oficial. Fundei o Jornal de Princesa...” (INOJOSA, 1980, p.112), vejamos um trecho do hino.

*Marcha-Canção dos Legionários de Princesa*  
(Versos com o ritmo do Hino da Bandeira)

Cidadãos de Princesa aguerrida!  
 Celebramos com força e paixão,  
 a beleza invulgar dessa lida  
 e a bravura sem par do sertão!  
 De nossa terra na defesa,  
 Alerta sempre! Eia! De pé!  
 Pela vitória de Princesa  
 O nosso orgulho e a nossa Fé!  
 Para honrar e exaltar nossa causa,  
 na atitude de veros Heróis,  
 é mister que lutemos sem pausa  
 Para a frente! Marchar! Todos nós!...  
 De nossa terra na defesa, etc.  
 Princesences!... A hora é sagrada!  
 Contemplemos o sol do provir!

Há três verbos na luz da Alvorada:

Resistir! Triunfar! Repelir! (INOJOSA, 1980, p.112)

Vemos, pois, os elementos de exaltação a luta que aconteceu sob Chefia de José Pereira, utilizados na escrita legitimadora desse novo espaço. Um espaço da escrita dos opositores, nos mesmos moldes de conservação da imagem dos participantes, o hino conta de Princesa a “defesa” a “resistência” “veros Héreis” construindo para o ato de rebeldia uma legitimidade, essa legitimidade é o que a escrita tenta impor ao imprimir uma dada importância ao momento.

Como o arraial de Bom Jesus da Lapa, Princesa possuía o seu Antônio Conselheiro, despertando o fanatismo sertanejo. Tal do Caldeirão euclidiano, dessa cidade também se divisava “paisagem impressionadora” [...]

Bastaria comparar com a sua descrição de estilo clássico os dias princesenses.

Um destino histórico lhe estava reservado: a liquidação do caudilhismo próprio de alguns governantes. Foi o último exemplo na história política do Brasil. Viria a Revolução de 1930 e queimavam-se em praça pública as bandeiras estaduais.

Naquele instante Princesa se desmembrava do estado da Paraíba para constituir-se num Território Livre[...] (INOJOSA, 1980, p. 134)

Como vemos o que está posto é a mesma memória de sacração que vimos quando tratamos de falar sobre João Pessoa traçando paralelos com os grandes feitos, em comparativos com outros elementos históricos heroizantes, acima claro o comparativo de Princesa com Canudos e José Pereira com Antônio Conselheiro, este elemento coloca no inconsciente através do não dito o papel de João Pessoa como o outro lado, as tropas da polícia militar da Paraíba como aquelas que foram ao assalto no arraial da Bahia descrito em Os Sertões de Euclides da Cunha. A escrita cumpre aqui o papel de resgatar a memória dos esquecidos de 1930, mas perpetuando uma visão conflitante como a construída anteriormente, uma história política transformada em uma história dos nomes e feitos de José Pereira e Princesa, a origem de um maniqueísmo contrário está no desejo de redefinir no território da memória espaços diferentes dos impostos pela história oficial, na escrita de “verdades” próprias “Não se descuide do livro.

Nós precisamos que ele saia antes de perdermos a oportunidade. Eu quero no livro reduzir o santo às suas proporções” (INOJOSA, 1980, p. 24) trecho de telegrama enviado de Paris por João Pessoa de Queiroz, primo do presidente e apoiador de José Pereira, ao autor. Ao mesmo tempo que apresenta um outro João Pessoa acaba por elevar a outros status os opositores deste, assim reconfigurando a heróis e vilões.

A invasão de Teixeira às vésperas do pleito eleitoral de março de 1930, logo após o rompimento de José Pereira com João Pessoa, deve considerar-se o primeiro tiro na *guerra* do sertão paraibano. O *Reino de Princesa* do romance de Ariano Suassuna, onde pontificava o “nobre Senhor Dom José Pereira Lima”, aceita o desafio. Fora uma imprudência do governante paraibano, que, com um pouco de habilidade e aguardando a realização das eleições, talvez pudesse recompor-se com José Pereira, para o que sem dúvida contaria com a intervenção moderada de João Suassuna. De Qualquer forma, a dissensão ficaria na área política, - sem atingir às lides dos entrechoques militares. No instante em que chega a Teixeira – reduto da família Dantas -, explodia a violência, como demonstração de força, num claro sentido de advertência aos sertanejos, que longe de intimidar-se, se uniram da defesa de família e bens e tradição de influências regionais. (INOJOSA, 1980, p. 139)

O que vemos aqui é a justificativa da tomada da luta armada por José Pereira, a culpabilização de João Pessoa por atos relacionados ao embate, no trecho os “fatos” são utilizados de forma a justificar-se para cada lado, mostra-se assim uma intencionalidade na construção, os elementos circundantes destes fatos são a exaltação de uma personagem e dos elementos que o cercam e a imputação de culpa ao outro.

As feitura das imagens necessárias do mártir, o João Pessoa da revolução de trinta, necessárias para interessados a colocá-la a cabo de suas ambições, degolaram não só o corpo de João Dantas lhe tirando a vida, como sua história impondo um suicídio.

Com a vitória da revolução, mais a presença de tropas vindas da Paraíba – colaboração tardia e desnecessária –, estavam condenados a morte. E foi somente que em 6 de outubro lhes penetraram na cela onde se encontravam sob a proteção da lei, para que os sangrassem e coronhassem. Para isso na visita trágica se viam um médico, Luís de Góis, conhecido pelas arrogantes atitudes de vida, o oficial da polícia paraibana Ascendino Feitosa, tradicional inimigo da família Dantas, na Paraíba, complexado porque não conseguia chegar à cidade de Princesa... (INOJOSA, 1980, p. 226)

Sobre a prova de homicídio, as fotos de Louis Piereck fotografo no Recife mostraria as marcas da luta que travou João Dantas “Basta relancear a vista pelas fotografias de Louis Piereck para notar desde logo que o que mais apresenta o crânio de João Dantas são ‘contusões, equimoses, escoriações...’.” (INOJOSA, 1980, p.229) as aspas dentro do trecho são do autor parafraseando José Américo, que afirmava não haver sinais de homicídio, trecho que reproduzimos anteriormente.

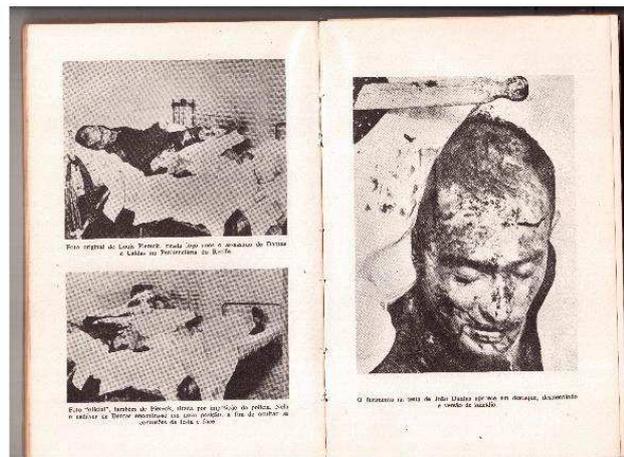


Figura 4 (INOJOSA, 1980, p. 156) Foto retirada do livro *República de Princesa (José Pereira x João Pessoa - 1930)*

Assim o autor traz os elementos que refutam as versões oficiais que afirmavam o suicídio, expondo uma parte dos atos cometidos por aqueles no comando da Paraíba após a morte de João Pessoa, é importante destacar que elementos como este, que não tem em nada a ver, com a figura de João Pessoa e a contenda em Princesa, suscitam sentimentos entre os que não puderam se pronunciar após o ganho da Revolução, construindo-se uma versão oficial que melhor serviu a interesses particulares, criando elementos de rancor que ajudam a “jusnaturalizar” o sentimento maniqueísta. Ao mesmo tempo o autor não deixa de articular imagens para os que são citados no capítulo, atribuindo-lhes como no trecho acima, opiniões sobre os personagens.

### 3.2 Continuidades Historiográficas da Escrita Divisora

Como fugir do lugar-comum a um elemento que perpassa não só a escrita, mas os sentimentos, que parecem estar ainda quentes, nos “afetados” dos acontecimentos do governo João Pessoa. Famílias inteiras continuam reproduzindo este maniqueísmo, na busca de redimir um lado da contenda, este é uma chama ainda acesa em Princesa Izabel, os filhos do município têm em sua genética a história desse conflito. Quase setenta anos após os fatos temos a Dissertação escrita por uma historiadora filha do município de Princesa Isabel - PB intitulada “Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte” escolhemos o livro de Sarioja Rodrigues Cordeiro Mariano, por ser representativo de uma escrita atual problematizadora e que busca sair de um lugar-comum que é a história política de sua cidade. No entanto, observamos escondido nessa escrita, continuidades maniqueístas. Aqui mais uma vez concordamos com e Certeau, (1978) ao mostrar que se trata de uma escrita enraizada na particularidade de um ambiente, acrescento de uma historiografia, concretada nesse sentimento de que chamamos maniqueísta, pois influenciada por seu meio, Princesa Izabel a terra de José Pereira. Escreve ela:

Após o fim de seu mandato como governador, João Suassuna, consultou Epiácio Pessoa para a escolha de seu sucessor (como mandava um dos princípios oligárquicos.) o nome mais indicado era o de Júlio Lira, então chefe de polícia do estado (afilhado e protegido de João Suassuna) e José Pereira, cogitado como vice. Mas contrariando as bases políticas, Epiácio Pessoa indicou o Nome do sobrinho [...] Na realidade, com essa indicação, Epiácio Pessoa fortalecia seu poder (MARIANO, 1999, p. 86)

Na escolha de se contar as origens do conflito a autora escreve os acontecimentos, de forma sucinta e apontando uma consulta previa de João Suassuna sobre o nome ao governo em 1928 a Epiácio Pessoa, essa consulta não foi feita, quando além disso foi dito que Epiácio não precisava ser consultado pois sempre estaria em conformidade com as decisões tomadas pelo partido no estado, conforme afirma o historiador Otacilio de Arruda Mello, no documentário Princesa do Sertão, tendo como fonte um Jornal da época chamado *Correio da Manhã* onde José Pereira responde ao questionamento sobre a ciência de Epiácio Pessoa sobre a chapa, afirmando José Pereira que aquele era apenas um “chefe figurativo”. A escolha de uma dada escrita implementa uma versão.

A autora que trata de elementos de uma modernidade em Princesa na década de 1920 credita ao ano de 1930 o declínio dos elementos modernos, futebol, cinema, luz elétrica, o automóvel, Jazz band, iniciado com a tomada de João Pessoa ao poder, não leva em consideração o questionamento, por parte de João Suassuna, do status quo do epitacismo, buscando tomar para si a frente do mando no estado.

Como já foi dito anteriormente, o *ouro branco* trouxe, neste período, riqueza para o município e, com o prestígio político do coronel José Pereira, o progresso veio através da iluminação elétrica, do automóvel, do telégrafo, do melhoramento das estradas. Enfim, uma série de transformações, envolvendo e alterando os hábitos e costumes cotidianos. Entretanto, mesmo com esse rápido processo de mudança, o ano de 1930 marca as dificuldades de Princesa e inibem qualquer pretensão modernizadora.

Para entendermos como se deu a decadência, recuemos ao ano de 1928, quando tudo começou [...] Epitácio Pessoa indicou o nome do sobrinho, João Pessoa Cavalcante de Albuquerque... (MARIANO, 1999, p. 86)

Ao creditar ao coronel José Pereira o “progresso” e a “modernização” de Princesa e a entrada de João Pessoa no governo o fim destes elementos modernizadores se trabalha com os elementos próprios da escrita maniqueísta. Sob nosso ponto de vista é simplificado afirmar a culpa de uma das personagens para os acontecimentos de 1930, antes disso umas junções de elementos levaram a este fim.

Nesse sentido, traça para José Pereira uma imagem de moderno, mas não descuida em reconhecê-lo como um homem arcaico. Fazendo o mesmo para com João Pessoa, vejamos:

A figura de José Pereira também se apresentava como o típico coronel “atrasado” da Primeira República, que negociava com troca de favores e prestígio, que tem seus “cabras” como guarda pessoal, que manda e desmanda no “seu” município, respeitado e temido pela população local. Que despunha do “quero, posso e mando”[...]

Em outra esfera temos um homem moderno que estimulou, a criação de sociedades culturais e recreativas, foi diretor político do jornal *Correio da Manhã* da capital paraibana, era um homem no dizer dos princesenses, de “mentalidade progressista”. (MARIANO, 1999, P. 93, 94)

O trecho destacado acima é um dos vários, em que os elementos utilizados para falar do coronel de Princesa Isabel, traçam uma figura, na maioria das vezes, de forma a configurar um bom administrador, vários outros tratam deste e sua administração em Princesa por termos equivalentes. O que se vê na criação desta imagem do coronel são os elementos comuns a criação e manutenção de um imaginário, já existente quando feito para enaltecer João Pessoa. Sobre este, a autora descreve na página 96 como “protopopulista” que “teve o apoio dos centros urbanos”. Ou seja, a manutenção de uma imagem ou desmistificação de outra pode estar na escolha dos elementos a serem colocados no texto, a escolha do que deixar de fora pode dizer muito do autor no texto, neste caso fala bastante de uma continuidade da escrita criadora de identidades e de um discurso separatista de bem e mal na feitura histórica. Recriando espaços de importância na escrita através de escolhas inseridas ao texto com elementos muito pertinentes utilizados para formar um imaginário de cada personagem. Em trechos pontuais descreve o coronel da seguinte forma:

*O Triunfo Jornal*, de 06 de dezembro de 1925, considerava princesa uma cidade de “(...) equilibrado comércio, empolga pela sua instrução, tudo isso graças a operosa administração do seu ‘Marquês de Pombal’, coronel José Pereira Lima. Mais uma vez é reforçado o discurso de que José Pereira levou o Progresso para

Princesa. Muitos outros depoimentos seguem esta mesma linha de referência. Para Celso Mariz, José Pereira era um homem “sempre bem vestido e de maneiras simpáticas, inteligente, movimentado, conservador, sabendo gastar e divertir-se, as melhores rodas de política, da imprensa e da boemia (...)” enquanto Joaquim Inojosa o considerava “(...) um coronel diferente, era um coronel civilizado (...)” (MARIANO, 1999, p. 95)

Cabe-nos o entendimento de um estudo feito de uma dada modernidade em Princesa da década de 1920, sempre atrelado por ela à administração do “modernista” de Princesa, ao mesmo tempo fala que o Presidente é lembrado como Reformador.

Lembrado na Paraíba como um reformador com objetivos progressistas, João Pessoa não tinha experiência política para realizar tamanho projeto, mesmo sendo um bom orador não era um negociador (no seu posto de juiz no Rio de Janeiro tomava mais decisões do que negociava), sem falar que tinha uma personalidade forte e

extremamente impaciente, o que dificultou, e muito sua relação com os mandatários locais. Não podemos deixar de passar a pratos limpos que o presidente mesmo combatendo o mandonismo local e as velhas práticas decorrentes do sistema coronelístico, recorreu os velhos métodos para pedir favores aos “coronéis” quando precisou de votos para sua campanha à vice-presidência do Brasil. (MARIANO, 1999, p. 96)

Percebe-se uma diferenciação, as escolhas das verdades traçadas no parágrafo acima delimita João Pessoa como “reformador” apesar de existir um espaço que desloca os personagens de seus papéis principais, por exemplo quando trata de José Pereira também como um “coronel atrasado do seu tempo” fora do seu papel do condutor dos signos de modernidade em Princesa, o mesmo espaço desloca João Pessoa do Papel de “oligarca de base familiar” que “também articulava o novo”, entretanto, o novo está posto no sentido de ataque aos coronéis. Em resumo, temos uma releitura de uma velha escrita, numa roupa nova, mas perpassada ainda pela velha mancha do maniqueísmo que dividiu esta história em lados opostos e circunstanciados a um processo do que aqui entendemos como de uma disputa de memórias políticas e dos políticos até hoje.

Desde o primeiro capítulo temos buscado demonstrar uma linearidade dos acontecimentos de 30 transpostos na historiografia esta versão e fruto de uma gama de leituras que busca entender as construções narrativas e suas incoerências produzidas a partir de um maniqueísmo dos fatos e da história.

Algumas perguntas quando da leitura das versões produzidas nos levaram a inconsistências que nos fizeram ver uma história que deixa de certa medida de lado o questionamento do status de poder na Paraíba como epicentro dos fatos que culminam em 1930. A partir dessa percepção como central buscamos ascender neste primeiro momento, questionamentos acerca das versões sendo uma delas, a oficial, onde não apresenta João Pessoa, como continuador de Epitácio Pessoa quando atribui um rompimento ligado ao fato e discurso de combate ao coronelismo.

Propomos entender assim, tanto João Pessoa como José Pereira como próprios de seu tempo, no caso de João Pessoa demonstrando quanto a manutenção de poder entre tio e sobrinho no combate ao suassunismo, fato que antecede a indicação de João Pessoa a presidência da Paraíba, quando tem início a campanha de desprestígio de João Suassuna, e é acelerada com o desmonte que faz, João Pessoa ao chegar no poder das forças sertanejas, removendo aliados de

José Pereira e Suassuna na luta para enfraquecer o poder. Em outras palavras queremos interpretar essas contendas e querelas políticas entre dois grandes articuladores da política paraibana demonstrando um maniqueísmo arraigado na história que retira dessa frente de atuação desses articuladores os fatos e os põe em termos de bem e mal, de combate ao velho ou resposta às incoerências de um “louco”, dividindo cada ato para demonstrar um certo e um errado. Nesse contexto temos uma disputa de poderes políticos entre interessados, não heróis em combate ao mal.

Cada lado construiu para si a mesma verdade com os mesmos fatos, como pudemos ver no capítulo dois mostrando as versões de historiadores e memorialistas. Cada narrativa escolheu construir sobre o momento da visita de João Pessoa a Princesa e o rompimento com José Pereira uma dada verdade. São versões que tentaram construir para si, cada uma a seu modo, verdades, nesse espaço cada autor fez uso de documentos que julgou importante escolhendo trechos e episódios que inserem uma verdade, que além tendenciosa em alguns casos trançada de maniqueísmo.

Importante atentamos para o envolvimento dos autores com os acontecimentos, demonstrando que a escrita é um lugar-comum a seu espaço de coisas, funcionando como um trampolim para a alçar as verdades de que se desejam perpetrar. José Américo de Almeida por exemplo é citado tanto na defesa de João Pessoa, de quem foi partidário, como na defesa de José Pereira, apontamos isso em vários trechos, um deles que podemos relembrar foi o fato da comitiva do presidente passar a noite na casa de José Pereira, uma escrita desse episódio sobre a porta trancada por fora do quarto de João Pessoa mostra como sendo cuidado de José Pereira com o hóspede e outra escrita mostra o mesmo fato como algo nefasto que pudesse atentar contra o presidente. O próprio José Américo narra os fatos com ambiguidade, a prova de um lado é contraprova de outro, levou-nos a questionar que estas verdades são construídas e revelam um maniqueísmo contido em nossa historiografia.

Ao chegarmos ao terceiro capítulo focamos nossa análise na decifração dessa historiografia de caráter maniqueísta; a construção de um bem-feitor frente a sua antítese encarnada no seu opositor político, buscamos através de vários trechos espalhados pela nossa análise, demonstrar essa escrita, que em grande medida está arraigada ainda em nossa historiografia. Com ajuda de textos de alguns estudiosos da questão chegamos às origens desse maniqueísmo na escrita, que se permeia a partir da construção da imagem de João Pessoa, a que Luciano de Queiroz Aires chama de a “Formação do Mito de João Pessoa”, este sentimento

transposto em uma escrita interessada em construir um espaço de poder para o presidente morto. Uma narrativa cheia de intencionalidade de legitimar a ascensão de seus herdeiros aos espólios da “revolução”, sendo estes mesmos herdeiros responsáveis por construir uma imagem de mártir, comparando o morto ao cristo imolado que não poderia se sustentar sem o papel de Pilatos, que seriam seus opositores políticos.

Outros Interessados nessa escrita contaram versões diferentes daquela do mártir João Pessoa, nessas versões chamamos atenção para o fato de que estão produzidas também sob uma narrativa interessada e carrega de maniqueísmo vemos como principal Destaque dessa versão Joaquim Inojosa, como admite em seu livro encomendado por seu sogro João Pessoa de Queiroz. Assim vemos uma recorrente escrita de interessados pelos fatos e poderes de 1930, fazendo dos armados de Princesa os heróis e vitoriosos e junto com José Pereira a Revolta como estopim da “Revolução” interligando fatos e trazendo para seus ambientes a centralidade dos acontecimentos e das verdades.

A bipolaridade de que esta história é tomada até hoje, é fruto de uma escrita que perpetua este aspecto de lados, de versões. Procuramos mostrar aqui os moldes dessa escrita. Não tivemos a pretensão de reescrever este episódio, mas demonstrar que esta escrita é criadora de uma memória coletiva fabricada por lados envolvidos. Esta é a nossa crítica nos escritos do episódio, não buscamos heróis ou vilões, buscamos sim entender a construção em ambos os lados e versões, bem como o teor de intencionalidade e de maniqueísmo presentes igualmente em cada uma delas.

## **COSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desse estudo, enveredamos pela leitura de livros, artigos e trabalhos acadêmicos da ampla literatura sobre o tema escolhemos os trabalhos que consideramos ter uma representatividade de tal forma que foram responsáveis eles mesmos por produzir em uma parte dessa história sendo, pois, fonte para outros trabalhos como este, um arcabouço historiográfico. Acerca da importância que tomou os acontecimentos no interior do nosso estado paraibano no ano de 1930 e mais precisamente na cidade de Princesa Isabel, ou seja, o embate ocorrido entre fevereiro e julho de trinta entre João Pessoa e José Pereira e o desfecho trágico dos acontecimentos posteriores quando da morte de João Pessoa, fato que colocou os personagens João Pessoa e José Pereira evidência histórica até os dias atuais.

As leituras advindas inicialmente de um interesse surgido em conhecer mais sobre a história de Princesa, hoje Princesa Izabel na Paraíba, me introduziram a um mundo historiográfico que aos poucos foi formando a base de um conhecimento sobre o tema transposto hoje neste trabalho, um elemento importante na condução da abordagem aqui estudada é a percepção de uma história dúbia, ao ler os escritos de historiadores e memorialistas quando observava que a depender de quem escrevia ficara demonstrado a razão de José Pereira, um coronel diferente, modernista, implementa outras formas de agir, perseguido pelo inapto João Pessoa, em outro escrito o mesmo João Pessoa era um progressista, que buscava romper com os velhos fazeres dos coronéis, José Pereira era um chefe de cangaceiros.

Assim dessa maneira entender como a historiografia construiu para estes um lugar-comum de escrita sempre colocando em termos similares a escrita e reescrita sobre o tema, a bibliografia disponível, nos permitiu observarmos os entreamos dessas construções discursivas e interessadas. Olhando em torno das mesmas podemos ver uma outra história de pano de fundo, na configuração política em que aliados e membros do mesmo partido tem um agir político parecido, homens de temperamento forte, próprios da sua oligarquia, poderosos e como tais centralizadores na busca de trazer para si os poderes do comando político na Paraíba, como poderiam figuras assim ter um proceder distinto estando plantados num a mesma estrutura econômica e de poder, usavam ambos as armas ao seu dispor para garantir a manutenção de seus poderes.

Para responder esta inquietação percorremos o caminho da história política, da construção de discurso e imagens das personagens, buscamos demonstrar pela própria bibliografia existente os elementos que punham estes homens em um mesmo campo político e social assim possibilitando entendê-los como opositores surgidos da ruptura entre aliados, entre iguais, assim nosso estudo tornou-se uma análise da escrita existente sobre o tema e como esta estava presa a uma dicotomia que nomeamos de maniqueísta. Tomamos mão de teóricos que trataram da política no estudo histórico, da construção de discursos e na legitimação de seu emissor, na formação de uma imagem.

Podemos entender a partir desse estudo os vieses de construção da historiografia, atrelada a escrita oficial de um lado, sobre os acontecimentos e que foi utilizada para naturalizar como herdeiros de poder aqueles que a construíram, a história de mitificação do presidente, num espaço de ruptura com as forças centrais na Paraíba, que após a morte de João Pessoa se viu na mão daqueles que articulavam um golpe de estado conhecido na literatura como Revolução de Trinta, esta ao fazer uso da imagem de João Pessoa como propaganda para o golpe faz com que se construa para ele um discurso sagrador, ganhado status de mártir do movimento. Lateralmente a esta imagem seus opositores ganham também uma construção, a imagem de perseguidores do visionário que buscava a mudança, assim sendo José Pereira ganha a imagem de algoz, cangaceiro, criminoso enfim aquele que articulava o velho.

Na medida que nos aprofundamos nessa análise percebemos que estes elementos de discórdia são frutos de uma história ainda interessada por meio de seus produtores, impelem seus interesses, como nem mesmo o historiador pode fugir a seu lugar-comum, o lugar que a influencia. Perceber essa escrita divisora é complicado, pois ao tratarmos como divisora a escrita não queremos dizer que não existiu ruptura e oposição entre José Pereira e João Pessoa mas Primo do presidente João Pessoa Cavalcante, empresário e deputado no Pernambuco, inimigo do presidente paraibano, dono do *Jornal do Comércio*, este foi financiador da Contenda armada nos arredores de Princesa.

Sim que estes não devem ser postos em mundos e práticas distintas, entender como um único espaço de coisas o cenário político que a contenda se desenrola pode trazer um novo olhar sobre escrita das personagens.

Dessa releitura historiográfica germina uma justificativa social a partir das reconfigurações que a história pode dar a memória coletiva seria possível dar fim a conflitos a

essa batalha de memórias, entender por um outro olhar a desavença política pode por fim a busca pela razão e implementar outra memória dos acontecimentos de trinta. Estes elementos podem ser mote ao historiador em trabalhos acadêmicos e publicações na busca de lançar novos olhares sobre a fabricação de antagonismos na história, lembrando que se a história faz da memória uma fonte ela também acaba sendo produtora de certas memórias.

Consideramos que nosso trabalho implementou uma nova forma de olhar estes fatos, chamando para o entendimento da construção de versões atreladas a cada momento da sua escrita. Chamamos atenção para o fato de que essas construções narrativas põe para si, cada uma ao seu modo, a centralidade da história de trinta. Buscando assim mostrar estes entreames discursivos como estes elementos da história pessoal dos personagens João Pessoa e José Pereira como indivíduos estão mergulhados no mesmo rio e assim enxergá-los em consonância com seus fazeres, entre as entrelinhas do antagonismo da estrutura de disputa de poder que os separa nesse momento na história e na historiografia quando esta se torna um palco de escrituras interessadas dando lugar portanto a uma disputa de memórias que ainda hoje se faz presente e que camufla parte da história social e política do fazer político na Paraíba de ontem e de certa maneira de hoje.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Americo. **O Ano do Nego**. 3ª edição. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2005.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A Fabricação do Mito João Pessoa: Batalhas de Memórias Na Paraíba (1930-1945)**, 1ª edição. João Pessoa: Editora da EDUFPG, 2013.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. **A Construção do Mito de Tiradentes: De Mártir Republicano a Herói Cívico na Atualidade**. Antíteses, vol. 2, n. 3, pp. 201-225, jan.-jun. de 2009.

BARROS, José D'Assunção. **História Política: dos Objetos Tradicionais ao Estudo dos Micropoderes, do Discurso e do Imaginário**. Rio de Janeiro, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **História e Memória – Uma Relação na Confluência entre Tempo e Espaço**. Mouseion, vol. 3, n.5, pp. 35-67, Jan-Jul/2009.

BORGES, Solange de Almeida; BERTOMEU, João Vicente Cegato. Configuração do Mito na Construção do Discurso Jornalístico. ALCEU - v. 15 - n.30 - p. 62 a 76- jan./jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro, Forence Universitária. 1982.

CLEMENTE, Rafael Willian. **História Política e a “Nova História”: Um Breve Acerto de Contas**. 2011, <http://web.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/16/45.pdf>, acesso em: 07 jul. 2018.

DIAS, Sônia. **Pessoa, Epitácio**. (Verbetes). Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2011, <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PESSOA,%20Epit%C3%A1cio.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

FREIRE, João Lelis de Luna. **Acampanha de Princesa**. João Pessoa: Arte e Edição Emporio dos Livros, Edição Comemorativa dos 90 Anos do Autor, 2000.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa: José Pereira X João Pessoa – 1930**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira SA, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

MACEDO, Roberto Gondo; MANHANELLI, Carlos. **Do Bico de Pena à Urna Eletrônica: O Profissional de Comunicação Política nos Bastidores do Processo Eleitoral**. São Paulo, ano?

MARIANO, Paulo. **Princesa: Antes e Depois de 30**. 2ª edição. João Pessoa: Editora Ideia, 2015.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. *Signos em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte*. 1999. 130f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 1999.

MATOS, Olgária Chain Féres. **Construção e Desaparecimento do Herói: Uma Questão de Identidade Nacional**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 6(1-2): 83-90, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. 7ª edição. João Pessoa: Editora A União, 2002.

MOREIRA, Harley Abrantes. **A Reinvenção do Sertão do Ceará Por uma Fortaleza Nova**. 2008.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura Política, História Política E Historiografia**. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. **Tipos, Causas e a Geografia da Fraude Eleitoral na Primeira República (1889-1930)**. Gramado, 2012.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa: Uma Contribuição ao Estudo do Mandonismo Local**. 1ª edição. João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.

SARMENTO, Guerhansberger T. sarmento. **Nas Redes da Memória: as Múltiplas Faces do Cangaceiro Chico Pereira**. 1ª edição. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. *O Poder Político de José Américo de Almeida: A Construção do Americismo (1928-1935)*. 157f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Maria Hilda da. *“Na trama do destino”: Anayde Beiriz, uma história de gênero, memória e representação na Parahyba nas décadas de 1920-1930*. 2017, 96f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras 2017.

TEDESCO, João Carlos. **Memórias em Batalhas: Dimensão Política da Memória**. Cadernos do CEOM - Ano 25, n. 34 - Arquivos e tecnologias digitais, pp. 15-44, 2011.

VIDAL. Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.